

## Demonstrações Contábeis Societárias

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
	<b>explicativa</b>		
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	464.913	322.437
Títulos e valores mobiliários	6	615	3.568
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.219.024	1.403.690
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	25.465	14.001
Outros tributos a compensar	8	132.966	99.338
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	541.208	478.204
Derivativos	32	39.714	103.613
Ativo financeiro setorial	9	52.746	595.997
Estoques		30.167	18.507
Outros ativos	12	336.620	411.022
<b>Total do circulante</b>		<b>2.843.438</b>	<b>3.450.376</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	58.168	79.690
Depósitos judiciais	21	93.954	106.144
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	403	2.751
Outros tributos a compensar	8	172.572	114.026
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	1.963.226	2.283.726
Ativo financeiro setorial	9	55.675	253.379
Derivativos	32	128.930	289.343
Créditos fiscais diferidos	10	-	539
Ativo financeiro da concessão	11	8.010.390	5.904.078
Outros ativos	12	19.043	4.566
Ativo contratual	13	614.740	650.777
Intangível	14	2.263.970	2.340.592
<b>Total do não circulante</b>		<b>13.381.071</b>	<b>12.029.611</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>16.224.509</b>	<b>15.479.987</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
	<b>explicativa</b>		
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	890.460	1.090.239
Empréstimos e financiamentos	16	491.124	435.612
Debêntures	17	130.440	159.762
Taxas regulamentares	19	9.292	142.599
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	22.425	17.875
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	66.007	159.921
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	29	-	126.750
Dividendo e juros sobre capital próprio	29	185.718	-
Obrigações estimadas com pessoal		38.556	34.070
Passivo financeiro setorial	9	134.653	-
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	250.942	-
Outras contas a pagar	22	545.918	442.046
<b>Total do circulante</b>		<b>2.765.534</b>	<b>2.608.874</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	15	244.771	221.283
Empréstimos e financiamentos	16	3.089.830	3.283.120
Debêntures	17	3.124.420	2.376.098
Entidade de previdência privada	18	90.209	160.542
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	9.154	8.802
Débitos fiscais diferidos	10	322.552	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	208.196	215.196
Derivativos	32	78.634	24.133
Passivo financeiro setorial	9	98.267	-
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	2.069.786	2.768.506
Outras contas a pagar	22	155.174	117.810
<b>Total do não circulante</b>		<b>9.490.993</b>	<b>9.175.490</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	<b>23</b>		
Capital social		2.842.391	2.831.534
Reserva de capital		163.105	173.962
Reserva legal		288.073	234.784
Reserva de lucros a realizar		355.275	-
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		404.100	-
Dividendo		-	591.850
Resultado abrangente acumulado		(84.962)	(136.508)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.967.983</b>	<b>3.695.623</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>16.224.509</b>	<b>15.479.987</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>25</b>	<b>10.440.750</b>	<b>10.660.448</b>
<b>Custo do serviço</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>26</b>	<b>(4.731.691)</b>	<b>(6.208.132)</b>
<b>Custo com operação</b>		<b>(897.931)</b>	<b>(758.938)</b>
Amortização		(378.321)	(321.866)
Outros custos com operação	27	(519.609)	(437.072)
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	<b>27</b>	<b>(1.897.880)</b>	<b>(1.218.554)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>2.913.248</b>	<b>2.474.824</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas com vendas</b>		<b>(257.095)</b>	<b>(279.085)</b>
Amortização		(5.781)	(5.494)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(85.430)	(110.853)
Outras despesas com vendas	27	(165.884)	(162.739)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(363.913)</b>	<b>(289.298)</b>
Amortização		(38.581)	(33.239)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(325.332)	(256.059)
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(146.127)</b>	<b>(149.498)</b>
Amortização do intangível da concessão		(52.099)	(52.099)
Outras despesas operacionais	27	(94.028)	(97.398)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>2.146.113</b>	<b>1.756.943</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>28</b>		
Receitas financeiras		474.867	284.251
Despesas financeiras		(976.709)	(560.854)
		<b>(501.841)</b>	<b>(276.603)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>1.644.271</b>	<b>1.480.339</b>
Contribuição social	10	(153.772)	(134.381)
Imposto de renda	10	(424.710)	(369.273)
		<b>(578.482)</b>	<b>(503.655)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.065.789</b>	<b>976.685</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	947,01	867,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.065.789</b>	<b>976.685</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>51.546</b>	<b>4.231</b>
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	54.011	18.405
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(2.466)	(14.174)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>1.117.335</u></b>	<b><u>980.916</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de capital de giro				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.820.677</b>	<b>184.819</b>	<b>185.950</b>	<b>-</b>	<b>489.922</b>	<b>-</b>	<b>(140.739)</b>	<b>-</b>	<b>3.540.630</b>
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	976.685	976.685
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	18.405	-	18.405
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(14.174)	-	(14.174)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	48.834	-	-	-	-	(48.834)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	591.850	-	(591.850)	-
Aprovação de dividendos intermediários AGE 07/10/2021 e 11/11/2021	-	-	-	-	(489.922)	-	-	(336.000)	(825.922)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.831.534</b>	<b>173.962</b>	<b>234.784</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>591.850</b>	<b>(136.508)</b>	<b>-</b>	<b>3.695.623</b>
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.065.789	1.065.789
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	54.011	-	54.011
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(2.466)	-	(2.466)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	53.289	-	-	-	-	(53.289)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	355.275	-	-	-	(355.275)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	404.100	-	-	(404.100)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(67.407)	(67.407)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(591.850)	-	-	(591.850)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(185.718)	(185.718)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.842.391</b>	<b>163.105</b>	<b>288.073</b>	<b>355.275</b>	<b>404.100</b>	<b>-</b>	<b>(84.962)</b>	<b>-</b>	<b>3.967.983</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>1.644.271</b>	<b>1.480.339</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	474.783	412.698
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	97.149	66.648
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	85.430	110.853
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	55.054	(125.018)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	16.095	12.896
Perda (ganho) na baixa de não circulante	92.320	95.517
	<b>2.465.102</b>	<b>2.053.933</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	28.530	(173.143)
Tributos a compensar	375.392	189.930
Depósitos judiciais	18.940	20.405
Ativo financeiro setorial	47.428	(607.717)
Contas a receber - CDE	(4.961)	(1.615)
Outros ativos operacionais	168.277	(95.119)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(176.291)	69.415
Outros tributos e contribuições sociais	(99.067)	(5.540)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(4.594)	(5.395)
Taxas regulamentares	240	118.942
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(112.735)	(112.535)
Passivo financeiro setorial	243.944	(268.451)
Contas a pagar - CDE	7.321	(6.869)
Outros passivos operacionais	106.644	87.106
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>3.064.170</b>	<b>1.263.347</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(372.095)	(191.055)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(273.976)	(330.353)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>2.418.099</b>	<b>741.939</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(191.669)	(26.239)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	178.224	775.179
Adições de ativo contratual	(1.955.912)	(1.253.015)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(1.969.357)</b>	<b>(504.075)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	1.877.592	2.260.046
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.267.748)	(1.920.552)
Liquidação de operações com derivativos	(121.920)	525.509
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(659.258)	(989.230)
Amortização de mútuo com controladas e coligadas	(134.932)	(183.800)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(306.266)</b>	<b>(308.027)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>142.476</b>	<b>(70.163)</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>322.437</b>	<b>392.601</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>464.913</b>	<b>322.437</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**

**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>14.707.509</b>	<b>16.122.687</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	12.895.993	15.015.776
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.896.946	1.217.764
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(85.430)	(110.853)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(7.840.591)</b>	<b>(8.679.290)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(5.276.707)	(6.875.202)
2.2 Material	(1.149.682)	(703.038)
2.3 Serviços de terceiros	(1.093.370)	(802.375)
2.4 Outros	(320.832)	(298.676)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>6.866.918</b>	<b>7.443.397</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(476.300)</b>	<b>(414.421)</b>
4.1 Amortização	(424.201)	(362.321)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(52.099)	(52.099)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>6.390.618</b>	<b>7.028.976</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>498.294</b>	<b>299.669</b>
6.1 Receitas financeiras	498.294	299.669
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>6.888.913</b>	<b>7.328.645</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>401.113</b>	<b>348.593</b>
8.1.1 Remuneração direta	229.501	201.750
8.1.2 Benefícios	156.132	133.510
8.1.3 F.G.T.S	15.479	13.333
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>4.398.762</b>	<b>5.396.825</b>
8.2.1 Federais	2.647.498	2.228.682
8.2.2 Estaduais	1.749.890	3.166.915
8.2.3 Municipais	1.374	1.227
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>1.023.249</b>	<b>606.542</b>
8.3.1 Juros	995.653	572.085
8.3.2 Aluguéis	27.596	34.457
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>1.065.789</b>	<b>976.685</b>
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	253.125	927.850
8.4.2 Lucros retidos	812.664	48.834
	<b>6.888.913</b>	<b>7.328.645</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

## 1. Considerações iniciais

Em 2022, a RGE cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 3,1 milhões de clientes, em 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 8,9% em relação ao exercício de 2021. Destaca-se a classe Industrial, que registrou uma redução de 9,1% ante 2021, devido ao aumento da migração dos clientes para o mercado livre e a migração das permissionárias.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

## 2. Comentário sobre a conjuntura

### Ambiente macroeconômico

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Isso levou à forte redução das restrições de circulação e a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities.

Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano e os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias.

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: com o bom desempenho da balança comercial, foi possível manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor de minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), que foi decisivo para que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações, elevando as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal brasileira, principalmente a partir do momento em que a regra fiscal em vigor - o teto de gastos - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Este cenário gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente).

Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis também, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas.

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva desconpressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração.

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir no quarto trimestre.

## **Tarifas de energia elétrica**

### **Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022:**

Em 22 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.045, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da RGE em 8,72%, sendo 7,60% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 1,12% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 10,98% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 4,07% e da Parcela B de 3,53%.

Em 1º de setembro de 2021, por meio da Resolução nº 3/2021, entrou em vigor a "Bandeira Escassez Hídrica", no valor de R\$ 14,20 a cada 100 kWh, que ficou em vigor até abril de 2022. A escassez hídrica onerou o caixa das distribuidoras no fim de 2021, dado que os custos de energia se elevaram em função do despacho de termelétricas movidas a combustível fóssil, e a Bandeira Tarifária Vermelha II não foi suficiente para cobrir tal déficit.

### 3. Desempenho operacional

**Clientes:** a RGE encerrou o ano com 3,1 milhões de clientes, com acréscimo de 42 mil consumidores, representando um crescimento de 1,4%.

#### Vendas de energia

Em 2022, as vendas para o mercado cativo totalizaram 11.779 GWh, uma queda de 8,9% em relação a 2021.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2022 foi de 48,8% para a classe residencial, 15,0% para a classe comercial e 10,7% para a classe industrial. Para essas classes de consumo destaca-se:

- **Classe Residencial:** crescimento de 0,4%, refletindo o aumento do número de consumidores em 2022 em relação a 2021 e o efeito positivo de temperatura no ano. Esses impactos foram parcialmente compensados pelo crescimento da geração distribuída na área de concessão da distribuidora, além da volta da mobilidade, após a pandemia de Covid-19;
- **Classes Comercial e Industrial:** reduções de 3,6% e 9,1%, o crescimento da geração distribuída na área de concessão da distribuidora e o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

**Nota:** as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) das permissionárias que se tornaram parcialmente livres ao longo de 2021 e 2022, incluída na linha de “Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas” da nota explicativa de “Receita Operacional”.

#### Qualidade dos serviços prestados

**Atendimento ao cliente:** a RGE obteve em 2022 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 72,2, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE, resultado 3,4 pontos (ou 4,9%) acima do resultado de 2021. O índice foi superior à média nacional de 67,0, mantendo a empresa na 13ª posição no ranking de sua categoria que já ocupava em 2021.

**Fornecimento de energia:** a RGE desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2022, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 10,55 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,63 vezes.

### 4. Desempenho Econômico-Financeiro

**Receita operacional:** a receita operacional bruta foi de R\$ 14.793 milhões em 2022, representando uma redução de 8,9% (R\$ 1.441 milhões), decorrente das seguintes reduções: (i) de 9,7% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 1.043 milhões); (ii) de 86,3% no ativo e passivo financeiro setorial (R\$ 838 milhões); (iii) de 58,4% no suprimento de energia elétrica (R\$ 405 milhões). Estas variações foram parcialmente compensadas pelos seguintes aumentos: (iv) de 55,8% na receita com construção de infraestrutura (R\$ 679

milhões); (v) de 6,4% em outras receitas (R\$ 138 milhões); e de 5,5% na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 28 milhões).

As deduções da receita operacional foram de R\$ 4.352 milhões em 2022, representando uma redução de 21,9% (R\$ 1.221 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 10.441 milhões em 2022, representando uma redução de 2,1% (R\$ 220 milhões).

**Geração operacional de caixa (EBITDA):** em 2022, o EBITDA foi de R\$ 2.621 milhões, representando um aumento de 20,8% (R\$ 451 milhões), devido à redução de 23,8% no custo com energia elétrica (R\$ 1.476 milhões). Esta redução foi parcialmente compensada pelas seguintes variações: (i) aumento de 55,8% nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 679 milhões), que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; (ii) redução de 2,1% na receita líquida (R\$ 220 milhões); e (iii) aumento de 11,9% (R\$ 126 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 13,4% (R\$ 46 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 39,9% (R\$ 34 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 15,0% (R\$ 41 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 0,6% (R\$ 2 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Aumento de 24,8% (R\$ 3 milhões) no item Entidade de Previdência Privada.

<b>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA</b>		
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>1.065.789</b>	<b>976.685</b>
Amortização	474.783	412.698
Resultado Financeiro	501.841	276.604
Contribuição Social	153.772	134.381
Imposto de Renda	424.710	369.273
<b>EBITDA</b>	<b>2.620.896</b>	<b>2.169.641</b>

\*Conforme Resolução CVM nº 156/22

**Lucro líquido:** a RGE apurou lucro líquido de R\$ 1.066 milhões em 2022, representando um aumento de 9,1% (R\$ 89 milhões), refletindo o aumento 20,8% no EBITDA (R\$ 451 milhões). Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes aumentos: (i) de 81,4% nas despesas financeiras (R\$ 225 milhões); (ii) de 14,9% no imposto de renda e contribuição social (R\$ 75 milhões); e (iii) de 15,0% na amortização (R\$ 62 milhões).

**Endividamento:** no final de 2022, a dívida financeira (incluindo derivativos) da RGE atingiu R\$ 6.746 milhões, representando um aumento de 14,6%.

## 5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 1.956 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

## 6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A RGE desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

**Plano ESG 2030:** aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

**Plataforma de Sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

**Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

**Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri) > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

**Gestão ambiental:** A empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental certificado na norma ISO 14001 que abrange ações para garantir a conformidade com a legislação e normas vigentes, a melhoria contínua dos processos e o gerenciamento adequado dos riscos identificados. Possui contrato para atendimento a situações de emergência ambiental, além de seguro específico. Realiza projetos visando aprimorar a qualidade ambiental nos municípios de sua área de concessão, como o Arborização + Segura.

**Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** O Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo,

anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2022, temos como principal destaque a obtenção da Certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética e da Política Anticorrupção, bem como dos demais normativos internos, e ainda, a formalização de procedimentos de *due diligence*, *background check* e *compliance risk assessment*; a aplicação da metodologia do CRA (*Compliance Risk Assessment*) para todas as diretorias da empresa; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 11 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas “Integridade e diversidade”, “Comportamento íntegro durante o período eleitoral”, “Assédio moral e sexual”, e “Comportamento íntegro e o combate à corrupção”, dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos, emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*, e aplicação do formulário de conflito de interesses.

**Relacionamento com a Comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a RGE atua, em 2022 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte em 11 cidades, beneficiando cerca de 3.900 mil jovens, através de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar em 8 cidades, beneficiando cerca de 44 mil pessoas; **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 598 mil pessoas; **(iv) Circuito CPFL:** retomadas as atividades presenciais do Circuito CPFL, que realizou 3 corridas do Circuito CPFL Energia e 20 sessões de cinema com o CineSolar. Ao todo o Circuito CPFL passou por 3 cidades, alcançando 7 mil pessoas; **(v) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** produzidas 26 gravações e exibidos 102 programas na grade da TV Cultura com audiência de mais de 23 milhões de expectadores. Nos canais do Instituto CPFL e do Café Filosófico CPFL no Youtube, 127 novos vídeos foram publicados com alcance durante o ano de 180 milhões de pessoas; **(vi) Voluntariado:** O programa atendeu 3 ONGs ao longo do ano. Em 2022, 298 pessoas foram beneficiados; e **(viii) Eficiência Energética (0,5% da ROL) –** Em 2022 foram investidos R\$ 41,5 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: R\$ 9,6 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 3.066 clientes; substituição de (b) 43.300 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); e (c) 1.390 trocadores de calor. Foram executados, também, projetos educacionais (d) RGE nas Escolas, que beneficiou 67.435 alunos e capacitou 1.535 professores do ensino fundamental e médio no uso consciente e seguro da energia elétrica, com um investimento de R\$ 3,2 milhões. Executou ainda (e) projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 6.054 pontos de Iluminação por LED, com um investimento total de R\$ 6,9 milhões. (f) Em ações no Comércio, Indústrias e outros, foram aplicados mais R\$ 4,3 milhões. Por fim, (g) investiu R\$ 19,2 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão e substituição de geladeiras tradicionais por freezers científicos em unidades de saúde.

**Gestão de Recursos Humanos:** Em 2022, treinamos 4.410 colaboradores da base ativa, 97% já passou por algum treinamento. Foram 382.977 horas de treinamento. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com Escolas para formação de eletricitistas ao longo do ano, foram 320 participantes, 292 aprovados, 298 admitidos (54 mulheres e 244 homens) sendo 91% dos participantes aprovados x 100% contatados.

**Rede de Valor:** Em 2022, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 145 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Econômico 2022,

Plano Estratégico CPFL, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Práticas de Gestão, Sustentabilidade, Mercado Livre de Energia e Segurança do Trabalho.

## 7. Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela RGE para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

### Natureza

---

Asseguração de *covenants* financeiros

---

Serviços de *compliance* tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

---

Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2022

---

Serviços de Tecnologia da Informação - Segurança da Informação

---

Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

---

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e “extra-auditoria”. Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

## **8. Agradecimentos**

A Administração da RGE Sul agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

*A Administração*

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 6 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios no Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3,1 milhões de consumidores.

### **1.1 Mudanças Climáticas**

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, Companhia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor.

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados

às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro\* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

\*Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3.

## **( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“[www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)”) e da Companhia (“[www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2023.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos financeiros.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e

adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 32);
- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Imposto de renda e contribuição social a recolher (incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

#### **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## **2.5 Segmento operacional**

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

## **2.6 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

### **3.2 Contratos de concessão**

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

### 3.3 Instrumentos financeiros

#### - Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

**Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

**Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados

abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

**Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### **Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

#### **- Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- ii. Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado (nota 16).

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

#### **- Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

### 3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

### 3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

#### - Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado

para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

#### **- Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

### **3.6 Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### **3.7 Benefícios a empregados**

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

### **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio**

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

### 3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

### 3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível

incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **3.11 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

### **3.12 Subvenção governamental - CDE**

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares - nota 25.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

### **3.13 Ativo e passivo financeiro setorial**

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período

tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

### **3.14 Arrendamentos**

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

### **3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Novas normas e emendas às normas foram emitidas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

#### **a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23):**

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração”. Em relação às demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

#### **b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26):**

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 26 (R1) para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

**c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações ao CPC 32)**

Em maio de 2022, a CVM aprovou as alterações ao CPC 32, na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

**d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26)**

Em maio de 2022 a CVM emitiu alterações ao CPC 26 (R1) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras

#### **( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

**- Intangível e ativo contratual**

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

**- Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos

Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

#### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldos bancários	34.501	55.033
Aplicações financeiras	<u>430.412</u>	<u>267.404</u>
Títulos de crédito privado (a)	430.412	261.053
Operações compromissadas (b)	-	6.351
<b>Total</b>	<u><b>464.913</b></u>	<u><b>322.437</b></u>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) no montante de R\$ 354.544 (R\$ 261.053 em 31 de dezembro de 2021) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 75.868 (R\$ 6.351 em 31 de dezembro de 2021), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,81% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (101,93% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures R\$ 6.351 em 31 de dezembro de 2021, e remuneração equivalente, na média de 86,50% do CDI.

#### ( 6 ) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicação direta	<u>615</u>	<u>3.568</u>
<b>Total</b>	<u><b>615</b></u>	<u><b>3.568</b></u>

Representa valores em títulos de capitalização no montante de R\$ 615 cuja remuneração é equivalente, à média de 100% da TR e R\$ 3.568 em 31 de dezembro de 2021 são valores em debêntures de emissão própria mantidas em tesouraria com remuneração equivalente, na média de 109,75% do CDI.

## ( 7 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	320.037	133.210	24.262	477.509	643.063
Industrial	20.756	12.842	21.322	54.920	48.711
Comercial	69.694	19.248	25.682	114.624	148.207
Rural	54.356	14.215	12.676	81.247	95.366
Poder público	20.057	1.667	3.787	25.511	33.103
Iluminação pública	22.762	423	1.063	24.249	32.008
Serviço público	14.033	807	123	14.963	17.216
<b>Faturado</b>	<b>521.696</b>	<b>182.412</b>	<b>88.915</b>	<b>793.022</b>	<b>1.017.675</b>
Não faturado	421.331	-	-	421.331	380.271
Parcelamento de débito de consumidores	37.163	17.224	14.985	69.373	109.018
Operações realizadas na CCEE	10.624	-	-	10.624	78.421
Concessionárias e permissionárias	16.757	-	-	16.757	22.653
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(2.477)	-	-	(2.477)	(96.476)
Outros	1.799	-	-	1.799	2.508
	<b>1.006.894</b>	<b>199.636</b>	<b>103.900</b>	<b>1.310.429</b>	<b>1.514.069</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(91.405)	(110.379)
<b>Total</b>				<b>1.219.024</b>	<b>1.403.690</b>
<b>Não circulante</b>					
Precatórios	31.148	-	-	31.148	36.263
Parcelamento de débito de consumidores	27.021	-	-	27.021	43.427
	<b>58.168</b>	-	-	<b>58.168</b>	<b>79.690</b>

**Parcelamento de débitos de consumidores** – refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

**Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica:** criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) ofereceu descontos aos consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(81.897)</b>	<b>(16.908)</b>	<b>(98.805)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(170.141)	(191)	(170.332)
Recuperação de receita	59.479	-	59.479
Baixa de contas a receber provisionadas	82.180	-	82.180
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(110.379)</b>	<b>(17.099)</b>	<b>(127.478)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(152.940)	128	(152.813)
Recuperação de receita	67.383	-	67.383
Baixa de contas a receber provisionadas	104.531	-	104.531
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(91.405)</b>	<b>(16.972)</b>	<b>(108.377)</b>

## ( 8 ) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2022	31/12/2021
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	25.465	14.001
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>25.465</b>	<b>14.001</b>
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	12.234	20.857
ICMS a compensar	118.375	77.027
Programa de integração social - PIS	416	249
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.920	1.149
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	8
Outros	22	48
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>132.966</b>	<b>99.338</b>
<b>Total circulante</b>	<b>158.431</b>	<b>113.339</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	174	174
Imposto de renda a compensar - IRPJ	229	2.576
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>403</b>	<b>2.751</b>
ICMS a compensar	167.012	108.726
Programa de integração social - PIS	872	826
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.016	3.802
Outros	671	671
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>172.572</b>	<b>114.026</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>172.974</b>	<b>116.777</b>

**Imposto de renda e contribuição social a compensar** – referem-se principalmente a constituição de crédito de imposto sobre lucro líquido e retenções de órgão público.

**Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte:** - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

**ICMS a compensar** – refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

## 8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b><u>Circulante</u></b>		
PIS sobre ICMS	95.175	84.190
COFINS sobre ICMS	446.033	394.014
<b>Total circulante</b>	<b>541.208</b>	<b>478.204</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS sobre ICMS	351.562	411.080
COFINS sobre ICMS	1.611.664	1.872.647
<b>Total não circulante</b>	<b>1.963.226</b>	<b>2.283.726</b>
<b>Passivo</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b><u>Circulante</u></b>		
PIS/COFINS devolução consumidores	250.942	-
<b>Total circulante</b>	<b>250.942</b>	<b>-</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS/COFINS devolução consumidores	2.069.786	2.768.506
<b>Total não circulante</b>	<b>2.069.786</b>	<b>2.768.506</b>

Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2002).

Considerando as duas ações judiciais (RGE Sul e RGE), o montante total até dezembro de 2022 de ativos de tributos a compensar é de R\$ 2.504.434 e do passivo com consumidores é de R\$ 2.320.728.

Para a RGE Sul os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.685.452 (R\$ 2.006.079 em 31 de dezembro de 2021). Sendo que, entre janeiro e dezembro de 2022 já foram compensados R\$ 476.682 (totalizando R\$ 713.238 de compensações realizadas).

Em relação, ao saldo do passivo com consumidores atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.501.745, saldo este já considerando no reajuste tarifário de junho de 2021 (R\$ 228.800) e de junho 2022 (R\$ 657.746) a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 886.546.

Ainda em 2021, tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) nos termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, no 2º trimestre 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R\$ 739.273 (R\$ 755.750 em 31 de dezembro de 2021), relacionado a RGE (empresa incorporada em dezembro de 2018), embora a ação desta empresa ainda não ter recebido a certificação do trânsito em julgado. O saldo atualizado até dezembro de 2022 é de R\$ 818.982.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei n. 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito. Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito.

## ( 9 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2021			Resultado financeiro (nota 28)			Recebimento			Saldo em 31/12/2022		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Conta de comercialização de Itaipu	Conta de escassez hídrica	CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	700.474	163.228	863.702	(189.887)	(203.626)	90.059	(5.172)	(107.791)	(198.326)	106.559	142.402	248.961
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	(42.531)	15.666	(26.865)	187.148	8.424	6.137	-	-	(198.326)	(6.505)	(16.976)	(23.481)
Custos energia elétrica	(41.058)	(83.385)	(124.443)	(875.674)	402.972	(48.447)	-	(29.951)	-	(353.691)	(321.852)	(675.543)
ESS e EER (***)	395.388	43.536	438.924	(84.474)	(184.252)	34.516	-	(77.840)	-	(45.225)	172.098	126.873
Fronta	-	6.798	6.798	40.452	(29.687)	4.001	-	-	-	-	21.604	21.604
Rede básica	61.972	38.303	100.275	145.716	(70.550)	14.108	-	-	-	146.292	35.718	181.009
Repasso de Itaipu	467.677	134.170	601.847	232.446	(407.461)	77.585	-	(5.172)	-	158.741	340.504	499.245
Transporte de Itaipu	(939)	7.089	6.150	7.660	(5.821)	192	-	-	-	9.575	(1.384)	8.191
Neutralidade dos encargos setoriais	6.546	(8.353)	(1.807)	4.799	14.544	21	-	-	-	23.418	(5.860)	17.558
Sobrecontratação	(146.591)	9.406	(137.175)	152.164	75.205	1.895	-	-	-	172.119	(81.040)	93.079
Bandeira Tarifária Faturada	-	-	-	(164)	-	-	-	-	-	-	-	(164)
Outros componentes financeiros	101.841	(116.167)	(14.326)	134.840	391.718	18.730	(657.746)	(66.561)	(180.114)	(96.406)	(277.054)	(373.460)
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	(117.845)	(117.845)	-	443.731	6.008	(657.746)	-	-	-	(319.853)	(319.853)
Outros	101.841	1.670	103.519	134.840	(58.913)	12.722	-	(66.561)	(180.114)	(96.406)	42.799	(53.607)
<b>Total</b>	<b>802.315</b>	<b>47.061</b>	<b>849.376</b>	<b>(55.047)</b>	<b>188.092</b>	<b>108.789</b>	<b>(657.746)</b>	<b>(71.733)</b>	<b>(287.905)</b>	<b>10.153</b>	<b>(134.653)</b>	<b>(124.499)</b>
Ativo circulante	-	-	595.997	-	-	-	-	-	-	-	-	52.746
Ativo não circulante	-	-	253.379	-	-	-	-	-	-	-	-	55.675
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.653)
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(98.267)

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema (ESS) e Encargo de energia de reserva (EER)

**CVA:** referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

**Neutralidade dos encargos setoriais:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

**Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

**Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS/COFINS:** conforme resolução homologatória ("REH") nº 3.045 relativo ao RTA de 2022, foi considerado o passivo regulatório relativo aos créditos de PIS/COFINS, decorrente da ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 657.746. Este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no segundo trimestre de 2022 (nota 8.1). **(ii) Outros:** (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

**Recebimento da conta de Comercialização de Itaipu:** conforme disposto no Decreto nº 10.665/21, em função do saldo positivo da Conta de Comercialização de ITAIPU em 2020, a Companhia recebeu aporte adicional no primeiro semestre de 2022, no valor de R\$ 5.172, devido à mitigação do reajuste tarifário de junho de 2021. Ademais, conforme disposto no Decreto nº 11.027/22 e na Resolução Homologatória nº 3.093 /22, em função do saldo positivo dessa conta em 2021, foi estabelecido novo repasse em setembro de 2022, no montante de R\$ 66.561, de forma a mitigar o reajuste tarifário de junho de 2022. Os repasses serão cobrados posteriormente de todos os consumidores para devolução à Conta de Comercialização de ITAIPU, quando então será oferecido como bônus aos consumidores residenciais e rurais, nos termos do art. 21 da Lei nº 10.438/02.

### Recebimento - Conta de escassez hídrica:

O Decreto nº 10.939/2022 regulamentou as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. Ficou autorizada a criação da Conta de Escassez Hídrica, posteriormente regulamentada pela ANEEL por meio da Consulta Pública nº 02/2022 resultando na publicação da Resolução Normativa nº 1.008/2022.

A Companhia manifestou necessidade de aporte por meio de termo de aceitação, e teve o recurso homologado através do Despacho nº 1.177/2022, com recebimento de R\$ 287.905 no segundo trimestre de 2022, para cobrir os custos com: i) "Importação de Energia" com repasse de R\$ 29.951; ii) "Custo do Bônus de Redução Incentivada" com repasse de R\$ 77.840 e iii) Diferimento do processo tarifário de 2021" com repasse de R\$ 180.114.

### Recebimento – CDE Eletrobrás:

Conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2022 ocorreu em julho de 2022, cujo valor de R\$ 198.326 foi homologado por meio do Despacho nº 1.959.

### Alterações em função da versão 2022 do Manual de contabilidade do setor elétrico – MCSE:

A ANEEL, através do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021, aprovou a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais mudanças envolvendo os ativos e passivos financeiros setoriais foram: (i) alteração da contabilização da Bandeira tarifária faturada ainda não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") para ativo ou passivo financeiro setorial, antes era registrada em taxas regulamentares (nota 19), e (ii) alteração na contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (homologado e diferido).

## ( 10 ) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

### 10.1- Composição dos créditos e (débitos) fiscais diferidos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>		
Bases negativas	20.449	52.952
Benefício fiscal do intangível incorporado	37.396	39.513
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(147.899)</u>	<u>(97.561)</u>
<b>Subtotal</b>	<b>(90.054)</b>	<b>(5.096)</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>		
Prejuízos fiscais	59.677	149.240
Benefício fiscal do intangível incorporado	118.657	127.397
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(410.831)</u>	<u>(271.002)</u>
<b>Subtotal</b>	<b>(232.498)</b>	<b>5.635</b>
<b>Total</b>	<b><u>(322.552)</u></b>	<b><u>539</u></b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de bases negativas e prejuízo fiscais, diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

## 10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 4,11% ao ano.

## 10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19.153	53.202	19.782	54.951
Entidade de previdência privada	1.566	4.351	531	1.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.323	28.675	11.940	33.165
Provisão energia livre	313	870	313	870
Programas de P&D e eficiência energética	(805)	(2.237)	1.261	3.502
Provisão relacionada a pessoal	1.711	4.753	1.439	3.996
Marcação a Mercado - Derivativos	18.334	50.928	8.271	22.975
Marcação a Mercado - Dívidas	(24.266)	(67.405)	(12.102)	(33.618)
Derivativos	(26.534)	(73.707)	(42.225)	(117.291)
Registro da concessão - ajuste do intangível	1.516	4.212	1.830	5.083
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(165.083)	(458.564)	(116.636)	(323.990)
Outros	9.707	26.964	14.842	41.228
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais	6.621	18.393	13.987	38.852
Marcação a Mercado - Derivativos	109	302	196	545
Marcação a Mercado - Dívidas	(565)	(1.568)	(988)	(2.745)
<b>Total</b>	<b>(147.899)</b>	<b>(410.831)</b>	<b>(97.561)</b>	<b>(271.002)</b>

## 10.4 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de bases negativas, prejuízos fiscais, diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

<b>Expectativa de recuperação</b>	
2023	214.833
2024	90.389
2025	55.553
2026	55.553
2027	81.855
<b>Total</b>	<b>498.182</b>

**10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:**

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>1.644.271</b>	<b>1.644.271</b>	<b>1.480.339</b>	<b>1.480.339</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Amortização de intangível adquirido	-	44	-	44
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(5.664)	(5.664)	(10.628)	(10.628)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	61.704	61.704	52.935	52.935
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	8.272	(1.516)	(29.916)	(45.596)
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.708.583</b>	<b>1.698.839</b>	<b>1.492.730</b>	<b>1.477.093</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>(153.772)</b>	<b>(424.710)</b>	<b>(134.346)</b>	<b>(369.273)</b>
Provisão para riscos fiscais	-	-	(35)	-
<b>Total</b>	<b>(153.772)</b>	<b>(424.710)</b>	<b>(134.381)</b>	<b>(369.273)</b>
Corrente	(75.842)	(206.102)	(90.189)	(244.397)
Diferido	(77.930)	(218.608)	(44.192)	(124.876)

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social e diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 296.538 (R\$ 169.068 em 2021), referem-se a, (i) benefício fiscal do intangível incorporado de R\$ 10.857 (R\$ 10.857 em 2021), (ii) diferenças temporárias de R\$ 163.615 (R\$ 8.281 em 2021) e (iii) prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 122.066 (R\$ 149.931 em 2021).

**10.6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Perdas (ganhos) atuariais</b>	<b>(110.620)</b>	<b>(110.620)</b>	<b>(11.413)</b>	<b>(11.413)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	28.785	28.785	(12.024)	(12.024)
<b>Base de cálculo</b>	<b>(81.835)</b>	<b>(81.835)</b>	<b>(23.437)</b>	<b>(23.437)</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados</b>	<b>7.365</b>	<b>20.459</b>	<b>2.109</b>	<b>5.859</b>
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	-	-	(787)	(2.185)
<b>Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais</b>	<b>7.365</b>	<b>20.459</b>	<b>1.322</b>	<b>3.675</b>
<b>Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros</b>	<b>3.736</b>	<b>3.736</b>	<b>21.476</b>	<b>21.476</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados sobre o risco de crédito</b>	<b>(336)</b>	<b>(934)</b>	<b>(1.933)</b>	<b>(5.369)</b>
<b>Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>7.029</b>	<b>19.525</b>	<b>(612)</b>	<b>(1.694)</b>

## ( 11 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>4.513.915</b>
Transferência - ativo contratual	898.439
Transferência - intangível em serviço	9.010
Ajuste ao valor justo	522.435
Baixas	(39.721)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>5.904.078</b>
Transferência - ativo contratual	1.595.009
Transferência - intangível em serviço	885
Ajuste ao valor justo	559.063
Baixas	(48.646)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>8.010.390</b>

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do exercício.

Em 2022, o valor das baixas de R\$ 48.646 (R\$ 39.721 em 2021) refere-se a baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 20.768 (R\$ 12.316 em 2021) e a baixa do ativo de R\$ 27.878 (R\$ 27.405 em 2021).

## ( 12 ) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos - fornecedores	256	9.876	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	29.417	11.613	-	-
Ordens em curso	168.303	153.090	-	-
Serviços prestados a terceiros	7.464	10.368	-	-
Despesas antecipadas	26.236	29.326	2.885	4.566
Contas a receber - CDE	67.878	62.917	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.825	6.483	-	-
Arrendamentos e alugueis	21.613	17.278	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber (nota 7)	4.378	96.478	-	-
Outros	21.221	30.691	16.158	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(16.972)	(17.099)	-	-
<b>Total</b>	<b>336.620</b>	<b>411.022</b>	<b>19.043</b>	<b>4.566</b>

**Ordens em curso** - compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 22).

**Despesas antecipadas** - refere-se a antecipação de despesas com licença de software, IPTU e PROINFA.

**Contas a receber – CDE** – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 13.997 (R\$ 11.877 em 31 de dezembro de 2021); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 51.200 (R\$ 51.040 em 31 de dezembro de 2021) (nota 25.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 2.681.

**Outros:** refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

## ( 13 ) ATIVO CONTRATUAL

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>618.617</b>
Adições	1.267.697
Transferência - Intangível em serviço	(337.098)
Transferência - Ativo financeiro	(898.439)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>650.777</b>
Adições	1.978.276
Transferência - Intangível em serviço	(419.303)
Transferência - Ativo financeiro	(1.595.009)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>614.740</b>

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

**( 14 ) INTANGÍVEL**

	Direito de concessão			Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>357.982</b>	<b>2.095.935</b>	<b>4.481</b>	<b>2.458.397</b>
Custo histórico	1.923.048	5.320.419	40.552	7.284.020
Amortização acumulada	(1.565.066)	(3.224.484)	(36.071)	(4.825.623)
Amortização	(52.099)	(361.109)	(1.212)	(414.421)
Transferência - ativo contratual	-	336.460	639	337.098
Transferência - ativo financeiro	-	(9.010)	-	(9.010)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(31.473)	-	(31.473)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>305.882</b>	<b>2.030.802</b>	<b>3.907</b>	<b>2.340.592</b>
Custo histórico	1.923.048	5.322.726	41.191	7.286.965
Amortização acumulada	(1.617.166)	(3.291.924)	(37.284)	(4.946.373)
Amortização	(52.099)	(412.572)	(1.418)	(466.090)
Transferência - ativo contratual	-	417.590	1.713	419.303
Transferência - ativo financeiro	-	(885)	-	(885)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(28.950)	-	(28.950)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>253.783</b>	<b>2.005.985</b>	<b>4.203</b>	<b>2.263.970</b>
Custo histórico	1.923.048	5.540.263	42.904	7.506.215
Amortização acumulada	(1.669.265)	(3.534.278)	(38.701)	(5.242.245)

**Adquirido em Combinações de Negócios:** Refere-se principalmente ao intangível decorrente de incorporações da AES Guaíba Empreendimentos e DOC 3 Participações S.A. A amortização deste intangível é efetuada pelo método linear conforme revisão do CPC 04 – Ativo Intangível.

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção para os ativos qualificáveis. No exercício de 2022 foram capitalizados R\$ 20.847 (R\$ 12.959 em 2021), a uma taxa média de 7,13% a.a. (7,19% a.a. em 2021) (nota 28).

**Teste de redução ao valor recuperável dos ativos**

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2022 e 2021, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

**( 15 ) FORNECEDORES**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Circulante</b>		
Encargos de serviço do sistema	393	275.751
Suprimento de energia elétrica	420.673	528.074
Encargos de uso da rede elétrica	154.244	108.695
Materiais e serviços	315.150	177.718
<b>Total</b>	<b><u>890.460</u></b>	<b><u>1.090.239</u></b>
<b>Não circulante</b>		
Suprimento de energia elétrica	177.032	157.525
Encargos de uso da rede elétrica	67.739	60.275
Materiais e serviços	-	3.483
<b>Total</b>	<b><u>244.771</u></b>	<b><u>221.283</u></b>

Os montantes de suprimento de energia elétrica e Encargos de uso da rede elétrica registrados no não circulante são relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculados ao processo de exposição decorrente de preços entre submercados (nota 35).

**( 16 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Captação</u>	<u>Amortização</u> <u>principal</u>	<u>Encargos,</u> <u>atualização</u> <u>monetária e</u> <u>marcação a</u> <u>mercado</u>	<u>Atualização</u> <u>cambial</u>	<u>Encargos</u> <u>pagos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Pós Fixado</b>							
TJLP	427	-	(426)	6	-	(7)	-
IPCA	1.903.727	297.139	(114.794)	225.108	-	(94.892)	2.216.290
Gastos com captação	(17.179)	-	-	3.176	-	-	(14.003)
<b>Total moeda nacional</b>	<b><u>1.886.975</u></b>	<b><u>297.139</u></b>	<b><u>(115.220)</u></b>	<b><u>228.290</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(94.899)</u></b>	<b><u>2.202.287</u></b>
<b>Moeda estrangeira</b>							
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
Dólar	1.692.701	-	(119.198)	31.541	(115.664)	(31.174)	1.458.206
Euro	187.339	-	(168.330)	193	(18.865)	(337)	-
Marcação a mercado	(48.284)	-	-	(31.255)	-	-	(79.539)
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b><u>1.831.756</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(287.528)</u></b>	<b><u>479</u></b>	<b><u>(134.529)</u></b>	<b><u>(31.511)</u></b>	<b><u>1.378.667</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>3.718.732</u></b>	<b><u>297.139</u></b>	<b><u>(402.748)</u></b>	<b><u>228.769</u></b>	<b><u>(134.529)</u></b>	<b><u>(126.410)</u></b>	<b><u>3.580.954</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>435.612</b>						<b>491.124</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.283.120</b>						<b>3.089.830</b>

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Pós Fixado</b>							
TJLP	1.451	-	(1.022)	43	-	(45)	427
IPCA	1.196.305	661.480	(104.293)	210.977	-	(60.742)	1.903.727
Gastos com captação	(20.357)	-	-	3.178	-	-	(17.179)
<b>Total moeda nacional</b>	<b>1.177.398</b>	<b>661.480</b>	<b>(105.315)</b>	<b>214.199</b>	<b>-</b>	<b>(60.787)</b>	<b>1.886.975</b>
<b>Moeda estrangeira</b>							
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
Dólar	2.474.018	340.000	(1.246.053)	46.968	133.421	(55.652)	1.692.701
Euro	644.243	-	(444.184)	3.138	(12.473)	(3.385)	187.339
Marcação a mercado	(20.422)	-	-	(27.862)	-	-	(48.284)
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>3.097.839</b>	<b>340.000</b>	<b>(1.690.237)</b>	<b>22.244</b>	<b>120.948</b>	<b>(59.037)</b>	<b>1.831.756</b>
<b>Total</b>	<b>4.275.237</b>	<b>1.001.480</b>	<b>(1.795.552)</b>	<b>236.443</b>	<b>120.948</b>	<b>(119.825)</b>	<b>3.718.732</b>
Circulante	1.803.770						435.612
Não circulante	2.471.467						3.283.120

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Moeda nacional</b>					
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Pós Fixado</b>					
TJLP					
FINEP	TJLP + 6%(*)	-	427	2017 a 2022	Fiança Bancária
		-	427		
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%(*)	2.216.290	1.903.727	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		2.216.290	1.903.727		
<b>Gastos com captação</b>		<b>(14.003)</b>	<b>(17.179)</b>		
<b>Total moeda nacional</b>		<b>2.202.287</b>	<b>1.886.975</b>		
<b>Moeda estrangeira</b>					
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Dólar</b>					
Empréstimo bancários (Lei 4.131) (*)	US\$ + Libor 3 meses + 0,87%(*)	215.301	229.372	2023 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimo bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,83% a 3,47%(*)	1.242.905	1.463.329	2021 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		1.458.206	1.692.701		
<b>Euro</b>					
Empréstimo bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,79%(*)	-	187.339	2021 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		-	187.339		
<b>Marcação a mercado</b>		<b>(79.539)</b>	<b>(48.284)</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>1.378.667</b>	<b>1.831.756</b>		
<b>Total</b>		<b>3.580.954</b>	<b>3.718.732</b>		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratos em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

(\*) A Companhia possui empréstimo em moeda estrangeira atrelado a Libor, e apesar de a taxa Libor ser descontinuada em junho de 2023, esta mudança não trará impactos nas demonstrações financeiras, pois temos um SWAP nos mesmos termos do empréstimo que anula a exposição da Libor trocando-a por CDI. A Administração da Companhia está avaliando junto à Instituição financeira qual indexador irá substituir a Libor.

Taxa efetiva a.a.:

(\*) De 90% a 120% do CDI

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 79.539 (R\$ 48.284 em 31 de dezembro de 2021), que reduzidos das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 76.740

(R\$ 33.874 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 2.799 (R\$ 14.410 em 31 de dezembro de 2021).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2024	537.153
2025	840.147
2026	385.475
2027	1.395.605
<b>Subtotal</b>	<b>3.158.380</b>
Marcação a mercado	(68.551)
<b>Total</b>	<b>3.089.830</b>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

<u>Indexador</u>	<u>Variação acumulada %</u>		<u>% da dívida</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
TJLP	6,31	4,80	-	0,01
IPCA	7,17	10,06	61,50	50,73
CDI	13,65	4,40	38,50	49,26
			100,00	100,00

#### Adições no exercício:

<u>Modalidade</u>	<u>Total aprovado</u>	<u>Montantes liberados em 2022</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Destinação do recurso</u>	<u>Encargo financeiro e taxa efetiva anual</u>
<b>Moeda nacional - IPCA</b>						
Empréstimo bancário (IPCA - BNDES)	353.019	70.607	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,34%
Empréstimo bancário (IPCA - BNDES)	1.132.601	226.532	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,34%
	<u>1.485.620</u>	<u>297.139</u>				

#### Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e,
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia, não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

### ( 17 ) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	1.489.897	1.090.000	(865.000)	179.457	(175.245)	1.719.109
IPCA	168.163	-	-	18.662	(8.932)	177.893
Gastos com captação	(26.836)	(2.547)	-	23.407	-	(5.977)
<b>Total ao custo</b>	<b>1.631.223</b>	<b>1.087.453</b>	<b>(865.000)</b>	<b>221.526</b>	<b>(184.177)</b>	<b>1.891.025</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	1.001.805	493.000	-	126.891	(61.508)	1.560.188
Marcação a mercado	(97.169)	-	-	(99.185)	-	(196.354)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>904.637</b>	<b>493.000</b>	<b>-</b>	<b>27.705</b>	<b>(61.508)</b>	<b>1.363.834</b>
<b>Total</b>	<b>2.535.860</b>	<b>1.580.453</b>	<b>(865.000)</b>	<b>249.232</b>	<b>(245.685)</b>	<b>3.254.860</b>
Circulante	159.762					130.440
Não circulante	2.376.098					3.124.420

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	993.236	603.000	(125.000)	52.872	(34.211)	1.489.897
IPCA	152.292	-	-	23.944	(8.073)	168.163
Gastos com captação	(5.464)	(24.434)	-	3.062	-	(26.836)
<b>Total ao custo</b>	<b>1.140.064</b>	<b>578.566</b>	<b>(125.000)</b>	<b>79.877</b>	<b>(42.284)</b>	<b>1.631.223</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	244.804	680.000	-	105.948	(28.946)	1.001.805
Marcação a mercado	13.258	-	-	(110.426)	-	(97.169)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>258.062</b>	<b>680.000</b>	<b>-</b>	<b>(4.478)</b>	<b>(28.946)</b>	<b>904.637</b>
<b>Total</b>	<b>1.398.126</b>	<b>1.258.566</b>	<b>(125.000)</b>	<b>75.399</b>	<b>(71.230)</b>	<b>2.535.860</b>
<b>Circulante</b>	<b>129.898</b>					<b>159.762</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.268.228</b>					<b>2.376.098</b>

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	CDI + 1,20% a 1,40%	(a)	1.719.109	1.489.897	2021 a 2028	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA+ 5,35%	(b)	177.893	168.163	2017 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação			(5.977)	(26.836)		
<b>Total mensuradas ao custo</b>			<b>1.891.025</b>	<b>1.631.223</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	IPCA + 4,30% a 5,99% (1)	(c)	1.560.188	270.320	2018 a 2029	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
IPCA	IPCA + 4,30% (1)	(c)	-	731.485	2029 a 2031	Fiança da CPFL Energia
<b>Marcação a mercado</b>			<b>(196.354)</b>	<b>(97.169)</b>		
<b>Total mensuradas ao valor justo</b>			<b>1.363.834</b>	<b>904.637</b>		
<b>Total</b>			<b>3.254.860</b>	<b>2.535.860</b>		

(1) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação em IPCA para variação CDI. Para mais informações sobre a taxas consideradas, vide nota 32.

**Taxa efetiva a.a.:**

- (a) CDI + 1,20% a 1,58%
- (b) IPCA+ 5,49%
- (c) CDI + 1,48% e IPCA + 5,99% a 6,31%

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 196.354 (R\$ 97.169 em 31 de dezembro de 2021), que deduzidos das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 128.179 (R\$ 66.571 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 68.175 (R\$ 30.598 em 31 de dezembro de 2021).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2024	224.745
2025	138.765
2026	1.289.844
2027	200.428
2028	1.466.991
<b>Subtotal</b>	<b>3.320.774</b>
Marcação a mercado	(196.354)
<b>Total</b>	<b>3.124.420</b>

#### Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montante em R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		Liberado em 2022	Liberado líquido dos gastos de emissão						
Moeda nacional									
IPCA									
13ª Emissão	493.000	493.000	493.000	Semestral	2 Parcelas Mai/28 e Mai/29	(a)	IPCA + 5,9853%	IPCA +	CDI + 0,60%
CDI									
14ª Emissão	1.090.000	1.090.000	1.087.453	Semestral	Parcela única em dezembro de 2026	(a)	CDI + 1,20%	CDI + 1,20%	Não se aplica
	<u>1.583.000</u>	<u>1.583.000</u>	<u>1.580.453</u>						

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívida e reforço de capital de giro Companhia.

#### Pré-pagamento:

Durante o exercício de 2022 foram liquidadas antecipadamente R\$ 1.398.334 em debêntures, cujo os vencimentos originais eram até maio de 2024.

## Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia, não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

## ( 18 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada, que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A.), sendo conforme abaixo:

### 18.1 – Características:

**“Plano 1” (Plano Único da incorporada):** Plano do tipo “benefício definido” com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018, conforme mencionado na nota 1; e

**“Plano 2” (Plano Único da incorporadora):** Plano do tipo “benefício definido”, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação Família Previdência.

Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de “contribuição definida”, sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela companhia a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras.

Ao final do exercício de 2022 a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

## 18.2 - Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2022		31/12/2021	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	439.609	589.674	472.498	622.201
Valor justo dos ativos do plano	(468.394)	(499.466)	(451.414)	(482.743)
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b>(28.785)</b>	<b>90.209</b>	<b>21.084</b>	<b>139.458</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	28.785	-	-	-
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>-</b>	<b>90.209</b>	<b>21.084</b>	<b>139.458</b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	Plano 1	Plano 2
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020</b>	<b>452.237</b>	<b>670.330</b>
Custo do serviço corrente bruto	(1.167)	1.142
Juros sobre obrigação atuarial	33.746	50.085
Contribuições de participantes vertidas no exercício	205	554
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	25.026	14.221
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(9.252)	(76.057)
Benefícios pagos no exercício	(28.297)	(38.074)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021</b>	<b>472.498</b>	<b>622.201</b>
Custo do serviço corrente bruto	(79)	1.367
Juros sobre obrigação atuarial	42.801	56.456
Contribuições de participantes vertidas no exercício	160	565
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	10.647	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(52.349)	(45.221)
Benefícios pagos no exercício	(34.069)	(45.694)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b>	<b>439.609</b>	<b>589.674</b>

	Plano 1	Plano 2
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020</b>	<b>(463.399)</b>	<b>(493.876)</b>
Rendimento esperado no exercício	(34.980)	(36.792)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(205)	(554)
Contribuições de patrocinadoras	(2.160)	(3.201)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	21.033	13.616
Benefícios pagos no exercício	28.297	38.074
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021</b>	<b>(451.414)</b>	<b>(482.733)</b>
Rendimento esperado no exercício	(40.933)	(43.517)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(160)	(565)
Contribuições de patrocinadoras	(2.308)	(2.286)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(7.648)	(16.049)
Benefícios pagos no exercício	34.069	45.694
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022</b>	<b>(468.394)</b>	<b>(499.456)</b>

### 18.3 - Movimentações dos passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
<b>Passivo atuarial no início do exercício</b>	<b>21.084</b>	<b>139.458</b>	-	<b>176.444</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.789	14.306	(1.539)	14.435
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(2.308)	(2.286)	(2.160)	(3.201)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	10.647	-	25.026	14.221
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(52.349)	(45.221)	(9.252)	(76.057)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(7.648)	(16.049)	21.033	13.616
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	28.785	-	(12.024)	-
<b>Passivo atuarial no fim do exercício</b>	<b>-</b>	<b>90.209</b>	<b>21.084</b>	<b>139.458</b>

### 18.4- Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2023 estão apresentadas no montante de R\$ 2.425 (plano 1) e R\$ 2.411 (plano 2).

Os benefícios esperados a serem pagos pela Fundação Família Previdência nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	Plano 1	Plano 2
2023	35.530	47.085
2024	36.729	48.670
2025	37.973	50.198
2026	39.189	51.726
2027 a 2032	260.908	345.337
Total	<b>410.329</b>	<b>543.016</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a duração média da obrigação do benefício definido foi 9,4 anos (Plano 1) e 9,6 anos (Plano 2).

### 18.5- Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2022 e 2021, são como segue:

	2023 estimadas		2022 realizadas	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Custo do serviço	(80)	848	(79)	1.367
Juros sobre obrigações atuariais	43.830	58.821	42.801	56.456
Rendimento esperado dos ativos do plano	(46.955)	(49.605)	(40.933)	(43.517)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	2.991	-	-	-
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>(214)</b>	<b>10.064</b>	<b>1.789</b>	<b>14.306</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<i>Planos 1 e 2</i>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,88% a.a.(*)	5,74% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
	BR-EMS sb v.2015 (-20) (**)	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de mortalidade geral:	Light fraca	Light média
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Nula	Nula
Taxa de rotatividade esperada:		
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(\*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 4,45% em 2022 e de 5,22% em 2021.

(\*\*) Tábua biométrica de mortalidade geral para a RGE Sul é BR-EMSSb v.2021 por sexo.

## 18.6 - Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, administrados pela Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2023, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2022.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	<u>Plano 1</u>		<u>Plano 2</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Renda fixa</b>	<b>75%</b>	<b>78%</b>	<b>74%</b>	<b>77%</b>
Títulos públicos federais	66%	68%	64%	65%
Títulos privados (instituições financeiras)	3%	4%	3%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	2%	3%	3%	3%
Fundos de investimento multimercado	4%	4%	4%	4%
<b>Renda variável</b>	<b>12%</b>	<b>12%</b>	<b>14%</b>	<b>14%</b>
Fundos de investimento em ações	12%	12%	14%	14%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>9%</b>	<b>7%</b>	<b>8%</b>	<b>5%</b>
Fundos de investimento multimercado	9%	7%	8%	5%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>97%</b>	<b>98%</b>	<b>96%</b>	<b>97%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>-</b>	<b>-1%</b>	<b>-</b>	<b>-1%</b>
Depósitos judiciais e outros	-	-1%	-	-1%
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>3%</b>	<b>2%</b>	<b>4%</b>	<b>3%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

<b>Metas 2023 - Fundação Família Previdência</b>		
	<b>Plano 1</b>	<b>Plano 2</b>
Renda fixa	72,0%	71,9%
Renda variável	10,2%	10,8%
Imóveis	1,0%	1,2%
Empréstimos e financiamentos	1,8%	2,6%
Investimentos estruturados	15,0%	13,5%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

A meta de alocação para 2023 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2022 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2023, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos é o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano. Os estudos levam em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos das classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazo, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos

considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

### **18.7 - Análise de sensibilidade**

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

· Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 10.444 no plano 1 e R\$ 14.288 no plano 2 (redução de R\$ 10.017 no plano 1 e R\$ 13.691 no plano 2).

· Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 7.400 no plano 1 e R\$ 10.770 no plano 2 (aumento de R\$ 7.172 no plano 1 e R\$ 10.476 no plano 2).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38% a.a. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a.

As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

### **18.8 - Risco de investimento:**

Os planos de benefícios da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia.

Os planos de benefícios da Companhia tem sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente.

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição à risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos

e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

#### ( 19 ) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.355	1.114
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.937	7.937
Bandeiras tarifárias e outros	<u>1</u>	<u>133.549</u>
<b>Total</b>	<b><u>9.292</u></b>	<b><u>142.599</u></b>

**Bandeiras tarifárias e outros** – O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021. A partir de janeiro de 2022 a bandeira tarifária passou a ser registrada no grupo de Ativo e passivo financeiro setorial.

#### ( 20 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	14.659	10.170
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	<u>7.766</u>	<u>7.704</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b><u>22.425</u></b>	<b><u>17.875</u></b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	115.806
Programa de integração social - PIS	8.412	5.293
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	39.138	24.862
Outros	<u>18.456</u>	<u>13.960</u>
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b><u>66.007</u></b>	<b><u>159.921</u></b>
<b>Total Circulante</b>	<b><u>88.432</u></b>	<b><u>177.796</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	7.138	6.906
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	<u>2.016</u>	<u>1.896</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b><u>9.154</u></b>	<b><u>8.802</u></b>
<b>Total Não circulante</b>	<b><u>9.154</u></b>	<b><u>8.802</u></b>

**Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ:** no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro.

**Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS** – a redução deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: (i) redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e (ii) não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

**( 21 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	83.841	39.054	75.682	41.612
Cíveis	68.577	12.072	104.178	24.882
Fiscais	20.764	42.829	19.058	39.649
Regulatórios	34.645	-	15.909	-
Outros	369	-	369	-
<b>Total</b>	<b>208.196</b>	<b>93.954</b>	<b>215.196</b>	<b>106.144</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	75.682	24.849	(6.055)	(19.466)	8.832	83.841
Cíveis	104.178	68.858	(28.976)	(92.941)	17.457	68.577
Fiscais	19.058	417	(69)	(328)	1.686	20.764
Regulatórios	15.909	16.819	-	-	1.918	34.645
Outros	369	-	-	-	-	369
<b>Total</b>	<b>215.196</b>	<b>110.943</b>	<b>(35.100)</b>	<b>(112.735)</b>	<b>29.893</b>	<b>208.196</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e terceirizados da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade, insalubridade e equiparação salarial. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão nas categorias, empregados próprios, terceirizados e ações de indenização;
- b. **Cíveis** - as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros;
- c. **Fiscais** – os processos fiscais são relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza – ISSQN, SAT e ICMS, cujas discussões são mantidas na esfera administrativa e judicial;
- d. **Regulatórios** - os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador; e
- e. **Outros** - referem-se a Autos de Infração da AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS.

#### Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim representadas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Principais causas</u>
Trabalhistas	289.726	325.171	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.016.744	1.005.363	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifaria, revisão de contratos
Fiscais	1.119.564	1.056.046	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	580.542	546.262	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	79.320	48.394	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b><u>3.085.896</u></b>	<b><u>2.981.235</u></b>	

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

**( 22 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	220.192	112.063	84.754	75.415
Programa de eficiência energética - PEE	135.235	137.480	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	54.235	70.116	16.348	1.451
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	15.232	21.560	-	-
Adiantamentos	18.344	15.219	2.051	3.084
Descontos tarifários - CDE	26.515	19.194	-	-
Folha de pagamento	4.137	3.754	-	-
Participação nos lucros	21.206	16.940	2.119	1.933
Convênios de arrecadação	38.239	38.935	-	-
Garantias	-	-	823	993
Outros	12.584	6.786	49.079	34.934
<b>Total</b>	<b>545.918</b>	<b>442.046</b>	<b>155.174</b>	<b>117.810</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**Consumidores e concessionárias:** referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. O saldo no passivo não circulante de R\$ 84.754 (R\$ 75.415 em 31 de dezembro de 2021), refere-se à energia de curto prazo (CCEE) relacionada ao Despacho ANEEL nº 288 (nota 35).

**Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à Conta de desenvolvimento energético (“CDE”) em favor da modicidade tarifária.

**Adiantamentos:** referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

**Descontos tarifários – CDE:** refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

**Participação nos lucros:** em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

**Convênios de arrecadação -** referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

**Outros:** refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia.

## ( 23 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99
<b>Total</b>	<b>1.125.427</b>	<b>100,00</b>

### 23.1 - Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,40 vezes o EBITDA em 2022 (2,63 vezes em 2021), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

### 23.2 - Capital social

Através da AGO/E de 28 de abril de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.857, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2021 sem emissão de novas ações.

### 23.3 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 28 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2021, através de (i) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 591.850, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 525,889679126.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2022:

Na AGE de 12 de dezembro de 2022, foi aprovada a declaração de dividendos intermediários no valor de R\$ 67.407, a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022.

Dividendo mínimo obrigatório proposto no montante de R\$ 185.718, que será deliberado na AGO em abril de 2023.

No exercício de 2022, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 659.258 de dividendos.

## 23.4 Reserva de capital

Refere-se ao benefício fiscal do Intangível Incorporado, oriundo das incorporações da CPFL Jaguariúna e da Rio Grande Energia de R\$ 163.105.

## 23.5 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.047.448, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 288.073, (ii) Reserva de lucros a realizar R\$ 355.275 e (iii) Reserva estatutária – reforço de capital de giro R\$ 404.100.

## 23.6 Resultado abrangente acumulado

É composto por:

- entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 88.305 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);
- efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquidos dos efeitos tributários com saldo credor de R\$ 3.343 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48;

## 23.7 - Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2022</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.065.789</b>
Reserva legal	(53.289)
Reserva de lucros a realizar	(355.275)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(404.100)
Dividendos intermediários	(67.407)
Dividendo mínimo obrigatório	(185.718)

Considerando avaliações da controladora da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 404.100 à reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 355.275, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Eventuais alterações

nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2023, mediante aprovação da Administração.

#### **( 24) LUCRO POR AÇÃO**

##### **Lucro por ação – básico**

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	1.065.789	976.685
<b>Denominador</b>		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	1.125.427	1.125.427
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$</b>	<b>947,01</b>	<b>867,83</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

## ( 25 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	2.618.664	2.562.073	5.753	5.732	5.140.312	5.893.062
Industrial	17.299	17.843	1.259	1.385	1.026.876	1.150.286
Comercial	178.460	175.366	1.768	1.833	1.667.058	1.917.877
Rural	229.900	248.130	1.458	1.548	975.962	966.324
Poderes públicos	22.862	22.115	360	316	326.332	316.171
Iluminação pública	574	539	537	553	269.557	307.184
Serviço público	3.911	3.780	296	313	238.188	279.012
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>3.071.670</b>	<b>3.029.846</b>	<b>11.430</b>	<b>11.680</b>	<b>9.644.284</b>	<b>10.829.915</b>
Consumo próprio	236	225	6	6	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	13.728	(129.146)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(4.973.807)	(5.215.346)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>3.071.906</b>	<b>3.030.071</b>	<b>11.436</b>	<b>11.685</b>	<b>4.684.205</b>	<b>5.485.423</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			342	1.249	212.319	400.021
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(111.666)	(100.162)
Energia elétrica de curto prazo			1.380	837	76.616	293.752
<b>Suprimento de energia elétrica</b>			<b>1.722</b>	<b>2.086</b>	<b>177.269</b>	<b>593.611</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					5.085.473	5.315.508
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					1.473.348	1.362.721
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(64.447)	(44.240)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					1.896.946	1.217.764
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					133.045	971.353
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					538.295	510.119
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares					707.953	697.980
Outras receitas e rendas					160.852	123.301
<b>Outras receitas operacionais</b>					<b>9.931.465</b>	<b>10.154.506</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>					<b>14.792.939</b>	<b>16.233.540</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS					(1.747.535)	(3.164.980)
PIS					(171.301)	(207.417)
COFINS					(788.935)	(955.379)
ISS					(152)	(153)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.465.147)	(983.845)
Programa de P & D e eficiência energética					(80.700)	(89.768)
PROINFA					(68.862)	(45.989)
Bandeiras tarifárias e outros					(13.902)	(112.599)
Outros					(15.656)	(12.963)
					<b>(4.352.189)</b>	<b>(5.573.092)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					<b>10.440.750</b>	<b>10.660.448</b>

### 25.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de janeiro de 2018, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e

excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADÉE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquida no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

## **25.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)**

Em junho de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória (“REH”), reajusta a tarifa da Companhia. As tarifas têm vigência de 16 de junho até 15 de junho do ano subsequente e os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 14 de junho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução homologatória (“REH”) 3.044 postergando o reajuste tarifário da Companhia. Em 22 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.045, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 8,72%, sendo 7,60% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,12% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 10,98%.

Em 2021 (REH nº 2.880), o reajuste médio foi de +15,23%, sendo +16,68% referentes ao reajuste tarifário econômico, -1,45% relativos aos componentes financeiros pertinentes e 9,95% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

## **25.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares**

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2022, foi registrada receita de R\$ 707.953 (R\$ 697.980 em 2021), sendo (i) R\$ 79.667 (R\$ 62.083 em 2021) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 595.080 (R\$ 587.451 em 2021) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 431 (R\$ 7 em 2021) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 32.775 (R\$ 48.439 em 2021) de subvenção CCRBT.

## **25.4 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)**

A ANEEL, por meio da REH nº 3.004, de 14 de dezembro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO, relativas às competências de janeiro a abril de 2022.

A REH nº 3.034, de 26 de abril de 2022, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2022.

E, criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a CDE Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº

939 de 05 de abril de 2021, e os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

## 25.5 Redução das alíquotas de ICMS nas tarifas de energia elétrica:

Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194, que determinou a redução das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica pelos Estados, bem como reduziu a base de cálculo do tributo. Nesse contexto, a Companhia realizou a análise das normas e legislações estaduais sobre o tema de forma a refletir o melhor entendimento da nova determinação em seus sistemas de faturamento.

### ( 26 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	3.215	3.315	936.675	1.173.077
PROINFRA	278	314	166.119	104.659
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	11.855	12.465	2.405.054	3.814.735
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(312.537)	(456.181)
<b>Subtotal</b>	<b>15.347</b>	<b>16.095</b>	<b>3.195.311</b>	<b>4.636.290</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica			1.009.597	815.126
Encargos de transporte de itaipu			89.518	95.504
Encargos de conexão			187.872	157.817
Encargos de uso do sistema de distribuição			5.208	7.285
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			192.011	603.967
Encargos de energia de reserva - EER			208.772	52.357
Crédito de PIS e COFINS			(156.597)	(160.212)
<b>Subtotal</b>			<b>1.536.380</b>	<b>1.571.843</b>
<b>Total</b>			<b>4.731.691</b>	<b>6.208.132</b>

(\*) Conta de energia de reserva

A redução do custo com energia adquirida para revenda no ano de 2022 está associada principalmente ao menor acionamento de usinas térmicas (contratos por disponibilidade) e ao PLD em níveis mínimos, em comparação ao mesmo período de 2021.

A Redução no custo com ESS deve-se a grande melhora do cenário energético que reduziu o acionamento de usinas termelétricas no ano de 2022.

**( 27 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Outros custos com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais						Total	
	2022	2021	2022	2021	Vendas		Gerais e administrativas		Outros		2022	2021
					2022	2021	2022	2021	2022	2021		
Pessoal	223.883	196.337	-	-	93.711	84.879	73.847	63.931	-	-	391.441	345.147
Entidade de previdência privada	16.095	12.896	-	-	-	-	-	-	-	-	16.095	12.896
Material	104.543	71.824	471	343	9.941	8.879	3.983	3.987	-	-	118.939	85.033
Serviços de terceiros	151.347	131.088	467	450	38.005	40.666	123.175	99.969	-	-	312.993	272.174
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.896.946	1.217.764	-	-	-	-	-	-	1.896.946	1.217.764
Outros	23.742	24.926	(4)	(3)	24.227	28.315	124.327	88.171	94.028	97.398	266.320	238.807
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	25.846	28.624	-	-	-	-	25.846	28.624
Arrendamentos e aluguéis	24.273	23.066	-	-	-	-	394	9.049	-	-	24.667	32.115
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	6.904	5.198	-	-	6.904	5.198
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	112.102	73.527	-	-	112.102	73.527
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	92.320	95.517	92.320	95.517
Compensação financeira pela utilização de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(531)	1.861	(4)	(3)	(1.618)	(309)	4.927	397	1.708	1.881	4.481	3.826
<b>Total</b>	<b>519.609</b>	<b>437.072</b>	<b>1.897.880</b>	<b>1.218.554</b>	<b>165.884</b>	<b>162.739</b>	<b>325.332</b>	<b>256.059</b>	<b>94.028</b>	<b>97.398</b>	<b>3.002.734</b>	<b>2.171.822</b>

## ( 28 ) RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	64.997	24.500
Acréscimos e multas moratórias	95.830	100.063
Atualização de créditos fiscais	159.487	59.191
Atualização de depósitos judiciais	6.759	2.741
Atualizações monetárias e cambiais	23.087	59.588
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	5.881	4.222
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	116.562	22.332
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(23.427)	(15.418)
Outros	25.691	27.032
<b>Total</b>	<b>474.867</b>	<b>284.251</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(424.638)	(222.955)
Atualizações monetárias e cambiais	(369.367)	(247.767)
(-) Juros capitalizados	20.847	12.959
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(7.773)	-
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(146.836)	(54.904)
Outros	(48.943)	(48.187)
<b>Total</b>	<b>(976.709)</b>	<b>(560.854)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b><u>(501.841)</u></b>	<b><u>(276.603)</u></b>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,13% a.a. em 2022 (7,19% a.a. em 2021) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 401.706 (ganhos R\$ 6.713 em 2021) (nota 32).

## ( 29 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2022, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S/A.  
Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.  
Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.

- b) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** – A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 7.561 (R\$ 4.207 em 2021). Este valor é composto por R\$ 6.600 (R\$ 3.250 em 2021) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 116 (R\$ 77 em 2021) de benefícios pós-emprego e R\$ 845 (R\$ 880 em 2021) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

#### **Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	532	576	4.792	3.663	-	-	49.783	41.052
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	297	-	-	-	246	147
<b>Contrato de Mútuo</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	-	-	-	126.750	-	-	9.918	13.281
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	185.718	-	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	15.516	7.706	-	-	61.514	26.608
Entidades sob o controle da CPFL Energia (**)	555	281	10.457	7.737	-	-	139.597	56.596
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	23	15	11.318	5.338	137	123	382.471	90.428
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	6.245	6.700	-	-	51.245	57.309
<b>Encargos - Rede básica</b>								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	6	6	-	-	-	-	102.182	86.919
<b>Outras operações financeiras</b>								
State Grid Brazil Power Participações S.A. (***)	-	-	380.000	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	24.451	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	(50)	-	-	-
<b>Outros</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	3.453	-	866	2.973

(\*) O saldo do mútuo com remuneração de 107% a.a. do CDI, foi quitado em dezembro de 2022.

(\*\*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia o

montante de R\$ 18.378 no exercício (R\$ 84.811 em 2021), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(\*\*) Em 21 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a emissão de debêntures no montante de R\$ 1.090.000 MM, com taxa efetiva anual de CDI + 1,20% pelo prazo de quatro anos, sendo adquirida pela State Grid Brazil Power Participações S.A o montante de R\$ 380.000 MM.

## ( 30 ) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	133.000
Transporte	Transporte nacional	271.615
Responsabilidade civil	Geral e risco ambiental	50.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	379.521
Garantia	Seguro Garantia	1.644.789
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
<b>Total</b>		<b>2.628.925</b>

Determinadas apólices para cobertura de ativo fixo e responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

## ( 31 ) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

### Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos;
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;

- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

**Risco de sub/sobrecontratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2022 observou-se uma hidrologia favorável, o que possibilitou a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em todo país que haviam iniciado o ano com volumes reduzidos devido à condição adversa de 2021.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das

operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

#### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

### **( 32 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	464.913	464.913
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	615	615
Derivativos	32	(a)	Nível 2	168.644	168.644
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	8.010.390	8.010.390
<b>Total</b>				<b>8.644.562</b>	<b>8.644.562</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	2.202.287	2.202.287
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.378.667	1.378.667
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.891.025	1.875.759
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	1.363.835	1.363.835
Derivativos	32	(a)	Nível 2	78.634	78.634
<b>Total</b>				<b>6.914.447</b>	<b>6.899.182</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 130.440 em 2022 (um ganho de R\$ 138.289 em 2021).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções; fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, (ix) passivo financeiro setorial, e (x) mútuo entre coligadas, controladas e controladora.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

#### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

## b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional	
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (1)					Ganho (Perda) na marcação a mercado
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	118.814	(35.884)	82.930	159.670	(76.740)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87%) ou (1,83% a 2,64%)	CDI + 0,8% a 1,26%	jan/23 a jun/26	1.268.777
	<u>118.814</u>	<u>(35.884)</u>	<u>82.930</u>	<u>159.670</u>	<u>(76.740)</u>				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	49.831	(42.751)	7.080	135.259	(128.179)	IPCA + 4,3% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CDI ou CDI + 0,6%	ago/24 a maio/31	1.392.600
	<u>49.831</u>	<u>(42.751)</u>	<u>7.080</u>	<u>135.259</u>	<u>(128.179)</u>				
<b>Total</b>	<u>168.644</u>	<u>(78.634)</u>	<u>90.010</u>	<u>294.929</u>	<u>(204.919)</u>				
Circulante	39.714	-							
Não circulante	128.930	(78.634)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2022
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	469.269	(296.260)	121.920	294.929
Marcação a mercado (*)	(100.446)	(104.473)	-	(204.919)
<b>Total</b>	<u>368.823</u>	<u>(400.733)</u>	<u>121.920</u>	<u>90.010</u>
<b>Ativo circulante</b>	<b>103.613</b>			<b>39.714</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>289.343</b>			<b>128.930</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(24.133)</b>			<b>(78.634)</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2022 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida e debêntures para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2022 e 2021 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2022	2021	2022	2021
Varição de taxas de juros	(30.968)	69.712	-	-
Marcação a mercado	(62.368)	(103.507)	761	(1.723)
Varição cambial	(265.292)	99.104	-	-
Marcação a mercado	(43.078)	(58.595)	212	4.220
<b>Total</b>	<b>(401.706)</b>	<b>6.713</b>	<b>973</b>	<b>2.498</b>

#### c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia classifica o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício em 2022 de R\$ 559.063 (R\$ 522.435 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 25.

#### d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

#### Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

#### d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.378.667)		(110.712)	261.633	633.978
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.402.465		112.623	(266.149)	(644.921)
<b>Total</b>	<b>23.798</b>	baixa dolar	<b>1.911</b>	<b>(4.516)</b>	<b>(10.943)</b>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>			<b>1.911</b>	<b>(4.516)</b>	<b>(10.943)</b>

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2022 foi de R\$ 5,22 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,64 e a depreciação cambial de 8,03% em 31.12.2022.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

## d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	460.444				64.140	80.175	96.210
Instrumentos financeiros passivos	(1.719.109)				(239.472)	(299.340)	(359.208)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.804.442)				(390.659)	(488.324)	(585.988)
	<b>(4.063.108)</b>	alta CDI	13,65%	13,93%	<b>(565.991)</b>	<b>(707.489)</b>	<b>(848.986)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(3.758.017)				(247.653)	(185.740)	(123.827)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.491.987				98.322	73.741	49.161
Ativo financeiro da concessão	8.010.390				527.885	395.914	263.942
	<b>5.744.361</b>	baixa IPCA	5,79%	6,59%	<b>378.554</b>	<b>283.915</b>	<b>189.276</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	(124.499)				(17.343)	(21.678)	(26.014)
	<b>(124.499)</b>	alta SELIC	13,65%	13,93%	<b>(17.343)</b>	<b>(21.678)</b>	<b>(26.014)</b>
<b>Total</b>	<b>1.556.753</b>				<b>(204.780)</b>	<b>(445.252)</b>	<b>(685.724)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>					<b>245</b>	<b>100</b>	<b>(45)</b>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>					<b>(205.025)</b>	<b>(445.352)</b>	<b>(685.679)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

## e) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

## Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, foi calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

<b>Classe</b>	<b>Dias</b>	<b>Período</b>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

## Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outro índice ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

## Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- (nota 32 b).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

## Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 32 b). A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

## **f) Análise de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	871.801	18.659	-	-	-	244.771	1.135.231
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	27.665	443.862	515.150	1.927.832	1.904.152	-	4.818.661
Derivativos	32	-	-	-	35.884	-	42.751	78.634
Debêntures - principal e encargos	17	-	148.695	247.760	830.258	1.790.166	1.515.069	4.531.948
Taxas regulamentares	19	9.292	-	-	-	-	-	9.292
Outros	22	11.028	248.924	13.710	-	-	84.754	358.416
Consumidores e concessionárias		11.028	208.588	575	-	-	84.754	304.946
EPE / FNDCT / PROCEL		-	2.097	13.135	-	-	-	15.232
Convênio de arrecadação		-	38.239	-	-	-	-	38.239
<b>Total</b>		<b>919.787</b>	<b>860.140</b>	<b>776.620</b>	<b>2.793.974</b>	<b>3.694.318</b>	<b>1.887.345</b>	<b>10.932.183</b>

### ( 33 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2022 um valor de R\$ 20.847 (R\$ 12.959 em 2021) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

Ainda em 2022, houve o aumento do capital social (nota 23) da Companhia no montante de R\$ 10.857 (R\$ 10.857 mesmo período de 2021), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2022.

### ( 34 ) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 5 anos	2.692.823	5.026.772	4.664.725	-	12.384.320
Compra de energia de Itaipu	Até 5 anos	640.398	1.305.109	1.308.628	-	3.254.135
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 5 anos	1.605.382	3.431.087	3.189.563	-	8.226.031
Projetos de construção de subestação	Até 1 ano	258.351	30.091	1.664	2.708	292.814
Fornecedores de materiais e serviços		731.858	544.149	43.183	908	1.320.098
<b>Total</b>		<b>5.928.811</b>	<b>10.337.208</b>	<b>9.207.763</b>	<b>3.616</b>	<b>25.477.398</b>

### ( 35 ) EXPOSIÇÃO DECORRENTE DE PREÇOS ENTRE SUBMERCADOS - CCEE

A Companhia é parte ativa no processo nº 2002.34.00.026509-0, cujo pleito é a anulação dos efeitos do Despacho ANEEL nº 288, que determinou a obrigatoriedade da adesão ao mecanismo de alívio de exposição financeira para as operações realizadas no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). As transações efetuadas sem a adesão ao mecanismo de alívio de exposição de diferença de preços entre os submercados resultaram num ganho de R\$ 437.800 em 16 de maio de 2002, a ANEEL emitiu o Despacho nº 288, considerando ilegal a opção da Companhia durante o período anterior à aprovação do ato. A Companhia, mesmo não concordando com o Órgão Regulador e mantendo o questionamento judicial do Despacho nº 288, registrou em 31 de dezembro de 2002, por tratar-se de ativo contingente, provisão para perdas sobre esse crédito no mesmo montante de R\$ 437.800.

Durante o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, a Companhia efetuou transações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE, resultando no montante líquido a pagar de R\$ 244.771 (R\$ 217.800 em 31 de dezembro de 2021) (nota 13), cujo pagamento está suspenso por conta de decisão judicial obtida em Medida Cautelar n. 0043277-81.2012.4.01.0000/DF.

Com o ajuizamento do processo nº 2002.34.00.026509-0, a Companhia obteve liminar a fim de que os valores que o Despacho nº 288 lhe suprimiram, fossem imediatamente pagos. Em decorrência disso, a ANEEL e a CCEE executaram os atos necessários para tanto, determinando a um conjunto de empresas que depositasse os valores em favor da Companhia. Parte dessas empresas se insurgiu contra a decisão e, em 10 de novembro de 2008, a Companhia recebeu o valor de R\$ 27.783 de empresas que não obtiveram liminares. Em 18 de novembro de 2008 foi proferida decisão reconsiderando, em parte, a antecipação de tutela, para torná-la sem efeito no tocante à imposição à ANEEL da obrigação de contabilizar esses valores em favor da Companhia e, em função dessa decisão, a Companhia registrou um passivo no mesmo montante de R\$ 84.754 (R\$ 75.415 em 31 de dezembro de 2021 nota 22).

Em 29 de junho de 2012, foi publicada a sentença do processo nº 2002.34.00.026509-0, que julgou improcedentes os pedidos da Companhia. De acordo com a sentença, a adesão ao mecanismo de alívio de exposição deve ser entendida como mandatória – e não facultativa, conforme defendido pela Companhia – e o Despacho nº 288 considerado como legal.

Em 11 de julho de 2012, a Companhia interpôs recurso de apelação contra tal sentença que, em 27 de março de 2014, por maioria de votos (2x1), foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando a ilegalidade do Despacho nº 288. As partes requeridas no processo apresentaram recursos de embargos de declaração contra esta decisão. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada decisão negando provimento aos recursos e mantendo a decisão favorável à Companhia. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recursos de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão favorável obtida pela Companhia. Os recursos aguardam julgamento.

Além da existência da discussão judicial sobre a legalidade do Despacho nº 288, diversos agentes do mercado de energia elétrica ingressaram em juízo contra a Companhia objetivando a cobrança dos valores dos créditos oriundos da liquidação promovida pela CCEE sob os efeitos do Despacho nº 288, sendo que a única ação desta natureza que prosperou foi a ajuizada pela Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A., cuja liquidação ocorreu em 27 de setembro de 2016, encerrando desta forma a ação de cobrança no valor atualizado de R\$ 16.644, sendo de (i) principal R\$ 2.503, (ii) correção monetária e juros R\$ 12.603 e (iii) custas judiciais e honorários de R\$ 1.538.

### **(36) EVENTO SUBSEQUENTE**

#### **Decisão do STF sobre causas tributárias:**

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Presidente

**YUEHUI PAN**  
Vice Presidente

**FABRÍCIO MANGANELLI KLAFKE**  
Conselheiro

---

**DIRETORIA**

---

**MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Comercial

**OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA**  
Diretor de Operações

**JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES**  
Diretor de Assuntos Regulatórios

**FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

---

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

---

**SÉRGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6 S-RS

**ANA PAULA PERESSIM DE PAULO**  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
CT CRC 1SP217200/O-6

---

***RGE Sul***  
***Distribuidora de***  
***Energia S.A.***  
***Demonstrações financeiras em***  
***31 de dezembro de 2022***  
***e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
RGE Sul Distribuidora S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da RGE Sul Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

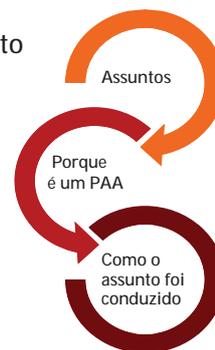
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RGE Sul Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





RGE Sul Distribuidora S.A.

## Porque é um PAA

### Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 7)

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2022 somava R\$ 421.331 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinado com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.

Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo, confrontando o volume de total de consumo de energia menos o volume faturado com o volume não faturado considerado como premissa para a estimativa da administração, e efetuamos teste de valorização com as tarifas por consumidor para volume alocado pela administração e confrontamos com os valores reconhecidos de receita.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração



RGE Sul Distribuidora S.A.

---

### Porque é um PAA

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

---

### Outros assuntos

#### Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 17 de março de 2022, sem ressalvas.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



RGE Sul Distribuidora S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive



RGE Sul Distribuidora S.A.

as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2023

*PricewaterhouseCoopers*  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:  
Adriano Formosinho Correia  
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA:78278562504  
CPF: 78278562504  
Signer Role: Partner  
Signing Time: 15 de março de 2023 | 21:23 BRT

Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 1BA029904/O-5

## Demonstrações Contábeis Regulatórias

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ nº 02.416.440/0001-62

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 20201

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado*)
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>2.845.882</b>	<b>3.410.486</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	464.913	322.437
Consumidores	6	1.194.120	1.399.093
Concessionárias e Permissionárias	6	27.381	101.073
Serviços em Curso		168.619	154.574
Tributos Compensáveis	7	158.431	113.339
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	541.208	478.204
Almoxarifado Operacional		30.167	18.507
Investimentos Temporários	8	30.032	15.181
Ativos Financeiros Setoriais	9	52.746	462.450
Despesas Pagas Antecipadamente		26.236	29.326
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	39.714	103.613
Outros Ativos Circulantes	11	112.314	212.689
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>13.046.927</b>	<b>12.551.403</b>
Consumidores	6	58.168	79.690
Tributos Compensáveis	7	172.974	116.776
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	1.963.226	2.283.726
Depósitos Judiciais e Cauções	18	93.954	106.144
Tributos Diferidos	10	84.731	210.515
Ativos Financeiros Setoriais	9	55.675	371.706
Despesas Pagas Antecipadamente		2.885	4.566
Bens e Direitos para Uso Futuro		378	378
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	128.930	289.343
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		271.374	323.476
Imobilizado	12	9.934.272	8.511.769
Intangível	12	280.358	253.314
<b>Total do Ativo</b>		<b>15.892.809</b>	<b>15.961.889</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.**  
**CNPJ nº 02.416.440/0001-62**  
**Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 20201**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado*)
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Circulante</b>			
		<b>2.768.011</b>	<b>2.569.291</b>
Fornecedores	13	890.460	1.090.239
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	627.163	722.124
Obrigações Sociais e Trabalhistas		63.899	54.763
Tributos	17	88.432	177.796
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	26	185.718	-
Encargos Setoriais	16	213.993	235.695
Passivos Financeiros Setoriais	9	134.653	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	250.942	-
Outros Passivos Circulantes	19	312.752	288.673
<b>Passivo Não Circulante</b>			
		<b>9.936.353</b>	<b>10.098.576</b>
Fornecedores	13	244.771	221.283
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	6.228.405	5.659.218
Benefício Pós-Emprego	15	90.209	160.542
Provisão para Litígios	18	217.350	223.998
Encargos Setoriais	16	16.348	1.451
Passivos Financeiros Setoriais	9	98.267	118.326
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	78.634	24.133
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	2.069.786	2.768.506
Outros Passivos Não Circulantes	19	124.670	116.359
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	20	767.913	804.760
<b>Total do Passivo</b>		<b>12.704.364</b>	<b>12.667.867</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social		2.842.391	2.831.534
Reservas de Capital		163.105	173.962
Outros Resultados Abrangentes		340.036	312.995
Reservas de Lucros		1.047.448	234.784
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais		-	591.850
Lucros ou prejuízos Acumulados		(1.204.535)	(851.102)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>21</b>	<b>3.188.445</b>	<b>3.294.023</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>15.892.809</b>	<b>15.961.889</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.**  
**CNPJ nº 02.416.440/0001-62**  
**Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Notas	2022	2021 (Reapresentado*)
<b>Receita</b>	<b>22</b>	<b>12.272.748</b>	<b>14.318.493</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		4.685.148	5.388.945
Suprimento de Energia Elétrica		100.652	299.859
Energia Elétrica de Curto Prazo		76.616	293.752
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		6.558.821	6.673.684
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		133.045	858.754
Serviços Cobráveis		11.454	9.041
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		707.010	794.458
<b>Tributos</b>		<b>(2.707.907)</b>	<b>(4.327.931)</b>
ICMS		(1.747.523)	(3.164.983)
PIS-PASEP		(171.301)	(207.417)
COFINS		(788.935)	(955.379)
ISS		(148)	(153)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(1.644.267)</b>	<b>(1.132.565)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(40.350)	(44.884)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(40.350)	(44.884)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(1.465.147)	(983.845)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(15.656)	(12.963)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA		(68.862)	(45.989)
Outros Encargos		(13.902)	-
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>7.920.574</b>	<b>8.857.996</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>23</b>	<b>(4.731.691)</b>	<b>(6.208.133)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.195.311)	(4.636.290)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(1.536.380)	(1.571.843)
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>3.188.882</b>	<b>2.649.864</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(1.656.731)</b>	<b>(1.477.175)</b>
Pessoal e Administradores	<b>24</b>	(407.526)	(358.043)
Material		(118.939)	(85.033)
Serviços de Terceiros		(312.993)	(272.174)
Arrendamento e Aluguéis		(34.878)	(32.115)
Seguros		(1.527)	(1.418)
Doações, Contribuições e Subvenções		2.587	(945)
Provisões		(97.438)	(68.843)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(85.430)	(110.853)
(-) Recuperação de Despesas		11.269	14.579
Tributos		(3.409)	(3.025)
Depreciação e Amortização		(510.335)	(452.849)
Depreciação		(423.166)	(371.709)
Amortização		(87.169)	(81.140)
Gastos Diversos		(133.332)	(99.921)
Outras Receitas Operacionais		164.121	126.044
Outras Despesas Operacionais		(128.902)	(132.578)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>1.532.152</b>	<b>1.172.689</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>25</b>	<b>(501.813)</b>	<b>(292.466)</b>
Receitas Financeiras		639.099	463.873
Despesas Financeiras		(1.140.912)	(756.339)
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>1.030.338</b>	<b>880.223</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	<b>10</b>	(368.020)	(298.368)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>662.318</b>	<b>581.855</b>
Atribuível aos Acionistas Controladores		662.318	581.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

(\*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6.

**RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.**  
**CNPJ nº 02.016.440/0001-62**

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>662.318</b>	<b>581.855</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquida dos Impostos	54.011	18.405
<b>Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	3.343	-
<b>Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<b>57.354</b>	<b>18.405</b>
<b>Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<b><u>719.672</u></b>	<b><u>600.260</u></b>
Atribuível aos Acionistas Controladores	719.672	600.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.**  
**CNPJ nº 02.016.440/0001-62**

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em**  
**31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado*)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>662.318</b>	<b>581.855</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Amortização	87.169	81.140
Depreciação	433.377	371.709
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	118.949	121.005
Imposto de renda e Contribuição social	368.020	298.368
Juros e variações monetárias	596.594	409.424
Obrigações pós-emprego	16.095	12.896
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	85.430	110.853
Provisões para litígios	97.149	66.684
	<b>2.465.102</b>	<b>2.053.934</b>
<b>Redução (aumento) de ativos</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	28.530	(173.143)
Depósitos vinculados a litígios	18.940	20.405
Tributos compensáveis	375.392	189.930
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(4.961)	(1.615)
Ativos financeiros setoriais	165.753	91.352
Outros ativos operacionais	168.277	(92.967)
<b>Aumento (redução) de passivos</b>		
Encargos setoriais	240	(17.120)
Fornecedores	(176.291)	69.415
Passivos financeiros setoriais	125.618	(833.971)
Obrigações pós-emprego	(4.594)	(5.395)
Salários e encargos sociais	4.869	4.080
Tributos e contribuição social	(99.067)	(5.540)
Provisões para litígios pagos	(112.735)	(112.535)
Repasse para o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	7.321	(6.869)
Outros passivos operacionais	101.775	83.026
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>3.064.168</b>	<b>1.262.986</b>
Encargos de dívidas pagos	(372.095)	(191.055)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(273.976)	(330.353)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>2.418.097</b>	<b>741.578</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições do imobilizado e intangível	(1.934.946)	(1.446.433)
Participação financeira do consumidor	(20.966)	193.778
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(191.669)	(26.239)
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	178.224	775.179
<b>Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento</b>	<b>(1.969.357)</b>	<b>(503.714)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	1.877.592	2.260.046
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(1.267.748)	(1.920.552)
Liquidação de operações com derivativos	(121.920)	525.509
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(659.258)	(989.230)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(134.932)	(183.800)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento</b>	<b>(306.266)</b>	<b>(308.027)</b>
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>142.475</b>	<b>(70.163)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	322.437	392.601
No fim do exercício	464.913	322.437

(\*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.  
CNPJ nº 02.416.440/0001-62  
**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
(Em milhares de Reais)

	Outros Resultados Abrangentes			Reserva de lucros			Dividendo Adicional Proposto	Lucros ou prejuízos Acumulados	Total	
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Outros	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar				Reserva estatutária - reforço de capital de giro
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>2.820.677</b>	<b>184.819</b>	<b>547.374</b>	<b>(160.721)</b>	<b>185.950</b>	<b>-</b>	<b>489.922</b>	<b>-</b>	<b>(506.622)</b>	<b>3.561.399</b>
<b>Resultado abrangente total</b>										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	581.855	581.855
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	18.405	-	-	-	-	-	18.405
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação	-	-	(76.287)	-	-	-	-	-	76.287	-
Outros resultados abrangentes: efeito tributário da realização da reserva de reavaliação	-	-	25.937	-	-	-	-	-	(25.937)	-
Outros resultados abrangentes: constituição de reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários	-	-	(41.714)	-	-	-	-	-	-	(41.714)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>										
Aumento de capital	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	48.834	-	-	-	(48.834)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>										
Aprovação de dividendos intermediários - AGE 07/10/2021 e 202/12/2021	-	-	-	-	-	-	(489.922)	-	(336.000)	(825.922)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	591.850	(591.850)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>2.831.534</b>	<b>173.962</b>	<b>455.311</b>	<b>(142.316)</b>	<b>234.784</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>591.850</b>	<b>(851.102)</b>	<b>3.294.023</b>
<b>Resultado abrangente total</b>										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	662.318	662.318
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	54.011	-	-	-	-	-	54.011
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação	-	-	(84.613)	-	-	-	-	-	84.613	-
Outros resultados abrangentes: efeito tributário da realização da reserva de reavaliação	-	-	34.578	-	-	-	-	-	(34.578)	-
Outros resultados abrangentes: constituição de reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários	-	-	19.722	-	-	-	-	-	-	19.722
Outros resultados abrangentes: risco de credito na marcação a mercado de passivos financeiros, liquidados dos efeitos tributários	-	-	-	3.343	-	-	-	-	-	3.343
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>										
Aumento de capital	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	53.289	-	-	-	(53.289)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	355.275	-	-	(355.275)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	-	-	404.100	-	(404.100)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>										
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.407)	(67.407)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	(591.850)	-	(591.850)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(185.718)	(185.718)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>2.842.391</b>	<b>163.105</b>	<b>424.998</b>	<b>(84.962)</b>	<b>288.073</b>	<b>355.275</b>	<b>404.100</b>	<b>-</b>	<b>(1.204.535)</b>	<b>3.188.445</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Relatório da Administração Regulatório

Senhores e senhoras Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia" ou "Concessionária") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

**Considerações Iniciais** - A RGE atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de sua existência. Em 2022, a RGE cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 3,1 milhões de clientes, em 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. O volume de energia vendida pela Companhia, em termos percentuais, corresponde a 3,7% de participação no mercado nacional.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 8,9% em relação ao exercício de 2021. As classes industrial e comercial, registraram reduções de 9,1% e 3,6%, respectivamente, refletindo o crescimento da geração distribuída na área de concessão da distribuidora e o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre. Já a classe Residencial registrou um crescimento de 0,4%, refletindo o aumento do número de consumidores em 2022 em relação a 2021 e o efeito positivo de temperatura no ano. Esses impactos foram parcialmente compensados pelo crescimento da geração distribuída na área de concessão da distribuidora, além da volta da mobilidade, após a pandemia de Covid-19.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Companhia para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio do Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 72,2 pontos, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, resultado 3,4 pontos (ou 4,9%) acima do resultado de 2021. O índice foi superior à média nacional de 67,0 pontos, mantendo a empresa na 13ª posição no ranking de sua categoria que já ocupava em 2021.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

**Perfil** – A RGE distribui energia elétrica para aproximadamente 6,8 milhões de pessoas, numa área que abrange 381 municípios do Estado de Rio Grande do Sul, entre a região metropolitana de Porto Alegre e a fronteira com o Uruguai e a Argentina, respectivamente, nos municípios de Santana do Livramento, Uruguai e São Borja. Atende cerca de 3,1 milhões de consumidores cativos e 2.178 consumidores livres. Em 2022, a Concessionária distribuiu 11.773 GWh ao mercado cativo e 6.914 GWh ao mercado livre (incluindo Uso D).

**Ligação de consumidores faturados** – No ano de 2022, o mercado cativo teve 41.824 unidades consumidoras a mais do que em 2021. O aumento foi observado principalmente nas classes residencial (com 56.591 a mais do que em 2021) e comercial (com 3.094 a mais do que em 2021). Nas classes industrial e rural houve reduções de 544 e 18.230 nas unidades consumidoras, respectivamente, em relação às quantidades de 2021. No caso da classe rural, essa diminuição deve-se, principalmente, à reclassificação de clientes, que foram alocados na classe comercial.

A seguir são apresentados os resultados sobre a quantidade de consumidores faturados e sua variação no período:

Número de Consumidores					
Consumidores	2018 <sup>1</sup>	2019	2020	2021	2022
Residencial	2.397.506	2.447.937	2.504.771	2.562.073	2.618.664
Comercial	180.373	178.340	174.478	175.366	178.460
Industrial	20.132	20.028	19.715	17.843	17.299
Rural	248.448	249.778	249.383	248.130	229.900
Poderes Públicos	20.766	21.252	22.009	22.115	22.862
Iluminação Pública	441	450	513	539	574
Serviço Público	3.443	3.532	3.599	3.780	3.911
<b>Total</b>	<b>2.871.109</b>	<b>2.921.317</b>	<b>2.974.468</b>	<b>3.029.846</b>	<b>3.071.670</b>
<b>Variação</b>		<b>1,7%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,9%</b>	<b>1,4%</b>

1. Considerando as empresas agrupadas (a partir de novembro de 2018).

**Comportamento do mercado** – A distribuição de energia da RGE, no período de janeiro a dezembro de 2022, totalizou 18.686 GWh, com uma redução de 2,9% em relação ao mesmo período de 2021, sendo 11.773 GWh para o mercado cativo (12.928 GWh em 2021), 6.205 GWh para o mercado livre (5.857 GWh em 2021) e 709 GWh como Uso D (453 GWh em 2021).

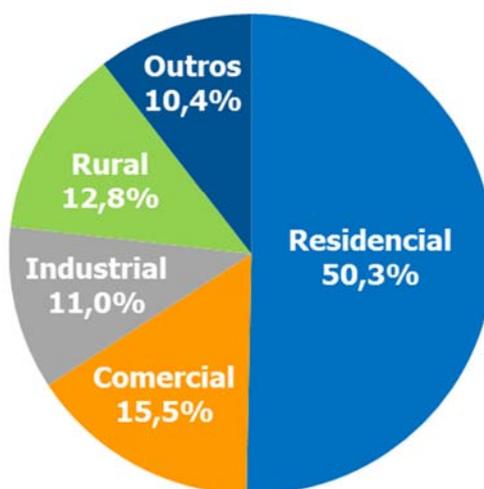
Destaque para a migração de clientes para o mercado livre, que levou a um crescimento de 9,6% nessa linha. No mercado cativo, a classe poder público apresentou crescimento de 14,0% em relação a 2021, refletindo o fim das medidas de restrição de mobilidades. As classes industrial e comercial apresentaram reduções de 9,1% e 3,6%, respectivamente, sendo ambas afetadas pela migração de clientes para o mercado livre. A classe rural apresentou queda de 5,8%, devido principalmente à reclassificação de clientes para a classe comercial. A classe residencial apresentou crescimento de 0,4%, devido ao aumento de número de unidades consumidoras, compensada parcialmente pelo efeito do fim das medidas de restrição de mobilidade e avanço da geração distribuída.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido					
Mercado Atendido - GWh	2018 <sup>1</sup>	2019	2020	2021	2022
<b>Energia Faturada</b>	<b>8.177</b>	<b>14.566</b>	<b>13.884</b>	<b>12.928</b>	<b>11.773</b>
Fornecimento	7.422	12.644	12.027	11.679	11.430
Residencial	3.191	5.605	5.817	5.732	5.753
Comercial	1.298	2.227	1.879	1.833	1.768
Industrial	1.034	1.844	1.400	1.385	1.259
Rural	1.107	1.548	1.627	1.548	1.458
Poderes Públicos	239	370	300	316	360
Iluminação Pública	292	578	570	553	537
Serviço Público	262	472	434	313	296
Suprimento p/ agentes de distribuição	755	1.922	1.857	1.250	342
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	<b>2.810</b>	<b>5.153</b>	<b>5.075</b>	<b>6.310</b>	<b>6.914</b>
Consumidores Livres/Dist./Ger.	2.417	4.762	5.052	6.310	6.914
Consumidores Rede Básica	393	391	22	-	-
<b>Total</b>	<b>10.987</b>	<b>19.719</b>	<b>18.958</b>	<b>19.238</b>	<b>18.686</b>
<b>Variação</b>		<b>23,9%</b>	<b>-3,9%</b>	<b>1,5%</b>	<b>-2,9%</b>

1. Considerando as empresas agrupadas (a partir de novembro de 2018).

### Mercado Cativo atendido Consumo por classe de consumidores- 2022



**Perdas** – O Plano de Perdas tem sido intensificado nos últimos anos, aumentando os investimentos nos projetos de blindagem, como Caixa Blindada e Conjunto de Medição, além da regularização de consumidores clandestinos com redes diferenciadas e robustas.

Além disso, a RGE tem focado na melhoria da qualidade operacional, aprimorando os critérios de seleção dos alvos de inspeção (aumentando a assertividade das seleções), além de executar as inspeções com equipamentos mais precisos, como *fiber scope* e ADR. Entre os anos de 2021 e 2022, as perdas reais foram de 10,83% e 10,42%, respectivamente, considerando perdas na rede básica.

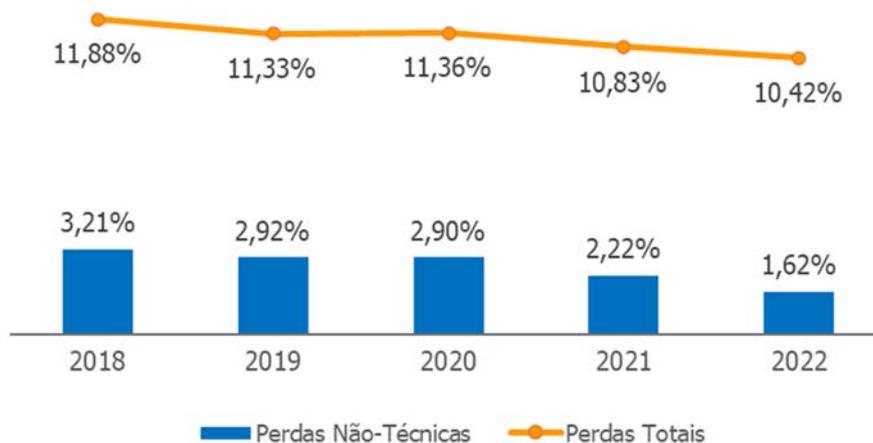
Desconsiderando as perdas na rede básica, não gerenciáveis pela distribuidora, o nível de perdas de distribuição para os anos de 2021 e 2022, foram de 9,20% e 8,75%, respectivamente.

Essa performance é sustentada pelo programa de recuperação de energia, que em 2022 recuperou 174,3 GWh, através de inspeções em 83,0 mil unidades consumidoras, recorte de 18,3 mil instalações inativas religadas à revelia, além da implementação das melhorias de qualidade operacional, melhorando o ticket médio de energia. Por fim, a RGE regularizou mais de 3,0 mil consumidores clandestinos, além de blindar 17,4 mil consumidores em baixa tensão e mais de 900 em média tensão. Também foram realizadas ações com a polícia e publicações em mídia alertando aos consumidores que o furto é crime e passível de prisão.

Importante observar que o índice de perdas resultante e mostrado na tabela abaixo além de contabilizar as perdas na rede básica, é obtido com critério diferente, que não considera em sua base o montante de energia decorrente de inversão de fluxo, razão pela qual diverge do valor utilizado pela Agência em outras análises.

<b>Balço Energético</b>					
<b>Energia Requerida</b>	<b>2018 <sup>1</sup></b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Venda de Energia	8.162	14.469	14.027	12.893	11.732
Fornecimento	7.407	12.547	12.170	11.354	10.866
Suprimento p/ agentes de distribuição	755	1.922	1.857	1.539	866
Consumidores Livres/Dist./Ger.	2.395	4.846	5.248	6.592	7.071
Consumidores Rede Básica	417	480	83	57	76
<b>Mercado Atendido</b>	<b>10.974</b>	<b>19.795</b>	<b>19.359</b>	<b>19.542</b>	<b>18.879</b>
Perdas na Rede Básica	235	409	402	393	386
Perdas na Distribuição	1.245	2.120	2.079	1.981	1.809
Perdas Técnicas	845	1.468	1.445	1.494	1.468
Perdas não Técnicas - PNT	400	652	634	487	341
PNT / Energia Requerida %	3,21%	2,92%	2,90%	2,22%	1,62%
<b>Perdas Totais - PT</b>	<b>1.480</b>	<b>2.529</b>	<b>2.481</b>	<b>2.374</b>	<b>2.195</b>
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>11,88%</b>	<b>11,33%</b>	<b>11,36%</b>	<b>10,83%</b>	<b>10,42%</b>
<b>Total</b>	<b>12.453</b>	<b>22.324</b>	<b>21.840</b>	<b>21.917</b>	<b>21.074</b>
Perdas na D	10,19%	9,67%	9,70%	9,20%	8,75%

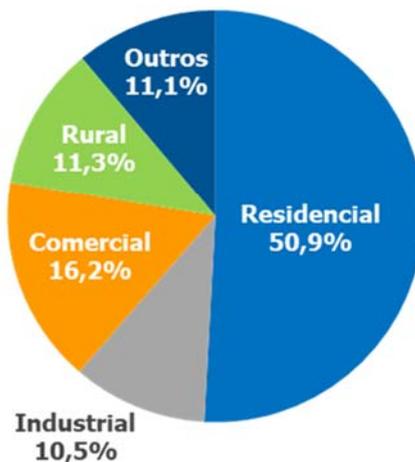
1. Considerando as empresas agrupadas (a partir de novembro de 2018).



**Receita líquida por classe de consumidores** – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, totalizou em R\$ 7.858 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida (R\$ mil)			
Classe	2022	2021	%
Residencial	3.996.147	3.821.732	4,6%
Industrial	826.170	868.055	-4,8%
Comercial	1.275.472	1.238.254	3,0%
Rural	890.086	838.071	6,2%
Outros	869.757	1.008.853	-13,8%
<b>Total</b>	<b>7.857.632</b>	<b>7.774.964</b>	<b>1,1%</b>

### Receita líquida por classe de consumidores - 2022



**Número de consumidores** – O número de consumidores em 2022 apresentou uma alta de 1,4%, conforme tabela abaixo:

Número de Consumidores			
Classe	2022	2021	%
Residencial	2.618.664	2.562.073	2,2%
Industrial	17.299	17.843	-3,0%
Comercial	178.460	175.366	1,8%
Rural	229.900	248.130	-7,3%
Outros	27.347	26.434	3,5%
<b>Total</b>	<b>3.071.670</b>	<b>3.029.846</b>	<b>1,4%</b>

**Tarifas** – A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da RGE em 2022, atingiu R\$ 687,46/MWh, com aumento de 3,3% em relação a 2021.

Em 22 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória (REH) nº 3.045, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da RGE em 8,72%, sendo 7,60% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 1,12% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 10,98% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 4,07% e da Parcela B de 3,53%.

Em 1º de setembro de 2021, por meio da Resolução MME nº 3/2021, entrou em vigor a "Bandeira Escassez Hídrica", no valor de R\$ 14,20 a cada 100 kWh, que ficou em vigor até abril de 2022. A escassez hídrica onerou o caixa das distribuidoras no fim de 2021, dado que os custos de energia se elevaram em função do despacho de termelétricas movidas a combustível fóssil, e a Bandeira Tarifária Vermelha II não foi suficiente para cobrir tal déficit.

Tarifa Média de Fornecimento	
Classe	em R\$/MWh
Residencial	694,62
Comercial	656,21
Industrial	721,42
Rural	610,48
Outros	729,05
<b>Tarifa Média</b>	<b>687,46</b>

Para o cálculo das tarifas médias de fornecimento por classe foi considerado a Receita do Consumo e Demanda Ativa bruta e o mercado apurado para cada classe de consumo, conforme quadro mostrado no item "Comportamento de Mercado".

Tarifa por faixa de consumo	de 0 kWh a 50 kWh	Acima de 50 kWh
Tarifas brutas - R\$	769,78	788,54

Para as tarifas por faixa de consumo foram consideradas as tarifas para a classe residencial de até 50 kWh e acima de 50 kWh, sendo a sua composição formada pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Energia (TE), com tributos (ICMS, PIS e COFINS).

**Qualidade do fornecimento** – Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir, detalhando os resultados das distribuidoras agrupadas:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)
2018 <sup>1</sup>	14,44	6,10
2019	14,01	6,25
2020	10,83	5,27
2021	10,84	4,83
2022	10,55	4,63

1. Considerando as empresas agrupadas.

**Atendimento ao consumidor** – A RGE, em seu compromisso de excelência no atendimento ao consumidor, possui uma ampla estrutura de atendimento presencial voltada para o cliente de baixa tensão, que são as Agências de Atendimento. Essa estrutura está presente em toda a área de concessão da RGE, composta de 381 municípios, e é dimensionada para cumprir com qualidade e eficiência e presteza, as diretrizes regulatórias vigentes.

As Agências além de possibilitarem aos consumidores o atendimento às suas necessidades relativas aos serviços de distribuição de energia elétrica, realizam negociações de débitos de contas regulares e de irregularidade, recebem solicitações de ressarcimento de danos ou encaminham, bem como são responsáveis pelo relacionamento com imobiliárias e outros parceiros que também prestam serviços aos clientes.

Como resultado dessa intensa interação com o consumidor e com presença em todos os municípios da área de concessão da RGE, no ano de 2022, houve negociações de débitos de irregularidades de anos anteriores em torno de R\$ 3.027.306 mil.

Na RGE Sul, essa estrutura é composta por 17 agências de atendimento, 327 agentes credenciados (rede conveniada) e 616 imobiliárias, responsáveis por 5,79 milhões serviços gerados nos atendimentos em 2022.

Além das Agências de Atendimento presencial e credenciados, as distribuidoras do Grupo CPFL estão sempre inovando na forma de se relacionarem com os consumidores, incentivando a utilização de novas formas de atendimento.

Dados de atendimento da RGE:

- *Call Center*: com capacidade de atendimento de 12,8 mil chamadas/dia que, aliado a outros canais de atendimento, absorve 469 mil/mês de interação com os clientes, sem que com isto ocorra congestionamentos nos canais de atendimento;
- Site CPFL: 24,4 milhões de atendimentos realizados;
- Aplicativo CPFL Energia: 19,8 milhões de atendimentos realizados;
- WhatsApp: 2,7 milhões de atendimentos realizados;
- SMS: 19 mil mensagens recebidas;
- E-mail: 141 mil atendimentos realizados;
- Canais exclusivos para Imobiliárias, Condomínios, Agentes Públicos e Hospitais: 1,8 milhão de atendimentos realizados;
- Mídias Sociais (Facebook, Twitter, Colab, Reclame Aqui e Consumidor.gov): 12,6 mil atendimentos realizados.

**Tecnologia da informação** – O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2022, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: (i) ARRC – Fase I; (ii) CP18 - Resolução 1000; (iii) Gestão de RH – Fase II; (iv) Despacho Dinâmico de Serviços; (v) Nota Fiscal Eletrônica; (vi) Projeto Sapiens; (vii) Projeto ADMS; (viii) Projeto ADR; e (ix) Revisão Logística da RGE.

**Desempenho econômico-financeiro** – Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui publicados refletem as Demonstrações Contábeis Regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2022, a RGE alcançou receita líquida de R\$ 7.921 milhões, uma redução de 10,6% (R\$ 937 milhões), em decorrência principalmente das seguintes variações: (i) redução de 84,5% (R\$ 726 milhões) no ativo e passivo financeiro setorial; (ii) redução de 13,1% (R\$ 704 milhões) na receita de fornecimento de energia elétrica; (iii) aumento de 45,2% (R\$ 512 milhões) nos encargos de parcela A; (iv) redução de 73,9% (R\$ 217 milhões) na energia elétrica de curto prazo; (v) redução de 66,4% (R\$ 199 milhões) em suprimento de energia elétrica; (vi) redução de 1,7% (R\$ 115 milhões) na disponibilização do sistema de transmissão e distribuição; e (vii) redução de 11,0% (R\$ 87 milhões) nas doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelas seguintes variações: (i) redução de 37,4% (R\$ 1.620 milhões) nos tributos; e (ii) aumento 26,7% (R\$ 2 milhões) nos serviços cobráveis.

Nos custos não gerenciáveis (Parcela A), houve uma redução de 23,8% (R\$ 1.476 milhões), devido às reduções de 31,1% (R\$ 1.441 milhões) na Energia Elétrica Comprada para Revenda e de 2,3% (R\$ 35 milhões) no Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição.

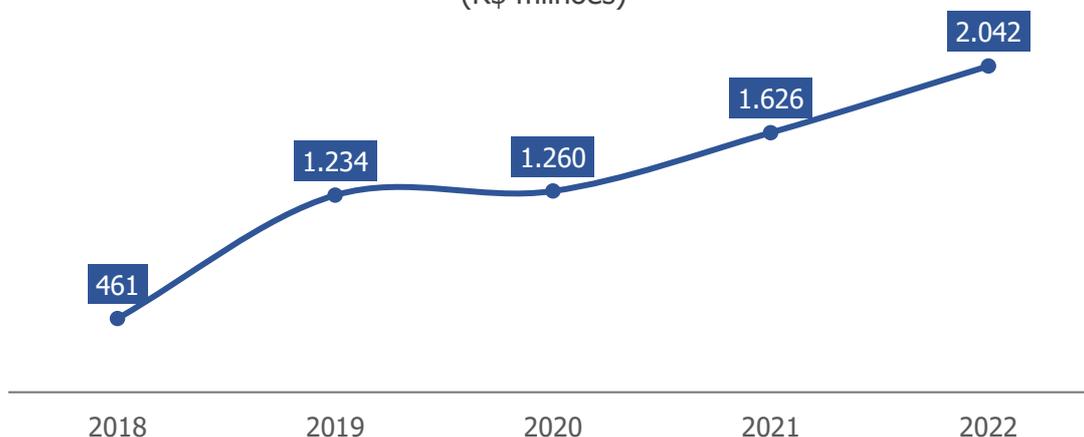
As despesas operacionais (Parcela B) em 2022 foram de R\$ 1.657 milhões, um aumento de 12,2% (R\$ 180 milhões).

### **Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA**

Em R\$ mil	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>662.318</b>	<b>581.855</b>
Depreciação e Amortização	510.335	452.849
Resultado Financeiro	501.813	292.466
Impostos Sobre o Lucro	368.020	298.368
<b>EBITDA</b>	<b>2.042.487</b>	<b>1.625.539</b>

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 2.043 milhões em 2022, um aumento de 25,6% (R\$ 417 milhões). Segue abaixo o gráfico da evolução do EBITDA:

### **Evolução do EBITDA | Últimos 5 anos** (R\$ milhões)



Em 2022, a RGE apurou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 502 milhões, um aumento de 71,6% (R\$ 209 milhões). A Receita Financeira foi de R\$ 639 milhões, um aumento de 37,8% (R\$ 175 milhões), e a Despesa Financeira foi de R\$ 1.141 milhões, um aumento de 50,8% (R\$ 385 milhões).

Em 2022, a RGE apurou resultado líquido de R\$ 662 milhões, um aumento de 13,8% (R\$ 80 milhões).

**Investimentos** - Em 2022, os investimentos em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição na RGE, totalizaram R\$ 1.931 milhões, um aumento de 57,5% em relação à 2021. Para esta mesma rubrica nos próximos cinco anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 7.677 milhões (vide quadro Evolução e Projeção de Investimentos).

## Evolução e Projeção dos Investimentos

Tab 9 - Plano de Desenvolvimento de Distribuição - R\$ Mil	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
	Realizado	Realizado	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
<b>AIS Bruto</b>	<b>785.761</b>	<b>1.226.074</b>	<b>1.931.331</b>	<b>1.242.974</b>	<b>1.558.909</b>	<b>1.449.624</b>	<b>1.698.554</b>	<b>1.726.412</b>
Transformador de Distribuição	84.701	115.329	140.706	58.375	64.228	65.203	66.503	67.743
Medidor	53.851	30.087	55.749	117.747	130.537	63.371	66.313	67.574
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	178.670	286.664	358.471	57.287	80.962	79.292	86.204	86.400
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	357.340	573.328	716.942	944.433	898.498	896.361	885.270	821.905
Redes Alta Tensão (69 kV)	28.182	51.569	107.394	24.828	102.427	73.279	164.131	154.648
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	4.793	68.206	39.071	13.302	100.257	46.415	79.943	115.270
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	9	8	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	38	177	362	939	1.125	1.336	1.850	6.351
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	41.760	59.033	256.773	17.764	128.445	178.365	187.676	194.190
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	11.911	17.653	180.545	8.298	52.430	46.001	160.664	212.331
Subestações Alta Tensão (primário maior igual a 230 kV)	71	-	460	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	24.436	24.018	74.858	-	-	-	-	-
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(45.303)</b>	<b>(49.555)</b>	<b>(117.905)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(45.303)	(49.555)	(117.905)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros - Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

### Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2022R	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P
<b>Plano de Investimentos 2021</b>	1.931.331	1.242.974	1.558.909	1.449.624	1.698.554	1.726.412
R\$ Mil	2022P	2023P	2024P	2025P	2026P	
<b>Plano de Investimentos 2020</b>	1.488.762	1.077.020	1.123.297	1.383.591	1.617.595	
<b>Diferença</b>	<b>29,7%</b>	<b>15,4%</b>	<b>38,8%</b>	<b>4,8%</b>	<b>5,0%</b>	

Em relação às diferenças entre os Planos de Investimento de 2022 e de 2021 da RGE, é importante ressaltar que as obras previstas no PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição) são orientativas e, devido às variações de mercado ou de outros eventos, podem sofrer deslocamento no tempo e/ou alterações em seus escopos.

Adicionalmente, as justificativas dos desvios referentes ao ano de 2022 podem ser obtidas em detalhes através das críticas de obras do banco de dados do PDD disponível na ANEEL.

É importante ressaltar que os valores aqui apresentados diferem da previsão anteriormente publicada junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), já que neste comparativo, é incluído apenas o PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição), que é somente voltado para ativos elétricos da Distribuição, enquanto os números divulgados junto à CVM incluem também investimentos em ativos não elétricos.

**Captações de recursos** – Para viabilizar o programa de investimentos, a RGE utilizou recursos de emissão de debêntures (R\$ 1.583 milhões) e financiamentos via BNDES (R\$ 297 milhões).

**Valor adicionado** – Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela RGE foi de R\$ 6.889 milhões, representando 56,1% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

	<b>2022</b>	
	<b>R\$ mil</b>	<b>%</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>401.113</b>	<b>5,8%</b>
Remuneração direta	229.501	3,3%
Benefícios	156.132	2,3%
F.G.T.S.	15.479	0,2%
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>4.398.762</b>	<b>63,9%</b>
Federais	2.647.498	38,4%
Estaduais	1.749.890	25,4%
Municipais	1.374	0,0%
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>1.023.249</b>	<b>14,9%</b>
Juros	995.653	14,5%
Aluguéis	27.596	0,4%
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>1.065.789</b>	<b>15,5%</b>
Dividendo (incluindo adicional proposto)	253.125	3,7%
Lucros retidos	812.664	11,8%
<b>Total</b>	<b>6.888.913</b>	<b>100,0%</b>

Importante ressaltar que a distribuição apresentada na tabela acima, segue o que foi reportado nas Demonstrações Financeiras Societárias e que a Receita Operacional Bruta utilizada para calcular a representatividade do Valor Adicionado é a reportada nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, que em 2022 foi de R\$ 12.272.748 mil.

**Política de reinvestimento e distribuição de dividendos** – De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2021, através de dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 591.850 mil, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 525,889679126.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 12 de dezembro de 2022, foi aprovada a declaração de dividendos intermediários no valor de R\$ 67.407 mil, a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022.

Será deliberado em AGO, em abril de 2023, dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 185.718 mil.

No exercício de 2022, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 659.258 mil de dividendos.

**Composição acionária** – A RGE é uma empresa de capital aberto, cujo controle é 100% detido pela CPFL Energia, direta e indiretamente (por meio da CPFL Comercialização Brasil S.A.). Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da RGE era de R\$ 2.842.391 mil, composto por 1.125.427 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

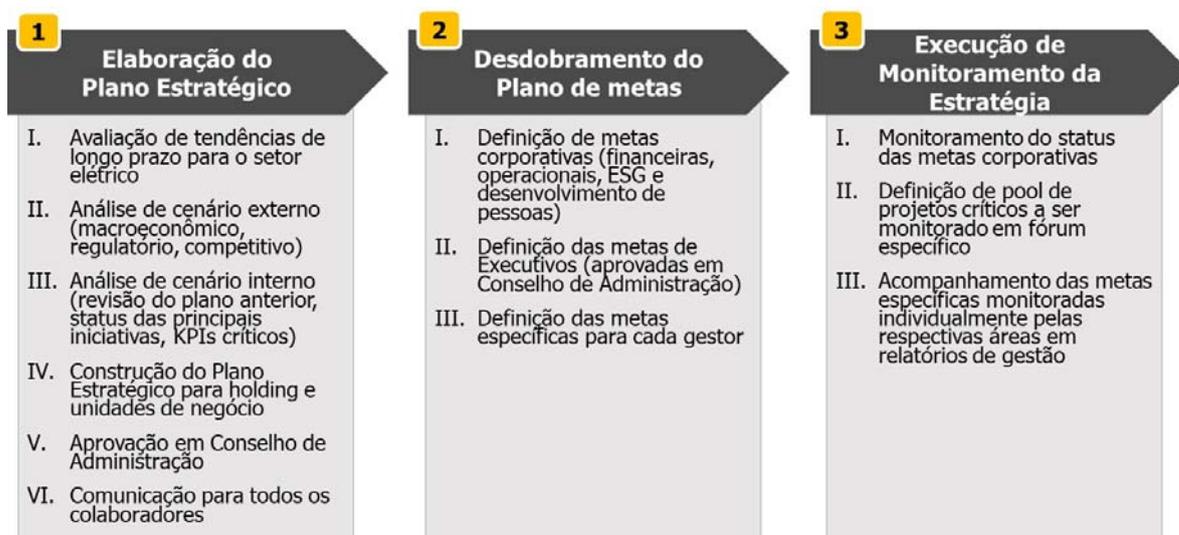
**Planejamento Empresarial** – Desde 2002, A Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Estratégico para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento para cada unidade de negócio e áreas corporativas.

O Plano Estratégico é realizado anualmente, para o ciclo de 5 anos. O processo segue as seguintes etapas:

- i) Definição das macro tendências globais para o setor elétrico, com base em *desk research* e suporte dos especialistas internos
- ii) Análise de cenário externo suportadas por especialistas em temas críticos (Tendências do Mercado de Energia, Projeções Macroeconômicas; Cenário Competitivo; ESG; Digitalização e experiência do consumidor, entre outros)
- iii) Análise interna, com avaliação do status de atingimento das metas traçadas no ciclo anterior de Planejamento
- iv) Construção do Planejamento Estratégico para o próximo ciclo de 5 anos

Ao longo do processo, cada uma das etapas é validada junto à Diretoria Executiva, com aprovação final em Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança.

O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

**Análises de Cenários Externo & Interno** - Na elaboração do Plano Estratégico, são realizadas análises de cenário externo com suporte externo de especialistas em diversos assuntos, como por exemplo:

- i. Tendências de Mercado (ex: mudanças tecnológicas, mudanças regulatórias, riscos de negócio);
- ii. Análises Macroeconômicas (ex: projeção de aumento de carga, crescimento de PIB, taxas de câmbio);
- iii. Cenário Competitivo (ex: estratégia aparente de competidores, cenário de oportunidades e riscos em M&A);
- iv. Tendências ESG (ex: impactos socioambientais, governança, diversidade, reputação);
- v. Digitalização (ex: implementação de cultura de *data analytics*, revisão de canais de atendimento);

- vi. Liberalização e foco no cliente (ex: mapeamento de jornadas do cliente, cases internacionais de mercados de energia liberalizados, estudos de casos de setor que passaram pelo processo de liberalização, estudos de novos produtos).

Em paralelo, é realizada a avaliação do cenário interno: atualização das principais iniciativas, análise de resultados e objetivos operacionais/ financeiros, metas e indicadores do ciclo anterior.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

**Elaboração da Estratégia** - Com os status dos resultados do ano anterior e priorizando indicadores levantados nas avaliações de cenários (incluindo critérios de segurança, qualidade no atendimento, eficiência operacional, sustentabilidade do negócio e crescimento) são determinadas as novas iniciativas e diretrizes de negócio, com projetos prioritários e planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho Administrativo.

**Desdobramento em Metas** - A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados recentes e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Para o processo de metas e levantamento dos principais utilizadores da empresa, foi incorporado o uso da metodologia BSC (*Balanced ScoreCard*), dividindo os objetivos em 4 grandes perspectivas: Financeira/Criação de Valor; Clientes/Partes Interessadas; Processos Internos; Capacidade Organizacional. A partir dessas perspectivas, foram mapeados os principais temas que acompanham a estratégia da empresa, detalhando para cada um desses temas os principais indicadores que podem ser utilizados para acompanhar seu desenvolvimento.

**Divulgação Planejamento Estratégico** - As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Evento de divulgação com participação dos Executivos, com participação ativa dos colaboradores
- Vídeo com o resumo das principais diretrizes e iniciativas do Plano Estratégico
- Workshops nas áreas de negócio
- Campanhas internas – banners e cartazes em diversos locais
- Kit de divulgação para lideranças, com conteúdo sobre plano da holding e materiais customizados para cada unidade de negócio
- Quiz para engajamento dos colaboradores, com reconhecimento para os maiores pontuadores
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os stakeholders através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

**Implementação & Monitoramento da Estratégia** - São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio por meio de ferramentas de gestão customizadas (relatórios de gestão, comitês de projetos com participação dos Executivos e Plataforma de Sustentabilidade), com planos de ação tempestivos elaborados à medida que se faça necessário.

**Sistemas de Gestão e programas da qualidade** – Em 2022, as atividades compreenderam:

- Manutenção das certificações dos Sistemas de Gestão, que compreendem as normas NBR ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental), ISO 45001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho).
- Das 116 Estações Avançadas do grupo RGE Sul, 105 unidades participaram do programa Colaborativo, representando 90,5% de adesão ao programa. As EAs obtiveram resultado médio de 72,6% nas

avaliações dos pilares referente aos temas de Utilização, Organização e segurança, Limpeza e economia, Disciplina. Destas 105 localidades operacionais que participaram, 62 obtiveram avaliações superior à média que corresponde a cerca de 60%.

- Prêmio ABRADÉE 2022 – Finalista na categoria Melhor Desempenho da Região Sul.

**Recursos humanos** – Em 2022, a RGE investiu cerca de R\$ 4,4 milhões em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

O nosso compromisso é formar e desenvolver pessoas. Por isso, contamos com a Universidade CPFL, que tem o objetivo de preparar os colaboradores para os desafios do futuro e atender às mudanças dos negócios, a fim de promover uma cultura de inovação, agilidade e foco no cliente.

A Universidade atua como facilitadora, incentivando cada colaborador a assumir o protagonismo da própria carreira, por meio do aprendizado de *soft skills*, ou habilidades mentais, emocionais e sociais, que complementem a formação técnica e aprimorem o desenvolvimento. Frente a um ano tão desafiador, a Universidade CPFL estudou diferentes possibilidades de desenvolvimento online, a partir do contexto atual e novos modelos de trabalho remoto, a fim de continuar investindo na educação como caminho para ampliar o potencial de cada colaborador. Diferentes iniciativas foram lançadas nesse período, como: Portfólio Explore o Seu Potencial – cartela de cursos voltado para o autodesenvolvimento; palestras ao vivo com especialistas em temas comportamentais, cursos abertos e gratuitos em parceria com instituições nacionais, além da adaptação dos treinamentos presenciais para os formatos online, buscando inovação em ferramentas, dinamismo na entrega dos conteúdos e aplicação de cases reais e atividades práticas. Essas novidades permearam as ações das quatro escolas de ensino: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

A partir disso, em 2022, tivemos **mais de 29 mil participações** em treinamentos, com **41 horas de treinamento** por colaborador neste período.

**Sustentabilidade** – A RGE mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a *holding* CPFL Energia lançou em 2022 o Plano ESG 2030, evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, que abrange todos os seus negócios, com foco em quatro pilares – Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O Plano ESG 2030 é desdobrado em 23 compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da Companhia. Mais informações estão disponíveis no Relatório Anual em [www.grupocpfl.com.br/institucional/relatorio-anual](http://www.grupocpfl.com.br/institucional/relatorio-anual) e [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).

**RGE em números:**

<b>Atendimento</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>
Número de consumidores	3.071.670	3.029.846	1,4%
Número de empregados <sup>1</sup>	393	403	-2,5%
Número de consumidores por empregado	7.816	7.519	3,9%
Número de localidades atendidas	381	381	-
Número de agências	17	17	-
Número de postos de atendimento	344	344	-

\*Número de empregados: = número de atendentes agência + 1 atendente por rede fácil.

<b>Operacionais</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>
Número de subestações	163	151	7,9%
Linhas de transmissão (Km)	4.889	4.698	4,1%
Linhas de distribuição (Km)	154.590	153.951	0,4%

<b>Mercado</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>
Área de concessão (Km <sup>2</sup> )	182.722	182.722	-
Demanda máxima (MWh/h)	4.052	4.151	-2,4%
Mercado atendido (GWh)	18.686	19.238	-2,9%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.197	2.237	-1,8%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh):			
Total (exceto curto prazo)	687,43	602,31	14,1%
Residencial	694,62	609,31	14,0%
Comercial	656,21	616,86	6,4%
Industrial	721,42	564,84	27,7%
Rural	610,48	517,39	18,0%
DEC (horas)	10,55	10,84	-2,7%
FEC (número de interrupções)	4,63	4,83	-4,1%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	29,1	31,3	-6,9%

<b>Financeiros</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>
Receita operacional bruta (R\$ mil)	12.272.748	14.318.493	-14,3%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	7.920.574	8.857.996	-10,6%
Resultado da atividade (R\$ mil)	1.532.152	1.172.689	30,7%
Margem operacional do serviço líquida (%)	19,34%	13,24%	46,1%
EBITDA OU LAJIDA	2.042.487	1.625.539	25,6%
Lucro líquido (R\$ mil)	662.318	581.855	13,8%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	3.188.445	3.294.023	-3,2%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	20,77%	17,66%	17,6%
Endividamento (R\$ mil)	6.765.559	6.012.518	12,5%
Em moeda nacional (%)	81%	76%	7,0%
Em moeda estrangeira (%)	19%	24%	-21,7%

## **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da RGE. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da RGE.

São Leopoldo, 26 de abril de 2023.

A Administração

**RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.**  
**CNPJ nº 02.016.440/0001-62**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em**  
**31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios no Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3,1 milhões de consumidores.

### **1.1. Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda exceda a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## **1.2 Mudanças Climáticas**

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, Companhia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor.

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro\* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

\*Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, substituída em 2021 pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL.

A ANEEL, em 17 de setembro de 2021, através do Despacho nº 2.904, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Resolução Normativa nº 933, de 2021, decidiu: (i) revisar o MCSE, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução

Normativa nº 933/2021; e (ii) aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. A versão vigente foi aprovada através do Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota 32, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 26 de abril de 2023.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)) e da Companhia ([www.cpfli.com.br](http://www.cpfli.com.br)).

## **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo; e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, cuja classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros e iii) ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Tributos diferidos: reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Outros ativos circulantes: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;

- Nota 12 – Imobilizado e intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 14 – Empréstimos, financiamentos e Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 15 – Benefícios Pós-Emprego: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 18 – Provisão para litígios e depósitos judiciais e cauções: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos, e
- Nota 29 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

#### **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

#### **2.5 Segmento operacional:**

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

#### **2.6 Reapresentações nas demonstrações financeiras regulatórias de 2021:**

A ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

Para efeito de comparabilidade das demonstrações financeiras regulatórias do exercício de 2022 com aquelas do exercício de 2021, estão sendo realizadas as seguintes reclassificações considerando as disposições contidas neste Manual, a seguir:

- e) Consideração do CPC 06 (R2) Arrendamentos: a aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica;
- f) Alteração da Instrução Contábil 6.3.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa: basicamente em função da consideração do CPC 48 nas demonstrações contábeis regulatórias;
- g) Alteração da Instrução Contábil 6.3.4 Ativo e passivo financeiro setoriais: basicamente passou a considerar a natureza ativa ou passiva pelo valor líquido de cada ciclo tarifário, sendo os ciclos: (i) ciclo tarifário em diferimento e (ii) ciclo tarifário em amortização. Portanto, haverá saldo ativo ou passivo em constituição para o ciclo em diferimento e saldo ativo ou passivo em amortização para o ciclo homologado;
- h) Alteração da Instrução Contábil 6.3.6.1 Desativações: basicamente criando novas contas com detalhes como a segregação em alienação e desativação e bens reversíveis e não reversíveis;

- i) Alteração da Instrução Contábil 6.3.26 Base de Cálculo das Obrigações Legais de Investimento em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE: basicamente criação de contas;
- j) Bandeiras Tarifárias: conforme técnica de funcionamento 7.2.22. Ativos e passivos financeiros setoriais, a bandeira tarifa faturada, passou a ser registrada como ativo ou passivo financeiro setorial no momento do faturamento, anulando o efeito na Receita operacional bruta. Quando a bandeira for homologada, será uma reclassificação para as contas específicas de CVA conforme despacho da referida homologação;
- k) Variação cambial do fornecedor Itaipu: alteração na técnica de funcionamento 7.2.75 Fornecedores, que incluiu a forma de registro para a variação cambial do fornecedor Itaipu que passou a ser em Suprimento de energia elétrica com o objetivo de confrontar com a receita de ativos e passivos financeiros setoriais, não afetando, desta forma, o Resultado do serviço das Companhias.

As reclassificações efetuadas nas demonstrações do ativo, passivo, demonstrações do resultado e fluxo de caixa, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

• **Ativo**

	31/12/2021	Reclassificações	31/12/2021 (Reapresentado)
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Circulante</b>	<b>4.330.365</b>	<b>(919.879)</b>	<b>3.410.486</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	322.437	-	322.437
Consumidores	1.399.093	-	1.399.093
Concessionárias e Permissionárias	101.073	-	101.073
Serviços em Curso	154.935	(361)	154.574
Tributos Compensáveis	113.339	-	113.339
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	478.204	-	478.204
Almoxarifado Operacional	18.507	-	18.507
Investimentos Temporários	15.181	-	15.181
Ativos Financeiros Setoriais	1.379.455	(917.005)	462.450
Despesas Pagas Antecipadamente	29.326	-	29.326
Instrumentos Financeiros Derivativos	103.613	-	103.613
Outros Ativos Circulantes	215.202	(2.513)	212.689
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>13.079.375</b>	<b>(527.970)</b>	<b>12.551.403</b>
Consumidores	79.690	-	79.690
Concessionárias e Permissionárias	-	-	-
Tributos Compensáveis	116.776	-	116.776
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	2.283.726	-	2.283.726
Depósitos Judiciais e Cauções	106.144	-	106.144
Tributos Diferidos	210.515	-	210.515
Ativos Financeiros Setoriais	900.037	(528.331)	371.706
Despesas Pagas Antecipadamente	4.566	-	4.566
Bens e Direitos para Uso Futuro	378	-	378
Instrumentos Financeiros Derivativos	289.343	-	289.343
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	323.476	-	323.476
Imobilizado	8.511.408	361	8.511.769
Intangível	253.314	-	253.314
<b>Total do Ativo</b>	<b>17.409.740</b>	<b>(1.447.849)</b>	<b>15.961.889</b>

- **Passivo**

	31/12/2021	Reclassificações	31/12/2021 (Reapresentado)
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Circulante</b>	<b>3.488.809</b>	<b>(919.518)</b>	<b>2.569.290</b>
Fornecedores	1.090.239	-	1.090.239
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	722.124	-	722.124
Obrigações Sociais e Trabalhistas	54.763	-	54.763
Tributos	177.796	-	177.796
Encargos Setoriais	371.755	(136.060)	235.695
Passivos Financeiros Setoriais	783.458	(783.458)	-
Outros Passivos Circulantes	288.673	-	288.673
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>10.626.908</b>	<b>(528.330)</b>	<b>10.098.576</b>
Fornecedores	221.283	-	221.283
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	5.659.218	-	5.659.218
Benefício Pós-Emprego	160.542	-	160.542
Provisão para Litígios	223.998	-	223.998
Encargos Setoriais	1.451	-	1.451
Passivos Financeiros Setoriais	646.658	(528.330)	118.326
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.133	-	24.133
PIS/COFINS devolução consumidores	2.768.506	-	2.768.506
Outros Passivos Não Circulantes	116.359	-	116.359
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	804.760	-	804.760
<b>Total do Passivo</b>	<b>14.115.716</b>	<b>(1.447.848)</b>	<b>12.667.866</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	2.831.534	-	2.831.534
Reservas de Capital	173.962	-	173.962
Outros Resultados Abrangentes	312.995	-	312.995
Reservas de Lucros	234.784	-	234.784
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	591.850	-	591.850
Lucros ou prejuízos Acumulados	(851.102)	-	(851.102)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>3.294.023</b>	<b>-</b>	<b>3.294.023</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>17.409.740</b>	<b>(1.447.849)</b>	<b>15.961.889</b>

• **Demonstração do Resultado do Exercício**

	2021	Reclassificações	2021 (Reapresentado)
<b>Receita</b>	<b>14.431.091</b>	<b>(112.599)</b>	<b>14.318.493</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	5.388.945	-	5.388.945
Suprimento de Energia Elétrica	299.859	-	299.859
Energia Elétrica de Curto Prazo	293.752	-	293.752
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	6.673.684	-	6.673.684
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	971.353	(112.599)	858.754
Serviços Cobráveis	9.041	-	9.041
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	794.458	-	794.458
<b>Tributos</b>	<b>(4.327.931)</b>	<b>-</b>	<b>(4.327.931)</b>
ICMS	(3.164.983)	-	(3.164.983)
PIS-PASEP	(207.417)	-	(207.417)
COFINS	(955.379)	-	(955.379)
ISS	(153)	-	(153)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(1.245.164)</b>	<b>112.599</b>	<b>(1.132.565)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(44.884)	-	(44.884)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(44.884)	-	(44.884)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(983.845)	-	(983.845)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(12.963)	-	(12.963)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	(45.989)	-	(45.989)
Outros Encargos	(112.599)	112.599	(0)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>8.857.996</b>	<b>-</b>	<b>8.857.996</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>(6.190.994)</b>	<b>(17.138)</b>	<b>(6.208.133)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.619.152)	(17.138)	(4.636.290)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(1.571.843)	-	(1.571.843)
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>	<b>2.667.002</b>	<b>(17.138)</b>	<b>2.649.863</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(1.477.175)</b>	<b>-</b>	<b>(1.477.175)</b>
Pessoal e Administradores	(358.043)	-	(358.043)
Material	(85.033)	-	(85.033)
Serviços de Terceiros	(272.174)	-	(272.174)
Arrendamento e Aluguéis	(32.115)	-	(32.115)
Seguros	(1.418)	-	(1.418)
Doações, Contribuições e Subvenções	(945)	-	(945)
Provisões	(68.843)	-	(68.843)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.853)	-	(110.853)
(-) Recuperação de Despesas	14.579	-	14.579
Tributos	(3.025)	-	(3.025)
Depreciação e Amortização	(452.849)	-	(452.849)
Gastos Diversos	(99.921)	-	(99.921)
Outras Receitas Operacionais	126.044	-	126.044
Outras Despesas Operacionais	(132.578)	-	(132.578)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>1.189.827</b>	<b>(17.138)</b>	<b>1.172.688</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(309.604)</b>	<b>17.138</b>	<b>(292.466)</b>
Receitas Financeiras	485.474	(21.601)	463.873
Despesas Financeiras	(795.078)	38.739	(756.339)
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>880.223</b>	<b>-</b>	<b>880.223</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(298.368)	-	(298.368)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>581.855</b>	<b>-</b>	<b>581.855</b>
Atribuível aos Acionistas Controladores	581.855	-	581.855

- **Demonstração do Fluxo de Caixa**

	31/12/2021	Reclassificações	31/12/2021 (Reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>581.855</b>		<b>581.855</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Amortização	81.140	-	81.140
Depreciação	371.709	-	371.709
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	121.005	-	121.005
Imposto de renda e Contribuição social	298.368	-	298.368
Juros e variações monetárias	409.424	-	409.424
Obrigações pós-emprego	12.896	-	12.896
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	110.853	-	110.853
Provisões para litígios	66.684	-	66.684
	<b>2.053.934</b>	-	<b>2.053.934</b>
<b>Redução (aumento) de ativos</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(173.143)	-	(173.143)
Depósitos vinculados a litígios	20.405	-	20.405
Tributos compensáveis	189.930	-	189.930
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(1.615)	-	(1.615)
Ativos financeiros setoriais	(1.353.985)	1.445.337	91.352
Outros ativos operacionais	(95.119)	2.152	(92.967)
<b>Aumento (redução) de passivos</b>			
Encargos setoriais	118.942	(136.061)	(17.120)
Fornecedores	69.415	-	69.415
Passivos financeiros setoriais	477.818	(1.311.789)	(833.971)
Obrigações pós-emprego	(5.395)	-	(5.395)
Salários e encargos sociais	4.080	-	4.080
Tributos e contribuição social	(5.540)	-	(5.540)
Provisões para litígios pagos	(112.535)	-	(112.535)
Repasse para o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(6.869)	-	(6.869)
Outros passivos operacionais	83.026	-	83.026
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>1.263.348</b>	<b>(361)</b>	<b>1.262.986</b>
Encargos de dívidas pagos	(191.055)	-	(191.055)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(330.353)	-	(330.353)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>741.940</b>	<b>(361)</b>	<b>741.578</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições do imobilizado e intangível	(1.446.794)	361	(1.446.433)
Participação financeira do consumidor	193.778	-	193.778
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(26.239)	-	(26.239)
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	775.179	-	775.179
<b>Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento</b>	<b>(504.075)</b>	<b>361</b>	<b>(503.714)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	2.260.046	-	2.260.046
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(1.920.552)	-	(1.920.552)
Liquidação de operações com derivativos	525.509	-	525.509
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(989.230)	-	(989.230)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(183.800)	-	(183.800)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento</b>	<b>(308.027)</b>	-	<b>(308.027)</b>
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(70.163)</b>	-	<b>(70.163)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
<b>No início do exercício</b>	<b>392.601</b>	-	<b>392.601</b>
<b>No fim do exercício</b>	<b>322.437</b>	-	<b>322.437</b>

### **3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas que as adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas demonstrações financeiras de 2022 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

#### **3.1 Imobilizado em serviço**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, conforme determina a Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador (nota 12).

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

#### **3.2 Imobilizado em curso**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as distribuidoras de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados, em conformidade com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

### 3.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos ativos intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

### 3.4 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, acrescidos do valor da reavaliação. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

### 3.5 Reserva de reavaliação e Reavaliação regulatória compulsória

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social (nota 32.3.1).

A constituição da reavaliação se dá por meio do processo de revisão tarifária periódica, que no caso da Companhia ocorre a cada cinco anos. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações. Esse laudo é revisado e homologado pela ANEEL. A última reavaliação registrada pela RGE, empresa incorporada pela RGE Sul em 04 de dezembro de 2018 por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.499/2018, no processo de revisão tarifária na data-base 31/12/2017, foi aprovado pela Resolução Homologatória nº 2.401 de 12 de junho de 2018, demonstrado na Nota Técnica nº 135/2018-SGT/ANEEL, de 07 de junho de 2018, e a última reavaliação registrada pela RGE Sul no processo de revisão tarifária na data-base 31/12/2017, foi aprovado pela Resolução Homologatória nº 2.385 de 17 de abril de 2018, demonstrado na Nota Técnica nº 076/2018-SGT/ANEEL, de 04 de abril de 2018.

### 3.6 Instrumentos financeiros

A versão do MCSE vigente a partir de 2022 aceita o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, portanto a prática da contabilidade regulatória passou a ser igual a prática adotada na contabilidade societária.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 29.

### 3.7 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

A versão do MCSE vigente a partir de 2022 aceita o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, portanto a prática da contabilidade regulatória passou a ser igual a prática adotada na contabilidade societária, perante a ANEEL a partir de 1º de janeiro de 2022. Entretanto, a Companhia, desde 2018, não registrava valores diferentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária devido a prática da contabilidade societária conviver de forma harmoniosa com as regras do antigo MCSE.

## 4 DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

#### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

#### Valor reavaliado de um ativo:

O ativo imobilizado e intangível é contabilizado pelo custo de aquisição deduzidos da depreciação acumulada. Os valores são acrescidos da parcela de reavaliação de ativo homologado pela ANEEL por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

### 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	34.501	55.033
Equivalentes de caixa	<u>430.412</u>	<u>267.404</u>
Títulos de crédito privado (a)	430.412	261.052
Operações compromissadas (b)	-	6.351
<b>Total</b>	<b><u>464.913</u></b>	<b><u>322.437</u></b>

- c) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) no montante de R\$ 354.544 (R\$ 261.053 em 31 de dezembro de 2021) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 75.868, ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,81% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (101,93% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- d) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures R\$ 6.351 em 31 de dezembro de 2021, e remuneração equivalente, na média de 86,50% do CDI.

## 6 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Valores Correntes						Valores Renegociados					Total em 31/12/2022	Total em 31/12/2021	
	Correntes a Vencer	Correntes Vencidas					Renegociados a Vencer		Renegociados Vencidos					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos			
<b>Fornecimento de Energia</b>	931.369	182.412	27.665	14.866	42.707	(54.390)	2.346	41.403	13.128	17.732	(37.015)	1.182.224	1.397.848	
Residencial	309.578	132.331	18.954	1.796	3.180	(30.928)	2.346	14.280	11.228	8.666	(26.480)	444.951	633.243	
Industrial	19.980	12.834	1.701	5.161	14.457	(7.721)	-	585	154	2.600	(2.888)	46.862	38.582	
Comercial	67.849	19.201	4.100	6.964	14.603	(10.720)	-	4.639	1.194	5.515	(5.748)	107.597	151.703	
Rural	57.038	14.193	2.072	-	6.917	(4.835)	-	729	525	951	(1.455)	76.135	88.633	
Poderes Públicos	19.925	1.667	358	910	2.519	(183)	-	2.094	23	-	(356)	26.956	27.885	
Iluminação Pública	20.174	423	55	3	1.006	-	-	19.076	3	-	(83)	40.657	57.556	
Serviço Público	13.959	807	95	26	2	(2)	-	-	-	-	(5)	14.882	17.218	
Serviço Taxado	2.547	958	331	7	23	-	-	-	-	-	-	3.866	3.582	
Fornecimento Não Faturado	421.331	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	421.331	380.271	
(-) Arrecadação Processo Classif.	(1.013)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.013)	(826)	
Participação Financeira	810	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	810	809	
Outros consumidores	69.255	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69.255	80.125	
<b>Consumidores</b>	<b>1.001.434</b>	<b>182.412</b>	<b>27.665</b>	<b>14.866</b>	<b>42.707</b>	<b>(54.390)</b>	<b>2.346</b>	<b>41.403</b>	<b>13.128</b>	<b>17.732</b>	<b>(37.015)</b>	<b>1.252.288</b>	<b>1.478.782</b>	
Suprimento Energia - Moeda Nacional	16.117	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.117	21.893	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	639	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	639	759	
Energia Elétrica de Curto Prazo	10.624	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.624	78.421	
<b>Concessionárias e permissionárias</b>	<b>27.381</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.381</b>	<b>101.073</b>	
<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>	<b>1.028.815</b>	<b>182.412</b>	<b>27.665</b>	<b>14.866</b>	<b>42.707</b>	<b>(54.390)</b>	<b>2.346</b>	<b>41.403</b>	<b>13.128</b>	<b>17.732</b>	<b>(37.015)</b>	<b>1.279.669</b>	<b>1.579.856</b>	
												<b>Circulante</b>	<b>1.221.501</b>	<b>1.500.166</b>
												<b>Não Circulante</b>	<b>58.168</b>	<b>79.690</b>
													<b>1.279.669</b>	<b>1.579.856</b>

## Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 3.7 e 29 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir

	<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(81.897)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(170.141)
Recuperação de receita	59.479
Baixa de contas a receber provisionadas	82.180
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(110.379)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(152.940)
Recuperação de receita	67.383
Baixa de contas a receber provisionadas	104.531
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(91.405)</b>

## 7 TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	25.465	14.001
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	12.234	20.857
ICMS a compensar	118.375	77.027
Programa de integração social - PIS	416	249
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.920	1.149
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	8
Outros	22	48
<b>Total</b>	<b>158.431</b>	<b>113.339</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	174	174
Imposto de renda a compensar - IRPJ	229	2.576
ICMS a compensar	167.012	108.726
Programa de integração social - PIS	872	826
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.016	3.802
Outros	671	671
<b>Total</b>	<b>172.974</b>	<b>116.776</b>

**Imposto de renda e contribuição social a compensar:** referem-se principalmente a constituição de crédito de imposto sobre lucro líquido e retenções de órgão público.

**Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte:** refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

**ICMS a compensar:** refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros e redução na utilização mensal dos créditos em função da redução e isenção de alíquota (nota 22.5).

## 7.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b><u>Circulante</u></b>		
PIS sobre ICMS	95.175	84.190
COFINS sobre ICMS	446.033	394.014
<b>Total circulante</b>	<b>541.208</b>	<b>478.204</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS sobre ICMS	351.562	411.080
COFINS sobre ICMS	1.611.664	1.872.647
<b>Total não circulante</b>	<b>1.963.226</b>	<b>2.283.726</b>
<b>Passivo</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b><u>Circulante</u></b>		
PIS/COFINS devolução consumidores	250.942	-
<b>Total circulante</b>	<b>250.942</b>	<b>-</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS/COFINS devolução consumidores	2.069.786	2.768.506
<b>Total não circulante</b>	<b>2.069.786</b>	<b>2.768.506</b>

Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2002).

Considerando as duas ações judiciais (RGE Sul e RGE), o montante total até dezembro de 2022 de ativos de tributos a compensar é de R\$ 2.504.434 e do passivo com consumidores é de R\$ 2.320.728.

Para a RGE Sul os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.685.452 (R\$ 2.006.079 em 31 de dezembro de 2021). Sendo que, entre janeiro e dezembro de 2022 já foram compensados R\$ 476.682 (totalizando R\$ 713.238 de compensações realizadas).

Em relação, ao saldo do passivo com consumidores atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.501.745, saldo este já considerando no reajuste tarifário de junho de 2021 (R\$ 228.800) e de junho 2022 (R\$ 657.746) a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 886.546.

Ainda em 2021, tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) nos termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, no 2º trimestre 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R\$ 739.273 (R\$ 755.750 em 31 de dezembro de 2021), relacionado a RGE (empresa incorporada em dezembro de 2018), embora a ação desta empresa ainda não ter recebido a certificação do trânsito em julgado. O saldo atualizado até dezembro de 2022 é de R\$ 818.982.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei n. 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os

desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito. Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito.

## 8 INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicação direta (a)	615	3.568
Outros (b)	<u>29.417</u>	<u>11.613</u>
<b>Total</b>	<b><u>30.032</u></b>	<b><u>15.181</u></b>

- a) Representa valores em títulos de capitalização no montante de R\$ 615 cuja remuneração é equivalente, à média de 100% da TR (R\$ 3.568 em 31 de dezembro de 2021) são valores em debêntures de emissão própria mantidas em tesouraria com remuneração equivalente, na média de 109,75% do CDI.
- b) O saldo representa valores aplicados em títulos da dívida pública, por meio de cotas de fundos de investimentos, destinando-se a composição de garantias contratuais em financiamentos junto ao BNDES, cujo a remuneração média era equivalente à 100% do CDI (R\$ 11.613 em 31 de dezembro de 2021).

## 9 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2021 (Reapresentado)	Transferências (*)	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Devolução do crédito de PIS/COFINS	Recebimento (c)		Saldo em 31/12/2022	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
								Conta de escassez hídrica	CDE Eletrobrás				
<b>CVA Ativa (a)</b>	<b>1.362.050</b>	<b>(775.908)</b>	<b>(241.534)</b>	<b>(389.287)</b>	<b>71.698</b>	<b>97.631</b>	-	-	-	<b>16.862</b>	<b>16.862</b>	<b>9.055</b>	<b>7.807</b>
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	140.024	319.278	(671.709)	8.953	(22.939)	(17.979)	-	(107.791)	-	16.862	16.862	9.055	7.807
Custo de Energia Itaipu	696.749	(652.598)	216.474	(224.732)	53.237	97.919	-	(29.951)	-	(274.323)	(274.323)	(147.308)	(127.015)
Proinfa	6.798	(33.210)	36.156	(12.044)	2.252	48	-	-	-	187.048	187.048	100.442	86.606
Transporte de Rede Básica	100.275	(18.719)	102.512	(48.451)	11.396	(722)	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	6.150	7.828	36	(6.600)	419	1.743	-	-	-	146.292	146.292	78.557	67.735
ESS/EER	438.924	(256.997)	(115.261)	(70.865)	20.309	16.505	-	(77.840)	-	9.575	9.575	5.142	4.434
CDE	(26.865)	(141.490)	190.258	(35.548)	7.024	117	-	-	-	(45.225)	(45.225)	(24.285)	(20.940)
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais (b)</b>	<b>(527.896)</b>	<b>1.098.436</b>	<b>49.361</b>	<b>573.271</b>	<b>26.067</b>	<b>(91.493)</b>	<b>(657.746)</b>	<b>(180.114)</b>	<b>(198.326)</b>	<b>91.559</b>	<b>91.559</b>	<b>43.691</b>	<b>47.867</b>
Neutralidade da Parcela A	(1.807)	(11.789)	24.929	9.666	(56)	2.474	-	-	-	23.418	23.418	12.575	10.843
Sobrecontratação de Energia	(137.175)	143.539	162.540	8.750	(3.535)	-	-	-	-	174.119	174.119	93.499	80.619
Diferimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica	216.918	(357.923)	227.406	154.897	40.034	(99.765)	-	(180.114)	-	1.453	1.453	(4.694)	6.147
Bandeira Faturada	(133.547)	157.511	(24.128)	-	-	-	-	-	-	(164)	(164)	(88)	(76)
Devolução crédito PIS e COFINS	(117.845)	586.086	-	183.497	6.008	-	(657.746)	-	-	-	-	-	-
Outros	(354.442)	581.012	(341.386)	216.461	(16.384)	5.798	-	-	(198.326)	(107.267)	(107.267)	(57.601)	(49.666)
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>834.156</b>	<b>322.528</b>	<b>(192.174)</b>	<b>183.984</b>	<b>97.766</b>	<b>6.138</b>	<b>(657.746)</b>	<b>(287.905)</b>	<b>(198.326)</b>	<b>108.421</b>	<b>108.421</b>	<b>52.746</b>	<b>55.675</b>

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2021 (Reapresentado)	Transferências (*)	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Conta de comercialização de Itaipu	CDE Eletrobrás	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Passiva (a)</b>	-	<b>775.907</b>	<b>93.216</b>	<b>(270.454)</b>	<b>33.240</b>	-	-	-	-	-	-	<b>428.412</b>	-
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	-	(319.276)	32.392	125.124	(13.122)	-	(5.172)	(198.326)	428.412	428.413	-	428.412	-
Custo de Energia Itaipu	-	652.598	(4.326)	(279.202)	28.747	-	(5.172)	-	(174.883)	(174.883)	-	(174.883)	-
Proinfa	-	33.210	4.288	(17.643)	1.749	-	-	-	392.646	392.646	-	392.646	-
Transporte de Rede Básica	-	18.719	43.926	(30.099)	2.772	-	-	-	21.604	21.604	-	21.604	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	(7.827)	5.881	780	(227)	-	-	-	35.318	35.318	-	35.318	-
ESS/EER	-	256.994	14.282	(113.387)	14.207	-	-	-	(1.394)	(1.394)	-	(1.394)	-
CDE	-	141.489	(3.227)	43.973	(886)	-	-	(198.326)	172.098	172.098	-	172.098	-
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais (b)</b>	<b>(118.326)</b>	<b>(964.888)</b>	<b>27.539</b>	<b>274.564</b>	<b>(22.216)</b>	<b>10.232</b>	<b>(66.561)</b>	<b>198.326</b>	<b>(661.332)</b>	<b>(563.065)</b>	<b>(98.267)</b>	<b>(563.064)</b>	<b>(98.267)</b>
Neutralidade da Parcela A	-	11.790	(22.604)	4.878	77	-	-	-	(5.860)	(5.860)	-	(5.860)	-
Sobrecontratação de Energia	-	(143.538)	(20.608)	67.455	5.420	10.232	-	-	(81.040)	(81.040)	-	(81.040)	-
Devoluções Tarifárias	(118.326)	357.923	7.235	(209.160)	(27.580)	-	(66.561)	-	(56.469)	41.798	(98.267)	41.799	(98.267)
Bandeira Faturada	-	(23.964)	23.964	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devolução crédito PIS e COFINS	-	(586.086)	-	266.234	-	-	-	-	(319.853)	(319.853)	-	(319.853)	-
Outros	-	(581.013)	39.552	145.157	(133)	-	-	198.326	(198.110)	(198.110)	-	(198.110)	-
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(118.326)</b>	<b>(188.981)</b>	<b>120.754</b>	<b>4.110</b>	<b>11.024</b>	<b>10.232</b>	<b>(71.733)</b>	<b>-</b>	<b>(232.920)</b>	<b>(134.653)</b>	<b>(98.267)</b>	<b>(134.653)</b>	<b>(98.267)</b>

(\*) **Transferência:** em função das alterações no MCSE, foram realizadas as seguintes transferências (i) R\$ 133.547 referente a Bandeira Tarifária faturada e ainda não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) de Encargos setoriais (nota 16) para ativo ou passivo financeiro setorial, e (ii) R\$ 188.981 referente a contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (homologado e diferido) entre ativo e passivo.

#### a) **CVA - Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”**

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Atualmente, os principais gastos considerados como custos não gerenciáveis são:

- Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
- Energia Elétrica Comprada para Revenda;
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”);
- Encargos de Serviço do Sistema (“ESS”) e Encargos de Energia de reserva (“EER”);
- Rede Básica;
- Repasse de Itaipu;
- Transporte de Itaipu.

Os itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela - CVA” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 19 de abril de 2022 a 18 de abril de 2023, entre os valores apurados dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação CVA foi iniciada em 19 de junho de 2022, logo após o final da vigência do Reajuste Tarifário anual de junho de 2022 - RTA, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, a RTA não alterou o mecanismo de compensação.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

#### b) **Demais ativos e passivos financeiros setoriais**

- **Neutralidade dos encargos setoriais da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.
- **Sobrecontratação:** As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.
- **Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifaria Periódica:** refere-se aos componentes financeiros referentes a recálculos de processos tarifários, de forma a neutralizar os efeitos aos consumidores.
- **Outros Componentes Financeiros:** (i) Devolução do crédito de PIS/COFINS: conforme resolução homologatória (“REH”) nº 3.045 relativo ao RTA de 2022, foi considerado o passivo regulatório relativo aos créditos de PIS/COFINS, decorrente da ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 657.746. Este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no segundo trimestre de 2022 (nota 7.1). (ii) Outros: refere-se principalmente a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica até a próxima revisão tarifária, entre outros.

**c) Recebimentos extraordinários durante o exercício de 2022:**

• **Recebimento da conta de Comercialização de Itaipu:**

Em conforme disposto no Decreto nº 10.665/21, em função do saldo positivo da Conta de Comercialização de ITAIPU em 2020, a Companhia recebeu aporte adicional no primeiro semestre de 2022, no valor de R\$ 5.172, devido à mitigação do reajuste tarifário de junho de 2021. Ademais, conforme disposto no Decreto nº 11.027/22 e na Resolução Homologatória nº 3.093 /22, em função do saldo positivo dessa conta em 2021, foi estabelecido novo repasse em setembro de 2022, no montante de R\$ 66.561, de forma a mitigar o reajuste tarifário de junho de 2022. Os repasses serão cobrados posteriormente de todos os consumidores para devolução à Conta de Comercialização de ITAIPU, quando então será oferecido como bônus aos consumidores residenciais e rurais, nos termos do art. 21 da Lei nº 10.438/02.

• **Recebimento - Conta de escassez hídrica:**

O Decreto nº 10.939/2022 regulamentou as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. Ficou autorizada a criação da Conta de Escassez Hídrica, posteriormente regulamentada pela ANEEL por meio da Consulta Pública nº 02/2022 resultando na publicação da Resolução Normativa nº 1.008/2022.

A Companhia manifestou necessidade de aporte por meio de termo de aceitação, e teve o recurso homologado através do Despacho nº 1.177/2022, com recebimento de R\$ 287.905 no segundo trimestre de 2022, para cobrir os custos com: i) “Importação de Energia” com repasse de R\$ 29.951; ii) “Custo do Bônus de Redução Incentivada” com repasse de R\$ 77.840 e iii) Diferimento do processo tarifário de 2021” com repasse de R\$ 180.114.

• **Recebimento – CDE Eletrobrás:**

Conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2022 ocorreu em julho de 2022, cujo valor de R\$ 198.326 foi homologado por meio do Despacho nº 1.959.

## 10 TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Benefício Fiscal do intangível incorporado</b>	<b>37.396</b>	<b>118.657</b>	<b>39.513</b>	<b>127.397</b>
<b>Bases negativas/Prejuízos Fiscais</b>	<b>20.449</b>	<b>59.677</b>	<b>52.952</b>	<b>149.240</b>
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>	<b>11.244</b>	<b>31.233</b>	<b>6.123</b>	<b>17.007</b>
Provisões para litígios	19.153	53.202	19.782	54.951
Entidade de previdência privada	1.566	4.351	531	1.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.323	28.675	11.940	33.165
Provisão energia livre	313	870	313	870
Programas de P&D e eficiência energética	(805)	(2.237)	1.261	3.502
Provisão relacionada a pessoal	1.711	4.753	1.439	3.996
Derivativos	(26.534)	(73.707)	(42.225)	(117.291)
Marcação a Mercado - Derivativos	18.443	51.230	8.467	23.520
Marcação a Mercado - Dívidas	(24.830)	(68.973)	(13.091)	(36.363)
Ativo Intangível da concessão (ICPC-01)	2.198	6.105	2.863	7.953
Outros	9.707	26.964	14.842	41.228
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>	<b>(51.333)</b>	<b>(142.591)</b>	<b>(48.101)</b>	<b>(133.614)</b>
Reavaliação regulatória compulsória	(57.954)	(160.984)	(62.088)	(172.466)
Perdas atuariais (CPC)	6.621	18.393	13.987	38.852
<b>Total</b>	<b>17.755</b>	<b>66.976</b>	<b>50.485</b>	<b>160.030</b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de bases negativas e prejuízo fiscais, diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros.

### 10.1 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 4,11% ao ano.

### 10.2 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante (em função de divulgar o saldo líquido considerando ativos e passivos), decorrentes de bases negativas, prejuízos fiscais, diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

<u>Expectativa de recuperação</u>	
2023	214.833
2024	90.389
2025	55.553
2026	55.553
2027	84.431
<b>Total</b>	<b>500.758</b>

### 10.3 - Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>1.030.338</b>	<b>1.030.338</b>	<b>880.223</b>	<b>880.223</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Amortização de intangível Adquirido	-	44	-	44
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(5.664)	(5.664)	(10.628)	(10.628)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	61.704	61.704	52.935	52.935
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.199	(6.586)	(33.474)	(49.161)
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.089.578</b>	<b>1.079.836</b>	<b>889.056</b>	<b>873.412</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>(98.062)</b>	<b>(269.958)</b>	<b>(80.015)</b>	<b>(218.353)</b>
Corrente	(75.843)	(206.101)	(90.154)	(244.397)
Diferido	(22.219)	(63.857)	10.139	26.044

(\*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

### 10.4 - O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, foram os seguintes:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Perdas/ (ganhos) atuariais</b>	<b>(110.620)</b>	<b>(110.620)</b>	<b>(11.413)</b>	<b>(11.413)</b>
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	28.785	28.785	(12.024)	(12.024)
<b>Base de cálculo</b>	<b>(81.835)</b>	<b>(81.835)</b>	<b>(23.437)</b>	<b>(23.437)</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados</b>	<b>7.365</b>	<b>20.459</b>	<b>(2.109)</b>	<b>5.860</b>
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	-	-	(787)	(2.185)
<b>Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuarias</b>	<b>7.365</b>	<b>20.459</b>	<b>1.322</b>	<b>3.675</b>
<b>Reserva de Reavaliação</b>	<b>(45.775)</b>	<b>(45.775)</b>	<b>93.718</b>	<b>93.718</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos em outros resultados abrangentes sobre reserva de reavaliação</b>	<b>4.120</b>	<b>11.444</b>	<b>8.435</b>	<b>(23.430)</b>
<b>Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>11.485</b>	<b>31.902</b>	<b>9.757</b>	<b>27.105</b>

## 11 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Adiantamentos - fornecedores	1.412	11.033
Serviços prestados a terceiros	7.464	10.368
Contas a receber - CDE	67.878	62.917
Adiantamentos a funcionários	6.825	6.483
Faturas diversas	15.618	17.420
Arrendamentos e aluguéis de postes	21.613	17.278
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber	4.378	96.478
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.128)	(18.256)
Outros	5.254	8.967
<b>Total</b>	<b>112.314</b>	<b>212.689</b>

**Contas a receber – CDE** – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 13.997 (R\$ 11.877 em 31 de dezembro de 2021); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 51.200 (R\$ 51.040 em 31 de dezembro de 2021) (nota 22.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 2.681.

**Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica a receber:** criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) ofereceu descontos aos consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020.

**Outros:** refere-se, principalmente, aos contratos de direito de uso (arrendamento) da Companhia.

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”):**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está detalhada abaixo:

	<b>Outros Ativos Circulantes</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(18.065)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(191)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(18.256)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	128
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(18.128)</b>

## 12 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2022			2021
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido (Reapresentado)
<b>Em serviço</b>					
<b>Distribuição</b>	3,84%	14.755.904	(5.430.223)	9.325.681	7.795.331
Custo Histórico		12.106.482	(3.515.674)	8.590.808	6.962.090
Reavaliação		2.649.422	(1.914.550)	734.873	833.241
<b>Administração</b>	11,54%	105.041	(58.699)	46.342	39.574
Custo Histórico		86.333	(42.753)	43.580	36.312
Reavaliação		18.707	(15.946)	2.761	3.262
<b>Subtotal</b>		<b>14.860.945</b>	<b>(5.488.922)</b>	<b>9.372.022</b>	<b>7.834.904</b>
<b>Em Curso</b>		562.249	-	562.249	676.865
Distribuição		539.710	-	539.710	636.387
Administração		22.540	-	22.540	40.478
<b>Subtotal</b>		<b>562.249</b>	<b>-</b>	<b>562.249</b>	<b>676.865</b>
<b>Total</b>		<b>15.423.194</b>	<b>(5.488.922)</b>	<b>9.934.272</b>	<b>8.511.769</b>

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível	2022			2021	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Distribuição</b>	<b>10,87%</b>	<b>229.483</b>	<b>(87.000)</b>	<b>142.483</b>	<b>108.953</b>
Custo Histórico		189.221	(74.154)	115.067	81.527
Reavaliação		40.262	(12.846)	27.416	27.427
<b>Administração</b>	<b>18,56%</b>	<b>546.567</b>	<b>(491.905)</b>	<b>54.662</b>	<b>61.708</b>
Custo Histórico		373.544	(318.882)	54.662	61.694
Reavaliação		173.024	(173.024)	-	14
<b>Subtotal</b>		<b>776.050</b>	<b>(578.905)</b>	<b>197.145</b>	<b>170.662</b>
<b>Em Curso</b>		<b>83.213</b>	<b>-</b>	<b>83.213</b>	<b>82.652</b>
Distribuição		35.672	-	35.672	42.774
Administração		47.542	-	47.542	39.878
<b>Subtotal</b>		<b>83.213</b>	<b>-</b>	<b>83.213</b>	<b>82.652</b>
<b>Total</b>		<b>859.263</b>	<b>(578.905)</b>	<b>280.358</b>	<b>253.314</b>

A movimentação do imobilizado no exercício é demonstrada abaixo:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
<b>Distribuição</b>	<b>13.073.467</b>	<b>47.240</b>	<b>(428.715)</b>	<b>2.063.899</b>	<b>12</b>	<b>14.755.904</b>	<b>1.682.424</b>	<b>(5.430.223)</b>	<b>9.325.681</b>	<b>7.795.331</b>
Terrenos	89.751	-	-	19.805	-	109.556	19.805	-	109.556	89.751
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	269.762	43.275	(4.930)	91.116	45	399.268	129.460	(215.200)	184.068	83.349
Máquinas e Equipamentos	12.587.047	3.965	(411.102)	1.927.366	5.857	14.113.133	1.520.229	(5.142.807)	8.970.326	7.568.366
Veículos	110.083	-	(12.300)	23.110	(5.890)	115.003	10.810	(62.003)	53.000	46.761
Móveis e Utensílios	16.823	-	(382)	2.502	-	18.943	2.120	(10.213)	8.730	7.103
<b>Administração</b>	<b>91.466</b>	<b>-</b>	<b>(938)</b>	<b>14.557</b>	<b>(45)</b>	<b>105.041</b>	<b>13.619</b>	<b>(58.699)</b>	<b>46.342</b>	<b>39.574</b>
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	7.528	-	(54)	108	(45)	7.538	55	(3.464)	4.074	4.251
Máquinas e Equipamentos	69.717	-	(148)	14.057	-	83.626	13.909	(44.687)	38.939	31.521
Veículos	6.340	-	(503)	77	-	5.913	(427)	(3.970)	1.943	2.441
Móveis e Utensílios	7.881	-	(233)	315	-	7.963	82	(6.578)	1.385	1.362
<b>Subtotal</b>	<b>13.164.934</b>	<b>47.240</b>	<b>(429.652)</b>	<b>2.078.456</b>	<b>(33)</b>	<b>14.860.945</b>	<b>1.696.044</b>	<b>(5.488.922)</b>	<b>9.372.022</b>	<b>7.834.904</b>

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2021 (Reapresentado)	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021 (Reapresentado)
<b>Distribuição</b>	<b>636.387</b>	<b>1.870.428</b>	<b>-</b>	<b>(1.967.105)</b>	<b>-</b>	<b>539.710</b>	<b>(96.677)</b>	<b>-</b>	<b>539.710</b>	<b>636.387</b>
Máquinas e Equipamentos	348.781	1.706.936	-	(1.814.798)	-	240.920	(107.861)	-	240.920	348.781
Outros	287.605	163.492	-	(152.307)	-	298.790	11.185	-	298.790	287.605
<b>Administração</b>	<b>40.478</b>	<b>100.033</b>	<b>-</b>	<b>(117.972)</b>	<b>-</b>	<b>22.540</b>	<b>(17.939)</b>	<b>-</b>	<b>22.540</b>	<b>40.478</b>
Máquinas e Equipamentos	12.622	17.852	-	(23.333)	-	7.141	(5.481)	-	7.141	12.622
Outros	27.857	82.182	-	(94.639)	-	15.399	(12.458)	-	15.399	27.857
<b>Subtotal</b>	<b>676.865</b>	<b>1.970.462</b>	<b>-</b>	<b>(2.085.077)</b>	<b>-</b>	<b>562.249</b>	<b>(114.616)</b>	<b>-</b>	<b>562.249</b>	<b>676.865</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>13.841.799</b>	<b>2.017.701</b>	<b>(429.652)</b>	<b>(6.621)</b>	<b>(33)</b>	<b>15.423.194</b>	<b>1.581.428</b>	<b>(5.488.922)</b>	<b>9.934.272</b>	<b>8.511.769</b>

O valor de R\$ 33 na coluna de Reclassificação refere-se ao valor transferido para unitização de Benfeitoria em Propriedade de Terceiros, constante na movimentação do Intangível, na linha Outros.

A composição das adições ao ativo imobilizado em curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso 2022	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
<b>Imobilizado em Curso</b>	<b>1.043.626</b>	<b>745.302</b>	<b>51.093</b>	<b>20.234</b>	<b>1.517</b>	<b>42.386</b>	<b>1.904.159</b>
Terrenos	-	164	-	514	-	3.680	4.357
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3.385	36.787	-	-	-	30	40.202
Máquinas e Equipamentos	998.518	624.068	47.109	18.749	1.428	34.915	1.724.788
Veículos	38.974	970	-	-	-	-	39.944
Móveis e Utensílios	2.636	7	-	-	-	4	2.647
A Ratear	(259)	82.552	3.983	971	89	3.757	91.094
P&D	373	755	-	-	-	-	1.127
<b>Outros - Estoque</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>66.303</b>	<b>66.303</b>
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	2.791	2.791
Material em Depósito	-	-	-	-	-	63.838	63.838
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	6.733	6.733
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	(7.059)	(7.059)
<b>Total das Adições</b>	<b>1.043.626</b>	<b>745.302</b>	<b>51.093</b>	<b>20.234</b>	<b>1.517</b>	<b>108.689</b>	<b>1.970.462</b>

A movimentação da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
<b>ALS Bruto</b>	<b>12.587.047</b>	<b>3.965</b>	<b>(411.102)</b>	<b>1.927.366</b>	<b>5.857</b>	<b>14.113.133</b>	<b>1.520.229</b>
Transformador de Distribuição	1.811.477	1.206	(74.418)	139.500	-	1.877.765	66.288
Medidor	626.861	-	(61.147)	55.749	-	621.464	(5.398)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.384.053	920	(70.512)	357.551	(60.657)	2.611.355	287.959
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	4.585.984	1.839	(141.024)	715.103	60.808	5.222.709	575.918
Redes Alta Tensão (69 kV)	983.593	-	(12.023)	107.394	32	1.078.997	95.371
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	310.689	-	(1.153)	39.071	(32)	348.574	37.917
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	7.338	-	-	-	-	7.338	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	10.384	-	(47)	362	-	10.699	315
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	1.071.573	-	(36.761)	256.773	(83)	1.291.502	220.012
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	394.231	-	(6.556)	180.545	(1.261)	566.959	173.989
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	7.163	-	-	460	-	7.623	460
Demais Máquinas e Equipamentos	393.700	-	(7.460)	74.858	7.051	468.149	67.398
<b>Obrigações Especiais Em Serviço Bruto</b>	<b>(1.156.340)</b>	<b>(5.010)</b>	<b>-</b>	<b>(112.895)</b>	<b>-</b>	<b>(1.201.783)</b>	<b>(117.905)</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(1.006.353)	(5.010)	-	(112.895)	-	(1.051.796)	(117.905)
Outros	(149.988)	-	-	-	-	(149.988)	-
Originadas da Receita	(149.988)	-	-	-	-	(149.988)	-
Ultrapassagem de demanda	(50.813)	-	-	-	-	(50.813)	-
Excedente de reativos	(89.572)	-	-	-	-	(89.572)	-
Outros	(9.603)	-	-	-	-	(9.603)	-

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>	<b>191.828</b>	<b>42</b>	<b>-</b>	<b>37.580</b>	<b>33</b>	<b>229.483</b>	<b>37.622</b>	<b>(87.000)</b>	<b>142.483</b>	<b>108.953</b>
Distribuição	98.327	-	-	31.858	-	130.185	31.858	-	130.185	98.327
Serviços	49.098	-	-	1.764	-	50.862	1.764	(46.754)	4.108	3.854
Outros	44.403	42	-	3.958	33	48.436	4.000	(40.245)	8.191	6.772
<b>Administração</b>	<b>523.654</b>	<b>-</b>	<b>(1.135)</b>	<b>24.049</b>	<b>-</b>	<b>546.567</b>	<b>22.913</b>	<b>(491.905)</b>	<b>54.662</b>	<b>61.708</b>
Serviços	-	-	-	325	-	325	325	(277)	48	-
Softwares	523.654	-	(1.135)	23.724	-	546.243	22.589	(491.629)	54.614	61.708
<b>Subtotal</b>	<b>715.482</b>	<b>42</b>	<b>(1.135)</b>	<b>61.629</b>	<b>33</b>	<b>776.050</b>	<b>60.535</b>	<b>(578.905)</b>	<b>197.145</b>	<b>170.662</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>	<b>42.774</b>	<b>25.758</b>	<b>-</b>	<b>(32.861)</b>	<b>-</b>	<b>35.672</b>	<b>(7.102)</b>	<b>-</b>	<b>35.672</b>	<b>42.774</b>
Distribuição	39.879	23.347	-	(31.639)	-	31.587	(8.292)	-	31.587	39.879
Serviços	2.895	2.411	-	(1.221)	-	4.085	1.190	-	4.085	2.895
Outros	39.878	30.171	-	(22.508)	-	47.542	7.663	-	47.542	39.878
Administração	39.878	30.171	-	(22.508)	-	47.542	7.663	-	47.542	39.878
Outros	39.878	30.171	-	(22.508)	-	47.542	7.663	-	47.542	39.878
<b>Subtotal</b>	<b>82.652</b>	<b>55.930</b>	<b>-</b>	<b>(55.369)</b>	<b>-</b>	<b>83.213</b>	<b>561</b>	<b>-</b>	<b>83.213</b>	<b>82.652</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>798.134</b>	<b>55.971</b>	<b>(1.135)</b>	<b>6.260</b>	<b>33</b>	<b>859.263</b>	<b>61.096</b>	<b>(578.905)</b>	<b>280.358</b>	<b>253.314</b>

As principais taxas anuais de depreciação/amortização por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

**Taxas anuais de  
depreciação (%)**

**Distribuição**

Chave Seccionador, Tensão Igual ou Superior a 69kV	3,33%
Chave Seccionador, Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Condutor Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	2,70%
Condutor Classe de Tensão Inferior a 69kV	3,57%
Estrutura Poste	3,57%
Estrutura Torre	2,70%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrónico	7,69%
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57%
Regulador de Tensão, Igual ou Superior a 69kV	3,45%
Regulador de Tensão, Inferior 69kV	4,35%
Religador	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%

**Administração central**

Software	20,00%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Equipamento Geral	6,25%
Veículos	14,29%
Edificações - Outras	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

**13 FORNECEDORES**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	134.218	384.447
Encargos de Conexão	20.419	-
Suprimento de Energia Elétrica	420.673	528.074
Materiais e serviços	315.150	177.718
<b>Total</b>	<b><u>890.460</u></b>	<b><u>1.090.239</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	67.739	60.275
Suprimento de energia elétrica	177.032	157.525
Materiais e serviços	-	3.483
<b>Total</b>	<b><u>244.771</u></b>	<b><u>221.283</u></b>

Os montantes de suprimento de energia elétrica registrados no não circulante são relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculados ao processo de exposição decorrente de preços entre submercados (nota 35).

## 14 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

### 14.1 Abertura de Endividamento total:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgtto Juros	Frequência Pgtto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo								
																2024	2025	2026	2027	2028	2029+	Total		
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	6.650	315.804	1.056.213	1.378.667												-	296.775	588.201	171.237	-	-	-	1.056.213	
Lei 4131 - The Bank of Nova Scotia	3.636	169.973	339.947	513.559	Sim	28/02/2020	Aval/Fiança	US\$	2,07%	28/02/2023	Semestral	28/02/2023	28/02/2025	Amortização: 3 parcelas (fev/23, fev/24 e fev/25)	Outro, especif. no cronograma	-	169.973	169.973	-	-	-	-	339.947	
Lei 4131 - BNP Paribas	278	-	342.475	342.752	Sim	12/07/2021	Aval/Fiança	US\$	1,83%	15/05/2023	Semestral	16/06/2025	15/05/2026	Amortização: 2 parcelas (jun/25, jun/26)	Outro, especif. no cronograma	-	-	171.237	171.237	-	-	-	342.475	
Lei 4131 - MFG Bank Ltd	41	85.396	170.793	256.230	Sim	09/03/2020	Aval/Fiança	US\$	1,8375% r	27/03/2023	Trimestral	27/03/2023	27/02/2025	Amortização: 3 parcelas (fev/23, fev/24 e fev/25)	Outro, especif. no cronograma	-	85.396	85.396	-	-	-	-	170.793	
Lei 4131 - Citibank, N.A	1.034	71.422	142.845	215.301	Sim	06/03/2020	Aval/Fiança	US\$ Libor	Libor 3m +	28/02/2023	Semestral	28/02/2023	28/02/2025	Amortização: 3 parcelas (fev/23, fev/24 e fev/25)	Outro, especif. no cronograma	-	71.422	71.422	-	-	-	-	142.845	
Lei 4131 - BNP Paribas	1.658	-	128.705	130.363	Sim	08/01/2020	Aval/Fiança	US\$	2,64%	09/01/2023	Semestral	08/01/2025	08/01/2025	Amortização: parcela única em Jan/25	Bullet (final)	-	-	128.705	-	-	-	-	128.705	
Marcação a mercado	-	(10.989)	(68.551)	(79.539)	-	31/12/2021	-	-	0,00%	31/01/2023	mensal	31/01/2023	31/12/2025	-	Outro, especif. no cronograma	-	(30.017)	(38.534)	-	-	-	-	(68.551)	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	47.539	257.171	5.172.192	5.476.901												(3.577)	443.995	349.244	1.506.313	1.596.854	1.279.363	-	5.172.192	
BNDES- FINEM - 20/21 - Sub B	2.338	-	1.278.259	1.280.597	Sim	05/06/2020	Aval/Fiança	IPCA	4,27%	15/03/2023	Trimestral	15/07/2027	15/07/2027	Amortização: Final 07/2027	Bullet (final)	-	-	-	-	1.278.259	-	-	1.278.259	
14ª Emissão - RIGEA4	3.636	-	1.090.000	1.093.636	Sim	22/12/2022	Aval/Fiança	CDI	CDI + 1,2%	12/06/2023	Semestral	14/12/2026	12/12/2026	Amortização: Final 12/2026	Bullet (final)	-	-	-	1.090.000	-	-	-	1.090.000	
11ª Emissão - RIGEA1	4.124	-	769.399	773.523	Sim	20/05/2021	Aval/Fiança	IPCA	4,30%	15/05/2023	Semestral	15/05/2029	15/05/2031	Amortização: 3 Parcelas- Mai/2029, Mai/2030 e Mai/2031	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	769.399	769.399		
12ª Emissão - RIGEA2	22.472	-	603.000	625.472	Sim	27/09/2021	Aval/Fiança	CDI	CDI + 1,4%	27/03/2023	Semestral	28/09/2026	27/09/2028	Amortização: 3 Parcelas- Set/2026, Set/2027 e Set/2028	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	201.000	201.000	201.000	603.000		
13ª Emissão - RIGEA3	3.682	-	497.021	500.703	Sim	30/05/2022	Aval/Fiança	IPCA	5,39%	15/05/2023	Semestral	15/05/2028	15/05/2029	Amortização: 2 Parcelas- Mar/2028 e Mar/2029	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	201.000	201.000	497.021		
BNDES- FINEM - 20/21 - Sub A	729	49.802	348.616	399.147	Sim	05/06/2020	Aval/Fiança	IPCA	4,27%	15/03/2023	Trimestral	17/07/2023	15/06/2027	Mensal após 07/2023	SAC	-	99.605	99.605	99.605	49.802	-	-	348.616	
BNDES- FINEM	625	67.358	241.366	309.349	Sim	27/12/2018	Aval/Fiança	IPCA	4,74%	16/01/2023	Trimestral	16/01/2023	15/07/2027	Durante o período de carência: pagamento de Juros- trimestral. Amortização mensal a partir de abril/20	Outro, especif. no cronograma	-	67.358	67.358	67.358	39.292	-	-	241.366	
Debênture - AESL17 - IPCA	6.014	-	279.947	285.961	Sim	05/09/2018	Aval/Fiança	IPCA	5,80%	15/02/2023	Semestral	15/08/2024	15/08/2025	Amortização: duas parcelas (Ago/24 e Ago/25)	Outro, especif. no cronograma	-	139.974	139.974	-	-	-	-	279.947	
BNDES- FINEM - 18/19	459	49.470	177.268	227.197	Sim	27/12/2018	Aval/Fiança	IPCA	4,74%	16/01/2023	Trimestral	16/01/2023	15/07/2027	Trimestral. Amortização mensal a partir de abril/20	SAC	-	49.470	49.470	49.470	28.858	-	-	177.268	
8ª Emissão - RIGE18 - IPCA	3.459	87.217	87.217	177.893	Sim	08/03/2017	Aval/Fiança	IPCA	5,35%	15/02/2023	Semestral	15/02/2023	15/02/2024	Amortização: 2 Parcelas- Fev/2023 e Fev/2024	Outro, especif. no cronograma	-	87.217	-	-	-	-	-	87.217	
Arrendamento Mercantil	-	5.599	14.156	19.755	Sim	31/03/2022	Não há	Outros a especificar	0,00%	27/09/2022	N.A.	27/09/2022	15/07/2027	-	Outros	4.940	4.600	4.284	59	72	201	14.156		
Marcação a mercado	-	-	(196.354)	(196.354)	Sim	31/12/2022	Não há	Outros a especificar	0,00%	31/01/2023	N.A.	31/01/2023	15/07/2027	-	Outros	-	-	(8.996)	-	-	-	(188.258)	(196.354)	
Gastos com Captação Debêntures	-	(166)	(5.911)	(6.077)	Sim	30/09/2022	Não há	Outros a especificar	0,00%	31/01/2023	N.A.	31/01/2023	15/06/2027	-	Outros	(2.445)	(1.209)	(1.156)	(572)	(429)	-	-	(5.911)	
Gastos com Captação de Empréstimos	-	(2.110)	(11.893)	(14.003)	Sim	30/09/2022	Não há	Outros a especificar	0,00%	31/01/2023	N.A.	31/01/2023	15/06/2027	-	Outros	(6.072)	(3.020)	(2.195)	(607)	-	-	-	(11.893)	
<b>Total por Dívida:</b>	<b>54.188</b>	<b>572.975</b>	<b>6.228.405</b>	<b>6.855.568</b>																				
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	6.650	315.804	1.056.213	1.378.667																				
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	47.539	257.171	5.172.192	5.476.901																				

### 14.2 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgtto Juros	Frequência Pgtto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização			
												2024	2025	2026	Total
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>534.659</b>	<b>128.930</b>	<b>663.589</b>									<b>20.964</b>	<b>45.879</b>	<b>62.087</b>	<b>128.930</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	464.913	-	464.913												
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	30.032	-	30.032												
SWAP VINCULADO À DEBENTURE - Goldman Sachs	-	26.570	26.570	CDI	104,30%	fev-23	Semestral	ago-24	ago-25	Amortização: duas parcelas (Ago/24 e Ago/25)	Outro, especif. no cronograma	-	13.285	13.285	26.570
SWAP VINCULADO À DEBENTURE - Goldman Sachs	-	11.915	11.915	CDI	104,30%	fev-23	Semestral	ago-24	ago-25	Amortização: duas parcelas (Ago/24 e Ago/25)	Outro, especif. no cronograma	-	5.958	5.958	11.915
SWAP VINCULADO À DEBENTURE - SAFRA	-	11.346	11.346	CDI	104,30%	fev-23	Semestral	ago-24	ago-25	Amortização: duas parcelas (Ago/24 e Ago/25)	Outro, especif. no cronograma	-	5.673	5.673	11.346
SWAP VINCULADO À DÍVIDA BNP	-	16.207	16.207	CDI + 0,90%	jan-23	Trimestral	jan-25	jan-25	jan-25	Amortização: única parcela em Jan/25	Bullet (final)	-	-	-	16.207
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Scotiabank	19.267	36.183	55.450	CDI	CDI + 0,8%	fev-23	Semestral	fev-25	fev-25	Amortização: Três parcela (Fev/23, fev/24 e fev/25)	Outro, especif. no cronograma	12.061	12.061	12.061	36.183
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Citibank	14.186	14.186	28.372	CDI	CDI + 0,83%	fev-23	Semestral	fev-25	fev-25	Amortização: Três parcela (Fev/23, fev/24 e fev/25)	Outro, especif. no cronograma	4.729	4.729	4.729	14.186
SWAP VINCULADO À DÍVIDA MFG	6.261	12.524	18.785	CDI	CDI + 0,85%	mar-23	Trimestral	fev-25	fev-25	Amortização: Três parcela (Fev/23, fev/24 e fev/25)	Outro, especif. no cronograma	4.175	4.175	4.175	12.524

### 14.3 Abertura dos Instrumentos Financeiros Derivativos:

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci- mento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	Valor Contratado	Valor Justo (*)
Swap- Debênture	Itaú	20/05/2021	15/05/2031	IPCA + 4,3%	111,07% CDI	680.000	26.570
Swap- Lei 4131	SCOTIABANK	28/02/2020	28/02/2025	USD + 2,43%	100% CDI + 0,80%	418.280	11.915
Swap- Lei 4131	BNP PARIBAS	12/07/2021	15/06/2026	USD + 2,148%	100% CDI + 1,26%	340.000	11.346
Swap- Debênture	Itaú	30/05/2022	15/05/2029	IPCA + 5,9853%	100% CDI + 0,60%	251.000	(35.884)
Swap- Debênture	Itaú	30/05/2022	15/05/2029	IPCA + 5,9853%	100% CDI + 0,60%	242.000	16.207
Swap- Lei 4131	MUFG	09/03/2020	27/02/2025	USD + 2,10%	100% CDI + 0,85%	225.497	55.450
Swap- Lei 4131	Citibank	06/03/2020	28/02/2025	USD + 2,20%	100% CDI + 0,83%	185.000	28.372
Swap- Debênture	Goldman Sachs	06/09/2018	15/08/2025	IPCA + 5,8%	104,3% CDI	117.090	18.785
Swap- Lei 4131	BNP PARIBAS	08/01/2020	08/01/2025	USD + 3,10%	100% CDI + 0,90%	100.000	(30.690)
Swap- Debênture	Goldman Sachs	06/09/2018	15/08/2025	IPCA + 5,8%	104,3% CDI	52.510	(6.141)
Swap- Debênture	SAFRA	06/09/2018	15/08/2025	IPCA + 5,8%	104,3% CDI	50.000	(5.920)
<b>Total</b>						<b>2.661.377</b>	<b>90.010</b>

(\*) positivo derivativo Ativo, negativo derivativo Passivo

#### 14.4 Composição do Endividamento e Dívida Líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	31/12/2022	31/12/2021
<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>54.188</b>	<b>651.609</b>	<b>6.318.613</b>	<b>7.024.410</b>	<b>6.566.017</b>
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	6.650	315.804	1.056.213	1.378.667	1.831.756
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	47.539	257.171	5.172.192	5.476.901	4.422.835
Fundo de Pensão	-	-	90.208	90.208	160.542
Derivativos a pagar	-	78.634	-	78.634	24.133
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	126.750
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>(534.659)</b>	<b>(128.930)</b>	<b>(663.589)</b>	<b>(730.575)</b>
Alta Liquidez	-	(464.913)	-	(464.913)	(337.619)
Demais Aplicações Financeiras	-	(30.032)	-	(30.032)	-
Derivativos a receber	-	(39.714)	(128.930)	(168.644)	(392.956)
<b>(+) Dívida Líquida</b>	<b>54.188</b>	<b>116.950</b>	<b>6.189.683</b>	<b>6.360.822</b>	<b>5.835.442</b>

#### 14.5 Movimentações dos Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Pós Fixado</b>							
TJLP	427	-	(426)	6	-	(7)	-
IPCA	1.903.727	297.139	(114.794)	225.108	-	(94.892)	2.216.290
Gastos com captação	(17.179)	-	-	3.176	-	-	(14.003)
<b>Total ao custo</b>	<b>1.886.975</b>	<b>297.139</b>	<b>(115.220)</b>	<b>228.290</b>	<b>-</b>	<b>(94.899)</b>	<b>2.202.287</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	1.692.701	-	(119.198)	31.541	(115.664)	(31.174)	1.458.206
Euro	187.339	-	(168.330)	193	(18.865)	(337)	-
Marcação a mercado	(48.284)	-	-	(31.255)	-	-	(79.539)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.831.756</b>	<b>-</b>	<b>(287.528)</b>	<b>479</b>	<b>(134.529)</b>	<b>(31.511)</b>	<b>1.378.667</b>
<b>Mútuos</b>	<b>126.750</b>	<b>-</b>	<b>(136.668)</b>	<b>9.918</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Arrendamento	-	19.755	-	-	-	-	19.755
<b>Total</b>	<b>3.845.482</b>	<b>316.894</b>	<b>(539.415)</b>	<b>238.687</b>	<b>(134.529)</b>	<b>(126.410)</b>	<b>3.600.709</b>
Circulante	562.362	-	-	-	-	-	496.723
Não circulante	3.283.120	-	-	-	-	-	3.103.985

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Pós Fixado</b>							
TJLP	1.451	-	(1.022)	43	-	(45)	427
IPCA	1.196.305	661.480	(104.293)	210.977	-	(60.742)	1.903.727
Gastos com captação	(20.357)	-	-	3.178	-	-	(17.179)
<b>Total ao custo</b>	<b>1.177.398</b>	<b>661.480</b>	<b>(105.315)</b>	<b>214.199</b>	<b>-</b>	<b>(60.787)</b>	<b>1.886.975</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	2.474.018	340.000	(1.246.053)	46.968	133.421	(55.652)	1.692.701
Euro	644.243	-	(444.184)	3.138	(12.473)	(3.385)	187.339
Marcação a mercado	(20.422)	-	-	(27.862)	-	-	(48.284)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>3.097.839</b>	<b>340.000</b>	<b>(1.690.237)</b>	<b>22.244</b>	<b>120.948</b>	<b>(59.037)</b>	<b>1.831.756</b>
<b>Mútuos</b>	<b>300.019</b>	<b>-</b>	<b>(186.549)</b>	<b>13.281</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>126.750</b>
<b>Total</b>	<b>4.575.256</b>	<b>1.001.480</b>	<b>(1.982.101)</b>	<b>249.724</b>	<b>120.948</b>	<b>(119.825)</b>	<b>3.845.482</b>
Circulante	1.803.770	-	-	-	-	-	562.362
Não circulante	2.771.486	-	-	-	-	-	3.283.120

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

#### 14.6 Condições restritivas dos empréstimos e financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e,
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

#### 14.7 Movimentações das Debêntures:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	1.489.897	1.090.000	(865.000)	179.457	(175.245)	1.719.109
IPCA	168.163	-	-	18.662	(8.932)	177.893
Gastos com captação	(26.836)	(2.547)	-	23.407	-	(5.977)
<b>Total ao custo</b>	<b>1.631.223</b>	<b>1.087.453</b>	<b>(865.000)</b>	<b>221.526</b>	<b>(184.177)</b>	<b>1.891.025</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	1.001.805	493.000	-	126.891	(61.508)	1.560.188
Marcação a mercado	(97.169)	-	-	(99.185)	-	(196.354)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>904.637</b>	<b>493.000</b>	<b>-</b>	<b>27.705</b>	<b>(61.508)</b>	<b>1.363.834</b>
<b>Total</b>	<b>2.535.860</b>	<b>1.580.453</b>	<b>(865.000)</b>	<b>249.232</b>	<b>(245.685)</b>	<b>3.254.860</b>
Circulante	159.762					130.440
Não circulante	2.376.098					3.124.420

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	993.236	603.000	(125.000)	52.872	(34.211)	1.489.897
IPCA	152.292	-	-	23.944	(8.073)	168.163
Gastos com captação	(5.464)	(24.434)	-	3.062	-	(26.836)
<b>Total ao custo</b>	<b>1.140.064</b>	<b>578.566</b>	<b>(125.000)</b>	<b>79.877</b>	<b>(42.284)</b>	<b>1.631.223</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	244.804	680.000	-	105.948	(28.946)	1.001.805
Marcação a mercado	13.258	-	-	(110.426)	-	(97.169)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>258.062</b>	<b>680.000</b>	<b>-</b>	<b>(4.478)</b>	<b>(28.946)</b>	<b>904.637</b>
<b>Total</b>	<b>1.398.126</b>	<b>1.258.567</b>	<b>(125.000)</b>	<b>75.399</b>	<b>(71.230)</b>	<b>2.535.860</b>
Circulante	129.898					159.762
Não circulante	1.268.228					2.376.098

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

#### 14.8 Condições restritivas das debêntures:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso, Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

### 15 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada, que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A.), sendo conforme abaixo:

#### 15.1 – Características:

**“Plano 1” (Plano Único da incorporada):** Plano do tipo “benefício definido” com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018, conforme mencionado na nota 1; e

**“Plano 2” (Plano Único da incorporadora):** Plano do tipo “benefício definido”, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à

contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação Família Previdência.

Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de “contribuição definida”, sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela companhia a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras.

Ao final do exercício de 2022 a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

## 15.2 - Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2022		31/12/2021	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	439.609	589.674	472.498	622.201
Valor justo dos ativos do plano	(468.394)	(499.466)	(451.414)	(482.743)
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b>(28.785)</b>	<b>90.209</b>	<b>21.084</b>	<b>139.458</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	28.785	-	-	-
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>-</b>	<b>90.209</b>	<b>21.084</b>	<b>139.458</b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	Plano 1	Plano 2
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020</b>	<b>452.237</b>	<b>670.330</b>
Custo do serviço corrente bruto	(1.167)	1.142
Juros sobre obrigação atuarial	33.746	50.085
Contribuições de participantes vertidas no exercício	205	554
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	25.026	14.221
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(9.252)	(76.057)
Benefícios pagos no exercício	(28.297)	(38.074)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021</b>	<b>472.498</b>	<b>622.201</b>
Custo do serviço corrente bruto	(79)	1.367
Juros sobre obrigação atuarial	42.801	56.456
Contribuições de participantes vertidas no exercício	160	565
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	10.647	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(52.349)	(45.221)
Benefícios pagos no exercício	(34.069)	(45.694)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b>	<b>439.609</b>	<b>589.674</b>

	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020</b>	<b>(463.399)</b>	<b>(493.876)</b>
Rendimento esperado no exercício	(34.980)	(36.792)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(205)	(554)
Contribuições de patrocinadoras	(2.160)	(3.201)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	21.033	13.616
Benefícios pagos no exercício	28.297	38.074
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021</b>	<b>(451.414)</b>	<b>(482.733)</b>
Rendimento esperado no exercício	(40.933)	(43.517)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(160)	(565)
Contribuições de patrocinadoras	(2.308)	(2.286)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(7.648)	(16.049)
Benefícios pagos no exercício	34.069	45.694
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022</b>	<b>(468.394)</b>	<b>(499.456)</b>

### 15.3 - Movimentações dos passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>
<b>Passivo atuarial no início do exercício</b>	<b>21.084</b>	<b>139.458</b>	-	<b>176.444</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.789	14.306	(1.539)	14.435
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(2.308)	(2.286)	(2.160)	(3.201)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	10.647	-	25.026	14.221
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(52.349)	(45.221)	(9.252)	(76.057)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(7.648)	(16.049)	21.033	13.616
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	28.785	-	(12.024)	-
<b>Passivo atuarial no fim do exercício</b>	<b>-</b>	<b>90.209</b>	<b>21.084</b>	<b>139.458</b>

### 15.4- Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2023 estão apresentadas no montante de R\$ 2.425 (plano 1) e R\$ 2.411 (plano 2).

Os benefícios esperados a serem pagos pela Fundação Família Previdência nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>
2023	35.530	47.085
2024	36.729	48.670
2025	37.973	50.198
2026	39.189	51.726
2027 a 2032	260.908	345.337
<b>Total</b>	<b>410.329</b>	<b>543.016</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a duração média da obrigação do benefício definido foi 9,4 anos (Plano 1) e 9,6 anos (Plano 2).

### 15.5- Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2022 e 2021, são como segue:

	2023 Estimadas		2022 Realizadas		2021 realizadas	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Custo do serviço	(80)	848	(79)	1.367	(1.167)	1.142
Juros sobre obrigações atuariais	43.830	58.821	42.801	56.456	33.746	50.085
Rendimento esperado dos ativos do plano	(46.955)	(49.605)	(40.933)	(43.517)	(34.980)	(36.792)
Amortização de perda atuariais não reconhecidas	2991	-	-	-	892	-
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>(214)</b>	<b>10.064</b>	<b>1.789</b>	<b>14.306</b>	<b>(1.539)</b>	<b>14.435</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Planos 1 e 2	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,88% a.a.(*)	5,74% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
	BR-EMS sb v.2015 (-20) (**)	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de mortalidade geral:	Light fraca	Light média
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Nula	Nula
Taxa de rotatividade esperada:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:		

(\*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 4,45% em 2022 e de 5,22% em 2021.

(\*\*) Tábua biométrica de mortalidade geral para a RGE Sul é BR-EMSSb v.2021 por sexo.

## 15.6 - Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, administrados pela Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2023, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2022.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	Plano 1		Plano 2	
	2022	2021	2022	2021
<b>Renda fixa</b>	<b>75%</b>	<b>78%</b>	<b>74%</b>	<b>77%</b>
Títulos públicos federais	66%	68%	64%	65%
Títulos privados (instituições financeiras)	3%	4%	3%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	2%	3%	3%	3%
Fundos de investimento multimercado	4%	4%	4%	4%
<b>Renda variável</b>	<b>12%</b>	<b>12%</b>	<b>14%</b>	<b>14%</b>
Fundos de investimento em ações	12%	12%	14%	14%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>9%</b>	<b>7%</b>	<b>8%</b>	<b>5%</b>
Fundos de investimento multimercado	9%	7%	8%	5%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>97%</b>	<b>98%</b>	<b>96%</b>	<b>97%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>-</b>	<b>-1%</b>	<b>-</b>	<b>-1%</b>
Depósitos judiciais e outros	-	-1%	-	-1%
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>3%</b>	<b>2%</b>	<b>4%</b>	<b>3%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

<b>Meta 2023 - Fundação Família Previdência</b>		
	<b>Plano 1</b>	<b>Plano 2</b>
Renda Fixa	72,0%	71,9%
Renda variável	10,2%	10,8%
Imóveis	1,0%	1,2%
Empréstimos e financiamentos	1,8%	2,6%
Investimentos estruturados	15,0%	13,5%
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

A meta de alocação para 2023 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2022 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2023, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos é o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano. Os estudos levam em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos das classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazo, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

### **15.7 - Análise de sensibilidade**

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

· Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 10.444 no plano 1 e R\$ 14.288 no plano 2 (redução de R\$ 10.017 no plano 1 e R\$ 13.691 no plano 2).

· Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 7.400 no plano 1 e R\$ 10.770 no plano 2 (aumento de R\$ 7.172 no plano 1 e R\$ 10.476 no plano 2).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a..

As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

### **15.8 - Risco de investimento:**

Os planos de benefícios da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia.

Os planos de benefícios da Companhia tem sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente.

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição à risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

## 16 ENCARGOS SETORIAIS

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	(Reapresentado)		
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.355	1.114	-	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.937	7.937	-	-
Bandeiras tarifárias e outros	1	2	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	53.320	69.155	16.348	1.451
Recurso a serem recolhidos à CDE P&D	915	961	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	146.577	152.354	-	-
Recurso a serem recolhidos à CDE PEE	1.793	1.890	-	-
EPE / FNDCT	2.097	2.283	-	-
<b>Total</b>	<b>213.993</b>	<b>235.695</b>	<b>16.348</b>	<b>1.451</b>

**Programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética:** A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à Conta de desenvolvimento energético ("CDE") em favor da modicidade tarifária.

## 17 TRIBUTOS

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	115.806
Programa de integração social - PIS	8.412	5.293
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	39.138	24.862
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	14.659	10.170
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	7.766	7.704
Outros	18.456	13.960
<b>Total</b>	<b>88.432</b>	<b>177.796</b>

**Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS** – a redução deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: (i) redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e (ii) não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento.

## 18 PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções
Trabalhistas	83.841	39.054	75.682	41.612
Cíveis	68.577	12.072	104.178	24.882
Fiscais	29.917	42.829	27.860	39.649
Regulatório	17.563	-	15.909	-
Outros	17.451	-	369	-
<b>Total</b>	<b>217.350</b>	<b>93.954</b>	<b>223.998</b>	<b>106.144</b>

A movimentação das provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	75.682	24.849	(6.055)	(19.466)	8.832	83.841
Cíveis	104.178	68.858	(28.976)	(92.941)	17.457	68.577
Fiscais	27.860	417	(69)	(328)	2.038	29.917
Regulatório	15.909	438	-	-	1.217	17.563
Outros	369	16.381	-	-	701	17.451
<b>Total</b>	<b>223.998</b>	<b>110.943</b>	<b>(35.100)</b>	<b>(112.735)</b>	<b>30.245</b>	<b>217.350</b>

As provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- f. **Trabalhistas** - os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e terceirizados da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade, insalubridade e equiparação salarial. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão nas categorias, empregados próprios, terceirizados e ações de indenização;
- g. **Cíveis** - as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros;
- h. **Fiscais** - os processos fiscais são relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISSQN, SAT e ICMS, cujas discussões são mantidas na esfera administrativa e judicial;
- i. **Regulatórios** - os processos regulatórios estão relacionados a não conformidades na prestação do serviço de distribuição em 2018 e 2019 e a fiscalizações de compartilhamento de infraestrutura entre os setores de energia elétrica e de telecomunicações; e
- j. **Outros** - referem-se a Autos de Infração da AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS.

#### Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim representadas:

	31/12/2022	31/12/2021	Principais causas
Trabalhistas	289.726	325.171	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.016.744	1.005.363	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifaria, revisão de contratos
Fiscais	1.119.564	1.056.046	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	580.542	546.262	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	79.320	48.394	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>3.085.896</b>	<b>2.981.235</b>	

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

## 19 OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	220.192	112.063	84.754	75.415
Adiantamentos	18.344	15.219	2.051	3.084
Descontos tarifários - CDE	26.515	19.194	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	4	246	-	-
Convênios de arrecadação	38.239	38.935	-	-
Garantias	-	-	823	993
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber (nota 11)	2.477	96.476	-	-
Outros	6.980	6.540	37.041	36.867
<b>Total</b>	<b>312.752</b>	<b>288.673</b>	<b>124.670</b>	<b>116.359</b>

**Consumidores e concessionárias:** referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. O saldo no passivo não circulante de R\$ 84.754 (R\$ 75.415 em 31 de dezembro de 2021), refere-se à energia de curto prazo (CCEE) relacionada ao Despacho ANEEL nº 288 (nota 35).

**Descontos tarifários – CDE:** Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

**Convênio de arrecadação:** Referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

## 20 OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Em serviço</b>	<b>1.156.340</b>	<b>5.010</b>	<b>112.895</b>	<b>(72.463)</b>	<b>1.201.783</b>	<b>117.905</b>	<b>(474.053)</b>	<b>727.730</b>
Participação da União, Estados e Municípios	62.774	-	-	-	62.774	-	(33.708)	29.065
Participação Financeira do Consumidor	771.125	3.895	83.398	(72.463)	785.955	87.293	(361.478)	424.477
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	125.172	-	29.497	-	154.669	29.497	(21.739)	132.930
Programa de Eficiência Energética - PEE	1.493	-	-	-	1.493	-	(887)	605
Pesquisa e Desenvolvimento	20.679	1.116	-	-	21.795	1.116	(7.797)	13.999
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	25.110	-	-	-	25.110	-	(15.932)	9.178
Outros	<b>149.988</b>	-	-	-	<b>149.988</b>	-	<b>(32.512)</b>	<b>117.475</b>
Ultrapassagem de demanda	50.813	-	-	-	50.813	-	(10.848)	39.965
Excedente de reativos	89.572	-	-	-	89.572	-	(18.850)	70.722
Outros	9.603	-	-	-	9.603	-	(2.814)	6.788
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>(458.172)</b>	<b>(49.657)</b>	-	<b>33.776</b>	<b>(474.053)</b>	<b>(49.657)</b>	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	(31.302)	(2.407)	-	-	(33.708)	(2.407)	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(361.822)	(33.432)	-	33.776	(361.478)	(33.432)	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(16.431)	(5.308)	-	-	(21.739)	(5.308)	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	(830)	(57)	-	-	(887)	(57)	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(6.632)	(1.165)	-	-	(7.797)	(1.165)	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(14.836)	(1.096)	-	-	(15.932)	(1.096)	-	-
Outros	<b>(26.319)</b>	<b>(6.193)</b>	-	-	<b>(32.512)</b>	<b>(6.193)</b>	-	-
Ultrapassagem de demanda	(8.719)	(2.129)	-	-	(10.848)	(2.129)	-	-
Excedente de reativos	(15.151)	(3.699)	-	-	(18.850)	(3.699)	-	-
Outros	(2.449)	(365)	-	-	(2.814)	(365)	-	-
<b>Em curso</b>	<b>106.591</b>	<b>46.486</b>	<b>(112.895)</b>	-	<b>40.183</b>	<b>(66.409)</b>	-	<b>40.183</b>
Participação da União, Estados e Municípios	9	-	-	-	9	-	-	9
Participação Financeira do Consumidor	73.976	5.645	(71.822)	-	7.799	(66.177)	-	7.799
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	6.291	24.540	(29.497)	-	1.334	(4.957)	-	1.334
Pesquisa e Desenvolvimento	76	-	-	-	76	-	-	76
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	8.393	-	-	-	8.393	-	-	8.393
Outros	<b>17.847</b>	<b>16.301</b>	<b>(11.576)</b>	-	<b>22.572</b>	<b>4.725</b>	-	<b>22.572</b>
Outros	17.847	16.301	(11.576)	-	22.572	4.725	-	22.572
<b>Total</b>	<b>804.760</b>	<b>1.840</b>	-	<b>(38.687)</b>	<b>767.913</b>	<b>1.840</b>	<b>(474.053)</b>	<b>767.913</b>

O saldo da reavaliação regulatória das obrigações especiais, bem como a taxa média de amortização são conforme o quadro abaixo:

Obrigações Especiais 2022	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>	<b>3,86%</b>	<b>901.793</b>	<b>299.990</b>	<b>1.201.783</b>
Participação da União, Estados e Municípios		62.774	-	62.774
Participação Financeira do Consumidor		485.965	299.990	785.955
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		154.669	-	154.669
Programa de Eficiência Energética - PEE		1.493	-	1.493
Pesquisa e Desenvolvimento		21.795	-	21.795
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		25.110	-	25.110
Outros		<b>149.988</b>	-	<b>149.988</b>
Ultrapassagem de demanda		50.813	-	50.813
Excedente de reativos		89.572	-	89.572
Outros		9.602,69	-	9.602,69
<b>(-) Amortização Acumulada</b>		<b>(295.454)</b>	<b>(178.599)</b>	<b>(474.053)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		(33.708)	-	(33.708)
Participação Financeira do Consumidor		(182.879)	(178.599)	(361.478)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(21.739)	-	(21.739)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(887)	-	(887)
Pesquisa e Desenvolvimento		(7.797)	-	(7.797)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(15.932)	-	(15.932)
Outros		<b>(32.512)</b>	-	<b>(32.512)</b>
Ultrapassagem de demanda		(10.848)	-	(10.848)
Excedente de reativos		(18.850)	-	(18.850)
Outros		(2.814)	-	(2.814)
<b>Total</b>		<b>606.339</b>	<b>121.391</b>	<b>727.730</b>

## 21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99
<b>Total</b>	<b>1.125.427</b>	<b>100,00</b>

### 21.1 - Gestão do Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,40 vezes o EBITDA em 2022 (2,63 vezes em 2021), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política

da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

## **21.2 – Aumento de capital**

Através da AGO/E de 28 de abril de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.857, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2021 sem emissão de novas ações.

## **21.3 - Reserva de Capital**

Refere-se ao benefício fiscal do Intangível Incorporado, oriundo das incorporações da CPFL Jaguariúna e da Rio Grande Energia de R\$ 163.105.

## **21.4 - Resultado abrangente acumulado:**

É composto por:

- reserva de reavaliação no montante de R\$ 424.998 (R\$ 455.311 em 31 de dezembro de 2021), líquido de imposto de renda e contribuição social, correspondente aos efeitos registrados relativos ao reconhecimento da base de remuneração regulatória de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010.
- entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 88.305 (R\$ 142.316 em 31 de dezembro de 2021), líquido de imposto de renda e contribuição social, de acordo com o CPC 33 (R2).
- efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, com saldo credor de R\$ 3.343 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48.

## **21.5 - Reservas de lucros**

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.047.448 que compreende:

- reserva legal de R\$ 288.073;
- reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 404.100: considerando avaliações da controladora da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 404.100 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro.
- reserva de lucros a realizar R\$ 355.275: parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar.

Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2023, mediante aprovação da Administração.

## **.21.6 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)**

Na AGO/E de 28 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2021, através de (i) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 591.850, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 525,889679126.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2022:

Na AGE de 12 de dezembro de 2022, foi aprovada a declaração de dividendos intermediários no valor de R\$ 67.407, a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022.

Dividendo mínimo obrigatório proposto no montante de R\$ 185.718, que será deliberado na AGO em abril de 2023.

No exercício de 2022, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 659.258 de dividendos.

## 21.7 - Destinação do lucro líquido societário do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<b>2022</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.065.789</b>
Reserva legal	(53.289)
Reserva de lucros a realizar	(355.275)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(404.100)
Dividendos intermediários	(67.407)
Dividendo mínimo obrigatório	(185.718)

## 22 RECEITA

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021 (Reapresentado)
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>3.071.670</b>	<b>3.029.846</b>	<b>11.430.377</b>	<b>11.678.649</b>	<b>4.671.420</b>	<b>5.518.091</b>
Residencial	2.618.664	2.562.073	5.753.278	5.731.767	2.426.738	2.948.867
Industrial	17.299	17.843	1.258.596	1.384.977	534.618	620.630
Comercial	178.460	175.366	1.767.787	1.833.188	804.366	973.589
Rural	229.900	248.130	1.457.590	1.547.505	488.606	488.474
Poder público	22.862	22.115	360.193	316.004	153.378	159.376
Iluminação pública	574	539	536.990	552.612	131.580	169.873
Serviço público	3.911	3.780	295.943	312.596	132.134	157.281
Consumo próprio	236	225	6.090	6.082	-	-
Suprimento Faturado/ Energia de curto prazo			2.293.909	2.391.736	177.268	593.611
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>					<b>6.558.821</b>	<b>6.673.684</b>
Consumidores Cativos					5.085.474	5.315.508
Consumidores Livres					1.473.348	1.358.175
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>					<b>13.728</b>	<b>(129.146)</b>
<b>Ativos e Passivos Financeiros Setoriais</b>					<b>133.044</b>	<b>858.754</b>
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					(857.403)	827.441
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					181.027	138.988
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					809.422	(107.674)
<b>Outras Receitas Vinculadas</b>					<b>718.464</b>	<b>803.499</b>
Serviços Cobráveis					11.454	9.041
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					707.010	794.458
<b>Total</b>	<b>3.071.906</b>	<b>3.030.071</b>	<b>13.730.376</b>	<b>14.076.468</b>	<b>12.272.748</b>	<b>14.318.493</b>

### 22.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de janeiro de 2018, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos

financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquida no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

## **22.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)**

Em junho de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória (“REH”), reajusta a tarifa da Companhia. As tarifas têm vigência de 16 de junho até 15 de junho do ano subsequente e os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 14 de junho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução homologatória (“REH”) 3.044 postergando o reajuste tarifário da Companhia. Em 22 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.045, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 8,72%, sendo 7,60% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,12% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 10,98%.

Em 2021 (REH nº 2.880), o reajuste médio foi de +15,23%, sendo +16,68% referentes ao reajuste tarifário econômico, -1,45% relativos aos componentes financeiros pertinentes e 9,95% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

## **22.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares**

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2022, foi registrada receita de R\$ 707.010 (R\$ 794.458 em 2021), sendo (i) R\$ 79.667 (R\$ 62.083 em 2021) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 595.080 (R\$ 587.451 em 2021) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 431 (R\$ 7 em 2021) de desconto tarifário – liminares, (iv) R\$ 32.775 (R\$ 48.439 em 2021) de subvenção CCRBT e (v) redução R\$ 943 (R\$ 96.478) referente ao reembolso redução incentiva de consumo.

## **22.4 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)**

A ANEEL, por meio da REH nº 3.004, de 14 de dezembro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO, relativas às competências de janeiro a abril de 2022.

A REH nº 3.034, de 26 de abril de 2022, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2022.

E, criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a CDE Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, e os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

## **25.5 Redução das alíquotas de ICMS nas tarifas de energia elétrica:**

Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194, que determinou a redução das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica pelos Estados, bem como reduziu a base de cálculo do tributo. Nesse contexto, a Companhia realizou a análise das normas e legislações estaduais sobre o tema de forma a refletir o melhor entendimento da nova determinação em seus sistemas de faturamento.

## 23 CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS DA PARCELA A

	MWh		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021 (Reapresentado)
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	3.214.533	3.315.181	936.675	1.173.077
PROINFA	277.642	314.250	166.119	104.659
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	11.854.479	12.465.170	2.405.054	3.814.735
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(312.537)	(456.181)
<b>Subtotal</b>	<b>15.346.654</b>	<b>16.094.601</b>	<b>3.195.311</b>	<b>4.636.290</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica			1.009.597	815.126
Encargos de transporte de itaipu			89.518	95.504
Encargos de conexão			187.872	157.817
Encargos de uso do sistema de distribuição			5.208	7.285
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			192.011	603.967
Encargos de energia de reserva - EER			208.772	52.357
Crédito de PIS e COFINS			(156.597)	(160.212)
<b>Subtotal</b>			<b>1.536.380</b>	<b>1.571.843</b>
<b>Total</b>			<b>4.731.691</b>	<b>6.208.133</b>

(\*) Conta de Energia de Reserva

A redução do custo com energia adquirida para revenda no ano de 2022 está associada principalmente ao menor acionamento de usinas térmicas (contratos por disponibilidade) e ao PLD em níveis mínimos, em comparação ao mesmo período de 2021.

A Redução no custo com ESS deve-se a grande melhora do cenário energético que reduziu o acionamento de usinas termelétricas no ano de 2022.

## 24 PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2022	2021
<b>Pessoal</b>		
Remuneração	200.774	180.339
Encargos	56.661	50.323
Previdência privada - Corrente	2.984	2.282
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	16.095	12.896
Programa de demissão voluntária	-	201
Despesas rescisórias	2.990	4.014
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	34.628	27.274
Outros benefícios - Corrente	84.479	74.597
Estagiários e Programas de Iniciação ao Trabalho	489	489
Outros	3.183	1.421
<b>Subtotal</b>	<b>402.282</b>	<b>353.836</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	4.648	2.949
Benefícios dos administradores	596	1.259
<b>Subtotal</b>	<b>5.243</b>	<b>4.207</b>
<b>Total</b>	<b>407.526</b>	<b>358.043</b>

## 25 RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	64.997	24.500
Acréscimos e multas moratórias	95.830	100.063
Atualização de créditos fiscais	159.487	59.191
Atualização de depósitos judiciais	6.759	2.741
Atualizações monetárias e cambiais	187.319	228.404
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	5.881	4.222
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	116.562	33.139
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(23.427)	(15.418)
Outros	25.691	27.032
<b>Total</b>	<b>639.099</b>	<b>463.873</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(424.638)	(222.955)
Atualizações monetárias e cambiais	(533.598)	(416.583)
(-) Juros capitalizados	20.847	12.959
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(7.772)	(10.807)
Outros	(195.750)	(118.954)
<b>Total</b>	<b>(1.140.912)</b>	<b>(756.339)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(501.813)</b>	<b>(292.466)</b>

Os Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,13% a.a. em 2022 (7,19% a.a. em 2021) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 401.706 (ganhos R\$ 9.211 em 2021) (nota 29).

## 26 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2022, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S/A.  
Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.  
Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- c) **Imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- d) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** – A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as

regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto às Fundação Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, na nota 15 - Benefício pós-emprego.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avaliam as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 7.561 (R\$ 4.207 em 2021). Este valor é composto por R\$ 6.600 (R\$ 3.250 em 2021) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 116 (R\$ 77 em 2021) de benefícios pós-emprego e R\$ 845 (R\$ 880 em 2021) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

#### **Transações envolvendo entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto da CPFL Energia:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	532	576	4.792	3.663	-	-	49.783	41.052
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	297	-	-	-	246	147
<b>Contrato de Mútuo</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	-	-	-	126.750	-	-	9.918	13.281
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	185.718	-	-	-	-	-
<b>Imobilizado, materiais e prestação de serviço</b>								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	15.516	7.706	-	-	61.514	26.608
Entidades sob o controle da CPFL Energia (**)	555	281	10.457	7.737	-	-	139.597	56.596
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	23	15	11.318	5.338	137	123	382.471	90.428
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	6.245	6.700	-	-	51.245	57.309
<b>Encargos - Rede básica</b>								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	6	6	-	-	-	-	102.182	86.919
<b>Outras operações financeiras</b>								
State Grid Brazil Power Participações S.A. (***)	-	-	380.000	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	24.451	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	(50)	-	-	-
<b>Outros</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	3.453	-	866	2.973

(\*) O saldo do mútuo com remuneração de 107% a.a. do CDI, foi quitado em dezembro de 2022.

(\*\*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 18.378 no exercício (R\$ 84.811 em 2021), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(\*\*) Em 21 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a emissão de debêntures no montante de R\$ 1.090.000 MM, com taxa efetiva anual de CDI + 1,20% pelo o prazo de quatro anos, sendo adquirida pela State Grid Brazil Power Participações S.A o montante de R\$ 380.000 MM.

## 27 SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo imobilizado	Riscos nomeados	133.000
Transporte	Transporte nacional	271.615
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	50.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	379.521
Garantia	Seguro Garantia	1.644.789
	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Outros		
<b>Total</b>		<b><u>2.628.925</u></b>

Determinadas apólices para cobertura de ativo fixo e responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

## 28 GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

### Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos;
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 29. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na

compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

**Risco de sub/sobrecontratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2022 observou-se uma hidrologia favorável, o que possibilitou a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em todo país que haviam iniciado o ano com volumes reduzidos devido à condição adversa de 2021.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

#### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes

em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

## 29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	464.913	464.913
Instrumentos financeiros derivativos	29	(a)	Nível 2	168.644	168.644
<b>Total</b>				<b>633.557</b>	<b>633.557</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	2.202.287	2.202.287
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	1.378.667	1.378.667
Debêntures - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	1.891.025	1.875.759
Debêntures - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	1.363.834	1.363.834
Instrumentos financeiros derivativos	29	(a)	Nível 2	78.634	78.634
<b>Total</b>				<b>6.914.447</b>	<b>6.899.181</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 130.440 em 2022 (R\$ 138.289 em 2021).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

### Legenda

#### Categoria/Mensuração

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurado ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções; fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, (ix) passivo financeiro setorial, e (x) mútuo entre coligadas, controladas e controladora.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de hedge (hedge accounting) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos (*)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional	
	Ativo	Passivo							Valores justos, líquidos
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	118.814	(35.884)	82.930	159.670	(76.740)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87%) ou (1,83% a 2,64%)	CDI + 0,8% a 1,26%	jan/23 a jun/26	1.268.777
	<u>118.814</u>	<u>(35.884)</u>	<u>82.930</u>	<u>159.670</u>	<u>(76.740)</u>				
<b>Hedge variação índice de preços</b>									
Debêntures	49.831	(42.751)	7.080	135.259	(128.179)	IPCA + 4,3% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CDI ou CDI + 0,6%	ago/24 a maio/31	1.392.600
	<u>49.831</u>	<u>(42.751)</u>	<u>7.080</u>	<u>135.259</u>	<u>(128.179)</u>				
<b>Total</b>	<u>168.644</u>	<u>(78.634)</u>	<u>90.010</u>	<u>294.929</u>	<u>(204.919)</u>				
Circulante	39.714	-							
Não circulante	128.930	(78.634)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14.

(\*) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2022
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	469.269	(296.260)	121.920	294.929
Marcação a mercado (*)	(100.446)	(104.473)	-	(204.919)
<b>Total</b>	<b>368.823</b>	<b>(400.733)</b>	<b>121.920</b>	<b>90.010</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>103.613</b>			<b>39.714</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>289.343</b>			<b>128.930</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(24.133)</b>			<b>(78.634)</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida e debêntures para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2022 e 2021 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado financeiro registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

<b>Risco protegido / operação</b>	<b>Ganho (Perda) no resultado</b>		<b>Ganho (Perda) no</b>
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>resultado abrangente</b>
			<b>2022</b>
Variação de taxas de juros	(30.968)	69.712	-
Marcação a mercado	(62.368)	(105.230)	761
Variação cambial	(265.292)	99.104	-
Marcação a mercado	(43.078)	(54.375)	212
<b>Total</b>	<b>(401.706)</b>	<b>9.211</b>	<b>973</b>

#### **f) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

#### **g) Análise de sensibilidade**

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

#### **d.1) Variação cambial**

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.378.667)		(110.712)	261.633	633.978
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.402.465		112.623	(266.149)	(644.921)
	<u>23.798</u>	baixa dolar	<u>1.911</u>	<u>(4.516)</u>	<u>(10.943)</u>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>			<b>1.911</b>	<b>(4.516)</b>	<b>(10.943)</b>

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2022 foi de R\$ 5,22 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 5,64 e a depreciação cambial de 8,03%, referente ao dólar em 31.12.2022.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

## d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável	Receita (despesa)		
						Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)	
Instrumentos financeiros ativos	489.861				68.238	85.297	102.356	
Instrumentos financeiros passivos	(1.719.109)				(239.472)	(299.340)	(359.208)	
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.804.442)				(390.659)	(488.324)	(585.988)	
	<u>(4.033.690)</u>	alta CDI	13,65%	13,93%	<u>(561.893)</u>	<u>(702.367)</u>	<u>(842.840)</u>	
Instrumentos financeiros passivos	(3.758.017)				(247.653)	(309.567)	(371.480)	
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.491.987				98.322	122.902	147.483	
	<u>(2.266.029)</u>	alta IPCA	5,79%	6,59%	<u>(149.331)</u>	<u>(186.665)</u>	<u>(223.997)</u>	
Ativos e passivos financeiros setoriais	(124.499)				(17.343)	(21.678)	(26.014)	
	<u>(124.499)</u>	alta SELIC	13,65%	13,93%	<u>(17.343)</u>	<u>(21.678)</u>	<u>(26.014)</u>	
<b>Total</b>	<u>(6.424.219)</u>				<u>(728.567)</u>	<u>(910.710)</u>	<u>(1.092.852)</u>	
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>						<b>344</b>	<b>430</b>	<b>516</b>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>						<b>(728.911)</b>	<b>(911.140)</b>	<b>(1.093.368)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

## h) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

### Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos

foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

<b>Classe</b>	<b>Dias</b>	<b>Período</b>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

#### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA- (nota 29 b).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

#### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor rating entre elas (nota 29 b). A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

## i) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	871.800	18.659	-	-	-	244.771	1.135.231
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	27.665	443.862	515.150	1.927.832	1.904.152	-	4.818.661
Derivativos	29	-	-	-	35.884	-	42.751	78.634
Debêntures - principal e encargos	14	-	148.695	247.760	830.258	1.790.166	1.515.069	4.531.948
Encargos Setoriais	16	9.292	-	-	-	-	-	9.292
Consumidores e concessionárias	19	11.028	208.588	575	-	-	84.754	304.946
EPE / FNDCT / PROCEL	16	-	2.097	13.136	-	-	-	15.232
Convênio de arrecadação	19	-	38.239	-	-	-	-	38.239
<b>Total</b>		<b>919.787</b>	<b>860.140</b>	<b>776.620</b>	<b>2.793.974</b>	<b>3.694.318</b>	<b>1.887.345</b>	<b>10.932.183</b>

## 30 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2022 e 2021, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2022		2021	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra	376.779	24.570	155.233	44.218
Compra estimada (*)	-	-	60.340	4.031
<b>Total</b>	<b>376.779</b>	<b>24.570</b>	<b>215.573</b>	<b>48.248</b>

	2022		2021	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Venda	1.018.034	56.345	626.869	246.941
Venda estimada (*)	361.467	20.271	210.598	46.811
<b>Total</b>	<b>1.379.501</b>	<b>76.616</b>	<b>837.467</b>	<b>293.752</b>

(\*) Como a CCEE tem um prazo de sessenta dias para disponibilização das informações relativas ao período de 1 de novembro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 (período de 1 de novembro de 2021 a 31 de dezembro de 2021), os valores foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

## 31 REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

### 31.1. Revisão Tarifária Periódica

Entre 27 de março de 2018 e 12 de maio de 2018, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 16/2018 as metodologias e os critérios gerais para o quarto ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia.

Após análise das contribuições recebidas, por meio da AP nº 004/2018 e AP nº 16/2018 amparada pelo laudo de avaliação da base de remuneração regulatória e pelos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, em 12 de junho de 2018, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória 2.401/2018, o resultado da quarta Revisão Tarifária Periódica – RTP da Rio Grande Energia S/A. e em 17 de abril de 2018 a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória 2.385/2018, o resultado da quarta Revisão Tarifária Periódica – RTP da RGE SUL Distribuidora de Energia S/A. onde foram em média reajustadas em 20,58% para RGE e 22,47% para a RGE SUL as tarifas, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos das distribuidoras.

Após a homologação do resultado, a RGE vislumbrou a necessidade de interpor pedido de reconsideração à ANEEL, o qual ainda se encontra em tramitação, não tendo sido julgado pela ANEEL até o mês de março/2019.

### 31.2. Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória – BRR corresponde ao conjunto dos ativos das concessionárias em operação, vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, avaliados periodicamente a cada Ciclo de Revisão Tarifária Periódica – CRTP, observando-se as seguintes diretrizes:

- Base Blindada - é composta pelos valores aprovados no laudo de avaliação do ciclo tarifário anterior, ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- Base Incremental - Corresponde a inclusão e avaliação dos investimentos realizados entre as datas-bases do ciclo tarifário anterior e o processo de revisão do ciclo tarifário vigente;
- Os valores finais da BRR são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas no período incremental (item b);
- Considera-se como data-base do laudo de avaliação da BRR o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária vigente; e
- A base de remuneração é atualizada pela variação do IGPM, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração veículos, edificações, hardwares e softwares. Estes ativos são remunerados por meio da Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração, demonstrado na Nota Técnica RGE n.º 135/2018-SGT/ANEEL e Nota Técnica RGE SUL n.º 76/2018 SGT/ANEEL

Descrição	Valores - R\$ Mil	
	RGE	RGE Sul
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	5.918.687	4.945.792
(6) Depreciação Acumulada	2.562.644	2.334.386
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	3.356.043	2.611.407
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	5.821	9.124
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	3.350.222	2.602.283
(10) Almojarifado em Operação	6.021	10.514
(11) Ativo Diferido	-	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	404.243	292.030
(13) Terrenos e Servidões	80.358	67.931
<b>(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)</b>	<b>3.032.357</b>	<b>2.388.698</b>
(15) Saldo RGR PLPT	4.337	22.243
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-	-
(19) RC sem Obrigações Especiais	371.267	290.290
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	7.963	5.122
<b>(21) Remuneração do Capital (RC)</b>	<b>379.230</b>	<b>295.412</b>

### 31.3. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – “CAIMI”

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

A remuneração dos ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) é determinada a partir de uma relação do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS).

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI, conforme Nota Técnica RGE n.º 135/2018-SGT/ANEEL e Nota Técnica RGE SUL n.º 76/2018 SGT/ANEEL

Descrição	Valores - R\$ Mil	
	RGE	RGE Sul
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	387.708	333.509
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	174.468	150.079
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	46.525	40.021
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	166.714	143.409
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	19.642	16.896
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	9.498	8.171
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	41.675	35.849
<b>(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)</b>	<b>70.816</b>	<b>60.916</b>

#### 31.4. Reajuste Tarifário Anual

Em 15 de junho de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) N° 2.880, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 15,23%, sendo 16,68% referentes ao reajuste tarifário econômico e -1,45% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 9,95%.

Em 14 de junho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução homologatória (“REH”) 3.044 postergando o reajuste tarifário da Companhia. Em 22 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) N° 3.045, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 8,72%, sendo 7,60% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,12% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 10,98%.

### 32 CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

## 32.1. Balanço Patrimonial

	31/12/2022			31/12/2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Reapresentado*)	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>						
<b>Ativo Circulante</b>	<b>2.845.882</b>	<b>(2.444)</b>	<b>2.843.438</b>	<b>3.410.486</b>	<b>39.890</b>	<b>3.450.376</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	464.913	-	464.913	322.437	-	322.437
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.221.501	(2.477)	1.219.024	1.500.166	(96.476)	1.403.690
Serviços em Curso	168.619	140	168.759	154.574	229	154.803
Tributos Compensáveis	158.431	-	158.431	113.339	-	113.339
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	541.208	-	541.208	478.204	-	478.204
Depósitos Judiciais e Cauções	-	29.417	29.417	-	11.613	11.613
Almoxarifado Operacional	30.167	-	30.167	18.507	-	18.507
Investimentos Temporários	30.032	(29.417)	615	15.181	(11.613)	3.568
Ativos Financeiros Setoriais	52.746	-	52.746	462.450	133.547	595.997
Despesas Pagas Antecipadamente	26.236	-	26.236	29.326	-	29.326
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.714	-	39.714	103.613	-	103.613
Outros Ativos Circulantes	112.314	(106)	112.208	212.689	2.590	215.279
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>13.046.927</b>	<b>334.144</b>	<b>13.381.071</b>	<b>12.551.404</b>	<b>(521.794)</b>	<b>12.029.611</b>
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	58.168	-	58.168	79.690	-	79.690
Tributos Compensáveis	172.974	-	172.974	116.776	-	116.776
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	1.963.226	-	1.963.226	2.283.726	-	2.283.726
Depósitos Judiciais e Cauções	93.954	-	93.954	106.144	-	106.144
Tributos Diferidos	84.731	(84.731)	-	210.515	(209.976)	539
Ativos Financeiros Setoriais	55.675	-	55.675	371.706	(118.326)	253.379
Despesas Pagas Antecipadamente	2.885	-	2.885	4.566	-	4.566
Bens e Direitos para Uso Futuro	378	(378)	-	378	(378)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	128.930	-	128.930	289.343	-	289.343
Ativo Financeiro da Concessão	-	8.010.390	8.010.390	-	5.904.078	5.904.078
Outros Ativos Não Circulantes	-	16.158	16.158	-	-	-
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	271.374	(271.374)	-	323.476	(323.476)	-
Imobilizado	9.934.272	(9.934.272)	-	8.511.769	(8.511.769)	-
Ativo contratual	-	614.740	614.740	-	650.777	650.777
Intangível	280.358	1.983.612	2.263.970	253.314	2.087.278	2.340.592
<b>Total do Ativo</b>	<b>15.892.809</b>	<b>331.700</b>	<b>16.224.509</b>	<b>15.961.889</b>	<b>(481.902)</b>	<b>15.479.987</b>

(\*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Reapresentado*)	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>						
<b>Passivo Circulante</b>	<b>2.768.011</b>	<b>(2.477)</b>	<b>2.765.534</b>	<b>2.569.291</b>	<b>39.584</b>	<b>2.608.874</b>
Fornecedores	890.460	-	890.460	1.090.239	-	1.090.239
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	627.163	(5.599)	621.564	722.124	-	722.124
Obrigações Sociais e Trabalhistas	63.899	-	63.899	54.763	-	54.763
Tributos	88.432	-	88.432	177.796	-	177.796
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	185.718	-	185.718	-	-	-
Encargos Setoriais	213.993	-	213.993	235.695	136.060	371.755
Passivos Financeiros Setoriais	134.653	-	134.653	-	-	-
PIS/COFINS devolução de consumidores	250.942	-	250.942	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	312.752	3.122	315.874	288.673	(96.476)	192.197
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>9.936.353</b>	<b>(445.360)</b>	<b>9.490.993</b>	<b>10.098.576</b>	<b>(923.087)</b>	<b>9.175.490</b>
Fornecedores	244.771	-	244.771	221.283	-	221.283
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	6.228.405	(14.156)	6.214.249	5.659.218	-	5.659.218
Benefício Pós-Emprego	90.209	-	90.209	160.542	-	160.542
Tributos	-	9.154	9.154	-	8.802	8.802
Provisão para Litígios	217.350	(9.154)	208.196	223.998	(8.802)	215.196
Encargos Setoriais	16.348	-	16.348	1.451	-	1.451
Tributos Diferidos	-	322.552	322.552	-	-	-
Passivos Financeiros Setoriais	98.267	-	98.267	118.326	(118.326)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	78.634	-	78.634	24.133	-	24.133
PIS/COFINS devolução consumidores	2.069.786	-	2.069.786	2.768.506	-	2.768.506
Outros Passivos Não Circulantes	124.670	14.156	138.826	116.359	-	116.359
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	767.913	(767.913)	-	804.760	(804.760)	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>12.704.364</b>	<b>(447.837)</b>	<b>12.256.526</b>	<b>12.667.867</b>	<b>(883.503)</b>	<b>11.784.364</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital Social	2.842.391	-	2.842.391	2.831.534	-	2.831.534
Reservas de Capital	163.105	-	163.105	173.962	-	173.962
Outros Resultados Abrangentes	340.036	(424.998)	(84.962)	312.995	(449.502)	(136.508)
Reservas de Lucros	1.047.448	-	1.047.448	234.784	-	234.784
Prejuízos Acumulados	(1.204.535)	1.204.535	-	(851.102)	851.102	-
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	-	-	-	591.850	-	591.850
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>3.188.445</b>	<b>779.538</b>	<b>3.967.983</b>	<b>3.294.023</b>	<b>401.600</b>	<b>3.695.623</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>15.892.809</b>	<b>331.700</b>	<b>16.224.509</b>	<b>15.961.889</b>	<b>(481.902)</b>	<b>15.479.987</b>

(\*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6.

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes nos balanços patrimoniais apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória nos exercícios de 2022 e 2021:

### Reclassificações e ajustes de 2022:

	Reclassificações							Ajustes					Societário	
	Regulatório	Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigação Especial (b)	Provisões para litígios fiscais (c)	Bens não vinculados	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Arrendamento (f)	Outros Ativos Circulantes	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)		Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)
<b>Ativo</b>														
<b>Ativo Circulante</b>														
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.221.501	-	-	-	-	-	(2.477)	-	-	-	-	-	-	1.219.024
Serviços em Curso	168.619	-	-	-	-	-	-	-	140	-	-	-	-	168.759
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	-	29.417	-	-	-	-	-	29.417
Investimentos Temporários	30.032	-	-	-	-	-	-	(29.417)	-	-	-	-	-	615
Outros Ativos Circulantes	112.314	-	-	-	-	-	-	-	(106)	-	-	-	-	112.208
<b>Ativo Não Circulante</b>														
Tributos diferidos	84.731	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.731)	-
Bens e Direitos para Uso Futuro	378	-	-	-	-	(378)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	-	6.597.364	-	(420.917)	-	-	-	-	-	-	1.833.942	-	-	8.010.390
Outros Ativos Não Circulantes	-	-	-	-	-	-	-	-	16.158	-	-	-	-	16.158
Bens e atividades não vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	271.374	-	-	-	-	(271.374)	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	9.934.272	(6.597.364)	(3.004.033)	420.917	-	-	-	(16.158)	-	(737.634)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	643.674	(28.934)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	614.740
Intangível	280.358	-	2.360.358	(617.588)	-	271.752	-	-	-	(27.416)	-	(3.494)	-	2.263.970
	12.103.580	-	-	(646.522)	-	-	(2.477)	-	34	(765.050)	1.833.942	(3.494)	(84.731)	12.435.280
<b>Passivo</b>														
<b>Passivo Circulante</b>														
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	627.163	-	-	-	-	-	-	(5.599)	-	-	-	-	-	621.564
Outros Passivos Circulantes	312.752	-	-	-	-	-	(2.477)	5.599	-	-	-	-	-	315.874
<b>Passivo Não Circulante</b>														
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	6.228.405	-	-	-	-	-	-	(14.156)	-	-	-	-	-	6.214.249
Tributos	-	-	-	-	9.154	-	-	-	-	-	-	-	-	9.154
Provisão para Litígios	217.350	-	-	-	(9.154)	-	-	-	-	-	-	-	-	208.196
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	322.552	322.552
Outros Passivos Não Circulantes	124.670	-	-	-	-	-	-	14.156	-	-	-	-	-	138.826
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	767.913	-	-	(646.522)	-	-	-	-	-	(121.391)	-	-	-	-
	8.278.253	-	-	(646.522)	-	-	(2.477)	-	-	(121.391)	-	-	322.552	7.830.415
<b>Total</b>	3.825.327	-	-	-	-	-	-	-	34	(643.658)	1.833.942	(3.494)	(407.284)	4.604.865

- (a) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas líquidas no Intangível e Ativo contratual.
- (c) Diferenças de apresentação em função do ICPC 22, que classifica provisões de litígios fiscais relacionados a IR/CSLL em Tributos a pagar no societário.
- (d) Diferenças de apresentação em função do Ofício Circular nº 38/2022-SFF/ANEEL que requer que o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor seja classificado para fins regulatórios no passivo circulante em outras contas a pagar.
- (e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes aos Contratos de Arrendamento foram apresentados em Outros Ativos não Circulante e Outros Passivos Circulante e não Circulante.

## Reclassificações e ajustes de 2021:

	Reclassificações								Ajustes					Societário	
	Regulatório (Reapresentado)	Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigações Especiais (b)	Provisões para riscos fiscais (c)	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Bens não vinculados	Reapresentado nota 2.6	Outros Ativos Circulantes	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)		IR e CS Diferidos (32.3.5)
<b>Ativo</b>															
<b>Ativo Circulante</b>															
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.500.166	-	-	-	-	(96.476)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.403.690
Serviços em Curso	154.574	-	-	-	-	-	-	361	(132)	-	-	-	-	-	154.803
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	11.613	-	-	-	-	-	-	-	11.613
Investimentos Temporários	15.181	-	-	-	-	-	(11.613)	-	-	-	-	-	-	-	3.568
Ativos Financeiros Setoriais	462.450	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	595.997
Outros Ativos Circulantes	212.689	-	-	-	-	-	-	2.513	78	-	-	-	-	-	215.279
<b>Ativo Não Circulante</b>															
Tributos diferidos	210.515	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(209.976)	-	539
Ativos Financeiros Setoriais	371.706	-	-	-	-	-	-	(118.326)	-	-	-	-	-	-	253.379
Ativo Financeiro da Concessão	-	4.946.965	-	(338.737)	-	-	-	-	-	-	1.295.850	-	-	-	5.904.078
Bens e Direitos para Uso Futuro	378	-	-	-	-	-	(378)	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens e atividades não vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	323.476	-	-	-	-	-	(323.476)	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	8.511.769	(4.876.054)	(3.137.588)	338.737	-	-	-	(361)	-	(836.503)	-	-	-	-	-
Ativo contratual em curso	-	-	757.368	(106.591)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	650.777
Intangível	253.314	(70.911)	2.380.220	(523.936)	-	-	323.854	-	-	(27.441)	-	5.491	-	-	2.340.592
	12.016.219	-	-	(630.528)	-	(96.476)	-	17.733	(54)	(863.944)	1.295.850	5.491	(209.976)	-	11.534.315
<b>Passivo</b>															
<b>Passivo Circulante</b>															
Encargos setoriais	235.695	-	-	-	-	-	-	136.060	-	-	-	-	-	-	371.755
Outros Passivos Circulantes	288.673	-	-	-	-	(96.476)	-	-	-	-	-	-	-	-	192.197
<b>Passivo Não Circulante</b>															
Tributos	-	-	-	-	8.802	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.802
Provisão para litígios	223.998	-	-	-	(8.802)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	215.196
Passivos Financeiros Setoriais	118.326	-	-	-	-	-	-	(118.326)	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	804.760	-	-	(630.528)	-	-	-	-	-	(174.232)	-	-	-	-	-
	1.671.453	-	-	(630.528)	-	(96.476)	-	17.733	-	(174.232)	-	-	-	-	787.950
<b>Total</b>	<b>10.344.766</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(54)</b>	<b>(689.711)</b>	<b>1.295.850</b>	<b>5.491</b>	<b>(209.976)</b>	<b>-</b>	<b>10.746.365</b>

(a) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão (apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios) seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;

(b) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias as obrigações especiais são apresentadas líquidas no Ativo Intangível e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica;

(c) Provisão para litígios fiscais relacionados a IR/CSLL foi reclassificado para tributos a pagar no societário em função do ICPC 22.

(d) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor foi classificado no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e nas demonstrações contábeis regulatórias no passivo circulante em outras contas a pagar, conforme Ofício Circular nº 38/2022-SFF/ANEEL;

(e) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.

## Conciliação do total do ativo societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
<b>Total do ativo conforme contabilidade societária</b>	<b>16.224.509</b>	<b>15.479.987</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	2.881.415	3.088.717
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(2.116.365)	(2.224.773)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(1.833.942)	(1.295.850)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	3.494	(5.491)
Ajustes de Outros Ativos Circulantes	(34)	54
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.5)	84.731	209.976
Passivos financeiros setoriais (Reapresentado nota 2.6)	-	118.326
Encargos setoriais (Reapresentado nota 2.6)	-	(136.060)
Reclassificação de obrigações especiais para o passivo (a)	646.522	630.528
Redução Incentivada de Consumo (b)	2.477	96.476
<b>Total do ativo regulatório</b>	<b>15.892.809</b>	<b>15.961.889</b>

- (a) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo Intangível e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor foi classificado no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e nas demonstrações contábeis regulatórias no passivo circulante em outras contas a pagar.

## Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Patrimônio líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>3.967.983</b>	<b>3.695.623</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	2.581.424	2.716.263
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(1.937.766)	(2.026.553)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(1.833.942)	(1.295.850)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	3.494	(5.491)
Ajustes de Outros Ativos Circulantes	(34)	54
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.5)	407.284	209.976
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>3.188.445</b>	<b>3.294.023</b>

## 32.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Reapresentado*)	Ajustes	Societário
<b>Receita</b>	<b>12.272.748</b>	<b>2.520.191</b>	<b>14.792.939</b>	<b>14.318.493</b>	<b>1.915.047</b>	<b>16.233.540</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	4.685.148	(943)	4.684.206	5.388.945	96.478	5.485.423
Suprimento de Energia Elétrica	100.652	-	100.652	299.859	-	299.859
Energia Elétrica de Curto Prazo	76.616	-	76.616	293.752	-	293.752
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	6.558.821	(64.447)	6.494.375	6.673.684	(39.695)	6.633.989
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	133.045	-	133.045	858.754	112.599	971.353
Serviços Cobráveis	11.454	-	11.454	9.041	-	9.041
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	707.010	943	707.953	794.458	(96.478)	697.980
Outras Receitas	-	2.584.638	2.584.638	-	1.842.144	1.842.144
<b>Tributos</b>	<b>(2.707.907)</b>	<b>(15)</b>	<b>(2.707.922)</b>	<b>(4.327.931)</b>	<b>3</b>	<b>(4.327.928)</b>
ICMS	(1.747.523)	(11)	(1.747.535)	(3.164.983)	3	(3.164.980)
PIS-PASEP	(171.301)	-	(171.301)	(207.417)	-	(207.417)
COFINS	(788.935)	-	(788.935)	(955.379)	-	(955.379)
ISS	(148)	(3)	(152)	(153)	-	(153)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(1.644.267)</b>	<b>-</b>	<b>(1.644.267)</b>	<b>(1.132.565)</b>	<b>(112.599)</b>	<b>(1.245.164)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(40.350)	-	(40.350)	(44.884)	-	(44.884)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(40.350)	-	(40.350)	(44.884)	-	(44.884)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.465.147)	-	(1.465.147)	(983.845)	-	(983.845)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(15.656)	-	(15.656)	(12.963)	-	(12.963)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	(68.862)	-	(68.862)	(45.989)	-	(45.989)
Outros Encargos	(13.902)	-	(13.902)	-	(112.599)	(112.599)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>7.920.574</b>	<b>2.520.176</b>	<b>10.440.750</b>	<b>8.857.996</b>	<b>1.802.452</b>	<b>10.660.448</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>(4.731.691)</b>	<b>-</b>	<b>(4.731.691)</b>	<b>(6.208.132)</b>	<b>-</b>	<b>(6.208.132)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.029.192)	-	(3.029.192)	(4.531.631)	-	(4.531.631)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	(166.119)	-	(166.119)	(104.659)	-	(104.659)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(1.536.380)	-	(1.536.380)	(1.571.843)	-	(1.571.843)
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>	<b>3.188.882</b>	<b>2.520.176</b>	<b>5.709.059</b>	<b>2.649.864</b>	<b>1.802.452</b>	<b>4.452.316</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(1.656.731)</b>	<b>(1.906.215)</b>	<b>(3.562.946)</b>	<b>(1.477.175)</b>	<b>(1.218.198)</b>	<b>(2.695.373)</b>
Pessoal e Administradores	(391.431)	(10)	(391.441)	(345.147)	-	(345.147)
Entidade de previdência privada	(16.095)	-	(16.095)	(12.896)	-	(12.896)
Material	(118.939)	-	(118.939)	(85.033)	-	(85.033)
Serviços de Terceiros	(312.993)	-	(312.993)	(272.174)	-	(272.174)
Arrendamento e Aluguéis	(34.878)	10.211	(24.667)	(32.115)	-	(32.115)
Seguros	(1.527)	-	(1.527)	(1.418)	-	(1.418)
Doações, Contribuições e Subvenções	2.587	-	2.587	(945)	-	(945)
Provisões	(97.438)	385	(97.053)	(68.843)	-	(68.843)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(85.430)	-	(85.430)	(110.853)	-	(110.853)
(-) Recuperação de Despesas	11.269	-	11.269	14.579	-	14.579
Tributos	(3.409)	(322)	(3.732)	(3.025)	-	(3.025)
Depreciação e Amortização	(510.335)	35.552	(474.783)	(452.849)	40.151	(412.698)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(133.332)	65.428	(67.904)	(99.921)	-	(99.921)
Outras Receitas Operacionais	164.121	(164.121)	-	126.044	(126.044)	-
Outras Despesas Operacionais	(128.902)	(1.853.339)	(1.982.241)	(132.578)	(1.132.305)	(1.264.883)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>1.532.152</b>	<b>613.961</b>	<b>2.146.113</b>	<b>1.172.689</b>	<b>584.254</b>	<b>1.756.943</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(501.813)</b>	<b>(28)</b>	<b>(501.841)</b>	<b>(292.466)</b>	<b>15.863</b>	<b>(276.604)</b>
Receitas Financeiras	639.099	(164.232)	474.867	463.873	(179.622)	284.251
Despesas Financeiras	(1.140.912)	164.204	(976.709)	(756.339)	195.485	(560.854)
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>1.030.338</b>	<b>613.933</b>	<b>1.644.271</b>	<b>880.223</b>	<b>600.116</b>	<b>1.480.339</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(368.020)	(210.462)	(578.482)	(298.368)	(205.287)	(503.655)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>662.318</b>	<b>403.471</b>	<b>1.065.789</b>	<b>581.855</b>	<b>394.829</b>	<b>976.685</b>
Atribuível aos Acionistas Controladores	662.318	403.471	1.065.789	581.855	394.829	976.685

(\*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6.

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes na demonstração do resultado do exercício apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, nos exercícios de 2022 e 2021:

### Reclassificações e ajustes de 2022:

	Reclassificações										Ajustes				Societário
	Regulatório	Construção da Infraestrutura de concessão (a)	Penalidades Contratuais e Regulatórias (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Variação monetária e marcação a mercado (e)	Provisões para litígios fiscais (f)	Redução Incentivada de Consumo (g)	Depreciação de Arrendamento (h)	Variação cambial de empréstimos (i)	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	IR e CS Diferidos (32.3.5)	
<b>Receita</b>															
Fornecimento de Energia Elétrica	4.685.148	-	-	-	-	-	(943)	-	-	-	-	-	-	4.684.206	
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	6.598.821	-	(64.447)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.494.375	
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	707.010	-	-	-	-	-	943	-	-	-	-	-	-	707.953	
Outras receitas	-	1.896.946	(991)	150.388	-	-	-	-	-	-	538.295	-	-	2.584.638	
<b>Tributos</b>															
ICMS	(1.747.523)	-	-	-	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	(1.747.535)	
ISS	(148)	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	(152)	
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>															
Pessoal e Administradores	(391.431)	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-	(391.441)	
Arrendamento e Aluguéis	(34.878)	-	-	-	-	-	-	10.211	-	-	-	-	-	(24.667)	
Provisões	(97.438)	-	-	-	-	385	-	-	-	-	-	-	-	(97.053)	
Tributos	(3.409)	-	-	-	-	(322)	-	-	-	-	-	-	-	(3.732)	
Depreciação e Amortização	(510.335)	-	-	-	-	-	-	(10.211)	-	54.400	-	(8.637)	-	(474.783)	
Gastos Diversos da atividade vinculada	(133.332)	-	65.438	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-	(67.904)	
Outras receitas operacionais	154.121	-	-	(150.388)	(13.733)	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.904)	
Outras despesas operacionais	(128.902)	(1.896.946)	-	-	13.733	-	-	-	-	30.213	-	(339)	-	(1.982.241)	
<b>Resultado Financeiro</b>															
Receitas Financeiras	639.099	-	-	-	(29.703)	-	-	-	(134.529)	-	-	-	-	474.867	
Despesas Financeiras	(1.140.912)	-	-	-	29.703	(28)	-	-	134.529	-	-	-	-	(976.709)	
<b>Despesa com Impostos sobre o Lucro</b>													(210.462)	(578.482)	
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(368.020)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(210.462)	(578.482)	
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>															
Resultado Líquido do Exercício	662.318	-	-	-	-	-	-	-	-	84.613	538.295	(8.976)	(210.462)	1.065.789	

- Para demonstração financeira societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- Para fins de publicação das demonstrações financeira societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- Na demonstração financeira societária a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na contabilidade regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos a variação monetária e marcação a mercado na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com sua natureza, conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE.
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias registramos o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica em Outros Créditos com contrapartida no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e para as demonstrações contábeis regulatórias transitamos pelo resultado conforme Ofício Circular n° 38/2022-SFF/ANEEL.
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a depreciação dos bens originários de contratos de arrendamento é apresentada em Depreciação e Amortização, e na demonstração contábil regulatória é classificado como Arrendamento e Aluguéis.
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos a variação cambial na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com seu resultado, ou seja, ou receita ou despesa, conforme MCSE.

## Reclassificações e ajustes de 2021:

	Reclassificações								Ajustes					Societário	
	Regulatório (Reapresentado)	Construção da infraestrutura de concessão (a)	Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais (e)	Variação monetária e marcação a mercado (f)	Redução Incentivada de Consumo (g)	Provisões para riscos fiscais (h)	Reapresentado nota 2.6	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)		Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (32.3.4)
<b>Receita/Ingresso</b>															
Fornecimento de Energia Elétrica	5.388.945	-	-	-	-	-	95.478	-	-	-	-	-	-	-	5.485.423
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	6.673.684	-	(39.695)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.633.989
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	856.754	-	-	-	-	-	-	-	112.599	-	-	-	-	-	971.353
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	794.458	-	-	-	-	-	(96.478)	-	-	-	-	-	-	-	697.980
Outras receitas	-	1.217.764	-	114.261	-	-	-	-	-	-	510.119	-	-	-	1.842.144
<b>Tributos</b>															
ICMS	(3.164.983)	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	(3.164.980)
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>															
Outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	(112.599)	-	-	-	-	-	(112.599)
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>															
Depreciação e Amortização	(452.849)	-	-	-	-	-	-	-	-	47.389	-	(7.238)	-	-	(412.698)
Outras receitas operacionais	126.044	-	-	(114.261)	(11.783)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(132.578)	(1.217.764)	39.695	-	11.783	-	-	5.646	-	28.898	-	(563)	-	-	(1.264.883)
<b>Resultado Financeiro</b>															
Receitas Financeiras	463.873	-	-	-	-	(32.408)	(168.815)	-	21.601	-	-	-	-	-	284.251
Despesas Financeiras	(756.339)	-	-	-	32.408	168.815	-	(5.613)	(21.601)	-	-	-	21.476	-	(560.854)
<b>Despesa com Impostos sobre o Lucro</b>															
	(298.368)	-	-	-	-	-	-	(36)	-	-	-	-	-	(205.251)	(503.655)
<b>Lucro Líquido</b>															
	581.855	-	-	-	-	-	-	-	-	78.287	510.119	(7.800)	21.476	(205.251)	976.685

- Para a contabilidade societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- Para a contabilidade societária a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na contabilidade regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias a Companhia apresenta ou receita ou despesa financeira conforme o saldo, e para as demonstrações contábeis regulatórias a apresentação é feita de forma segregada, conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação monetária e marcação a mercado na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com sua natureza, conforme MCSE.
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias registramos o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica em Outros Créditos com contrapartida no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e para as demonstrações contábeis regulatórias transitamos pelo resultado conforme Ofício Circular n° 38/2022-SFF/ANEEL; e
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE.

## Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Resultado líquido do exercício conforme contabilidade societária</b>	<b>1.065.789</b>	<b>976.685</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(30.213)	(28.898)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(54.400)	(47.389)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(538.295)	(510.119)
Ajustes do ativo intangível da concessão (32.3.3)	8.976	7.800
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (32.3.4)	-	(21.476)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.5)	210.462	205.251
<b>Resultado líquido do exercício conforme contabilidade regulatória</b>	<b><u>662.318</u></b>	<b><u>581.855</u></b>

### 32.3. Composição dos ajustes

#### 32.3.1. Reavaliação Regulatória compulsória

De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registram contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária. Esse ajuste é regulatório e não é aceito na contabilidade societária.

A composição dos saldos da reavaliação compulsória registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, relativos ao ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais e os efeitos tributários para a Companhia, valores estes que estão de acordo com os montantes apresentados nas notas explicativas nº 10, 12 e 20 deste relatório, estão assim apresentados:

#### Saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Ativo imobilizado	2.668.129	(1.930.496)	737.634	2.875.431	(2.038.928)	836.503
Ativo intangível	213.285	(185.869)	27.416	213.285	(185.845)	27.441
Obrigações especiais	(299.990)	178.599	(121.391)	(372.453)	198.220	(174.232)
<b>Total</b>	<b>2.581.425</b>	<b>(1.937.766)</b>	<b>643.658</b>	<b>2.716.264</b>	<b>(2.026.553)</b>	<b>689.711</b>
Efeito IR e CSLL	(877.684)	658.840	(218.845)	(923.530)	689.028	(234.502)
<b>Efeito líquido</b>	<b><u>1.703.740</u></b>	<b><u>(1.278.927)</u></b>	<b><u>424.814</u></b>	<b><u>1.792.734</u></b>	<b><u>(1.337.525)</u></b>	<b><u>455.209</u></b>

#### 32.3.2. Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

#### 32.3.3. Ativo Intangível da Concessão (ICPC-01)

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

### 32.3.4. Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (CPC 48)

Os ajustes são decorrentes da aplicação na contabilidade societária, onde o e spread de risco é reconhecido no resultado abrangente e na contabilidade regulatória no resultado financeiro.

### 32.3.5. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes são decorrentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes de diferenças entre práticas contábeis societárias e as regulatórias.

## 33 COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 5 anos	2.692.823	5.026.772	4.664.725	-	12.384.320
Compra de energia de Itaipu	Até 5 anos	640.398	1.305.109	1.308.628	-	3.254.135
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 5 anos	1.605.382	3.431.087	3.189.563	-	8.226.031
Projetos de construção de Subestação	Até 1 anos	258.351	30.091	1.664	2.708	292.814
Fornecedores de materiais e serviços		731.858	544.149	43.183	908	1.320.098
<b>Total</b>		<b>5.928.811</b>	<b>10.337.208</b>	<b>9.207.763</b>	<b>3.616</b>	<b>25.477.398</b>

## 34 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2022 um valor de R\$ 20.847 (R\$ 12.959 em 2021) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 25).

Ainda em 2022, houve o aumento do capital social (nota 21) da Companhia no montante de R\$ 10.857 (R\$ 10.857 mesmo período de 2021), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2021.

## 35 EXPOSIÇÃO DECORRENTE DE PREÇOS ENTRE SUBMERCADOS - CCEE

A Companhia é parte ativa no processo nº 2002.34.00.026509-0, cujo pleito é a anulação dos efeitos do Despacho ANEEL nº 288, que determinou a obrigatoriedade da adesão ao mecanismo de alívio de exposição financeira para as operações realizadas no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). As transações efetuadas sem a adesão ao mecanismo de alívio de exposição de diferença de preços entre os submercados resultaram num ganho de R\$ 437.800 em 16 de maio de 2002, a ANEEL emitiu o Despacho nº 288, considerando ilegal a opção da Companhia durante o período anterior à aprovação do ato. A Companhia, mesmo não concordando com o Órgão Regulador e mantendo o questionamento judicial do Despacho nº 288, registrou em 31 de dezembro de 2002, por tratar-se de ativo contingente, provisão para perdas sobre esse crédito no mesmo montante de R\$ 437.800.

Durante o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, a Companhia efetuou transações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE, resultando no montante líquido a pagar de R\$ 244.771 (R\$ 217.800 em 31 de dezembro de 2021) (nota 13), cujo pagamento está suspenso por conta de decisão judicial obtida em Medida Cautelar n. 0043277-81.2012.4.01.0000/DF.

Com o ajuizamento do processo nº 2002.34.00.026509-0, a Companhia obteve liminar a fim de que os valores que o Despacho nº 288 lhe suprimiram, fossem imediatamente pagos. Em decorrência disso, a ANEEL e a CCEE executaram os atos necessários para tanto, determinando a um conjunto de empresas que depositasse os valores em favor da Companhia. Parte dessas empresas se insurgiu contra a decisão e, em 10 de novembro de 2008, a Companhia recebeu o valor de R\$ 27.783 de empresas que não obtiveram liminares. Em 18 de novembro de 2008 foi proferida decisão reconsiderando, em parte, a antecipação de tutela, para torná-la sem efeito no tocante à imposição à ANEEL da obrigação de contabilizar esses valores em favor da Companhia e, em função dessa decisão, a Companhia registrou um passivo no mesmo montante de R\$ 84.754 (R\$ 75.415 em 31 de dezembro de 2021 nota 22).

Em 29 de junho de 2012, foi publicada a sentença do processo nº 2002.34.00.026509-0, que julgou improcedentes os pedidos da Companhia. De acordo com a sentença, a adesão ao mecanismo de alívio de exposição deve ser entendida como mandatória – e não facultativa, conforme defendido pela Companhia – e o Despacho nº 288 considerado como legal.

Em 11 de julho de 2012, a Companhia interpôs recurso de apelação contra tal sentença que, em 27 de março de 2014, por maioria de votos (2x1), foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando a ilegalidade do Despacho nº 288. As partes requeridas no processo apresentaram recursos de embargos de declaração contra esta decisão. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada decisão negando provimento aos recursos e mantendo a decisão favorável à Companhia. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recursos de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão favorável obtida pela Companhia. Os recursos aguardam julgamento.

Além da existência da discussão judicial sobre a legalidade do Despacho nº 288, diversos agentes do mercado de energia elétrica ingressaram em juízo contra a Companhia objetivando a cobrança dos valores dos créditos oriundos da liquidação promovida pela CCEE sob os efeitos do Despacho nº 288, sendo que a única ação desta natureza que prosperou foi a ajuizada pela Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A., cuja liquidação ocorreu em 27 de setembro de 2016, encerrando desta forma a ação de cobrança no valor atualizado de R\$ 16.644, sendo de (i) principal R\$ 2.503, (ii) correção monetária e juros R\$ 12.603 e (iii) custas judiciais e honorários de R\$ 1.538.

## **36 EVENTO SUBSEQUENTE**

### **Decisão do STF sobre causas tributárias:**

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Presidente

**YUEHUI PAN**  
Vice Presidente

**MARIO ANTONIO COSTA CALDAS**  
Conselheiro

---

**DIRETORIA**

---

**MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Comercial

**OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA**  
Diretor de Operações

**JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES**  
Diretor de Assuntos Regulatórios

**FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

---

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

---

**SÉRGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6 S-RS

**ANA PAULA PERESSIM DE PAULO**  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
CT CRC 1SP217200/O-6

---

# ***RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.***

***Demonstrações contábeis regulatórias em  
31 de dezembro de 2022  
e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias***

Aos Administradores e Acionistas  
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

---

#### **Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

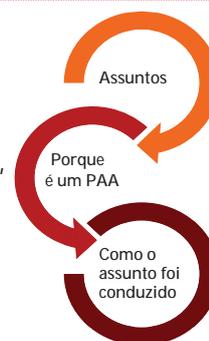
Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.



RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

#### Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3 e 6)

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2022 somava R\$ 421.331 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinado com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.



RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

---

### Porque é um PAA

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo, confrontando o volume de total de consumo de energia menos o volume faturado com o volume não faturado considerado como premissa para a estimativa da administração, e efetuamos teste de valorização com as tarifas por consumidor para volume alocado pela administração e confrontamos com os valores reconhecidos de receita.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

---

### Outros assuntos

#### Demonstrações contábeis societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 15 de março de 2023.

#### Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de abril de 2022, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis regulatórias de 2022, examinamos também as reclassificações descritas na Nota 2.6 que foram efetuadas para alterar as demonstrações contábeis regulatórias de 2021, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia referentes ao exercício de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 2021 tomadas em conjunto.



RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é



RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de abril de 2023

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:  
Adriano Formosinho Correia  
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA:78278862504  
CPF: 78278862504  
Signing Time: 26 April 2023 | 13:27 BRT  
  
99D108451FA5438891EB9CED337FE7C4  
Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 1BA029904/O-5



### TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

São Leopoldo, 26 de abril de 2023.

Concessionária: RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA

### TERM OF RESPONSIBILITY

By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.

São Leopoldo, April 26, 2023.

Concessionaire: RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA

DocuSigned by:  
Marco Antonio Villela de Abreu  
F2F24C81BE640C...

Marco Antonio Villela de Abreu  
Diretor Presidente  
Chief Executive Officer  
CPF: 061.482.368-42

DocuSigned by:  
Yuehui Pan  
3599DDF075274EA...

Yuehui Pan  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
Chief Financial and Investor Relations Officer  
CPF: 061.539.517-16

DocuSigned by:  
Ana Paula Peressim de Paulo  
9AB50212BD6E4BC...

Ana Paula Peressim de Paulo  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
Accounting Manager of Distributors  
CT CRC 1SP217200/O-6  
CPF: 171.567.218-60



<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X – fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p><b>CÓDIGO PENAL</b></p> <p>Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p><b>PENAL CODE</b></p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
--	--